

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

**AMANDA ARRUDA VENCI ARAUJO**

**SOB AS LUZES DA MODERNIDADE TARDIA: IDENTIDADE EM *TEORIA  
GERAL DO ESQUECIMENTO E OS TRANSPARENTES***

**DISSERTAÇÃO**

**CURITIBA**

**2017**

**AMANDA ARRUDA VENCI ARAUJO**

**SOB AS LUZES DA MODERNIDADE TARDIA: IDENTIDADE EM *TEORIA*  
*GERAL DO ESQUECIMENTO E OS TRANSPARENTES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, na área de concentração de Linguagem e Tecnologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Naira de Almeida Nascimento

**CURITIBA**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

A663s  
2017      Araujo, Amanda Arruda Venci  
            Sob as luzes da modernidade tardia : identidade em Teoria  
Teoria geral do esquecimento e Os transparentes / Amanda  
Arruda Venci Araujo.-- 2017.  
            105 f. : il. ; 30 cm

            Texto em português com resumo em inglês  
            Disponível também via World Wide Web  
            Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de  
Linguagens, Curitiba, 2017  
            Bibliografia: f. 101-105

            1. Ficção angolana. 2. Literatura angolana – Crítica e  
interpretação. 3. Ondjaki, 1977-. Os transparentes – Crítica e  
interpretação. 4. Agualusa, José Eduardo. Teoria geral do  
esquecimento – Crítica e interpretação. 5. Modernismo  
(Literatura) – Angola. 6. Linguagem e línguas – Dissertações. I.  
Nascimento, Naira de Almeida. II. Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de  
Linguagens. III. Título.

---

CDD: Ed. 22 -- 400

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

## TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 05

A Dissertação de Mestrado intitulada *Sob as Luzes da Modernidade Tardia: Identidade em Teoria Geral do Esquecimento e Os Transparentes*, defendida em sessão pública pela candidata **Amanda Arruda Venci Araujo**, no dia 20 de junho de 2017, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, área de concentração Linguagem e Tecnologia, e aprovada, em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens.

### BANCA EXAMINADORA:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naira de Almeida Nascimento – presidente – PPGEL/UTFPR

Prof. Dr. Miguel Sanches Neto – membro avaliador – UEPG

Prof. Dr. Cristiano de Sales – membro avaliador – UTFPR

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida – membro avaliador – PPGEL/UTFPR

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

**Curitiba, 23 de junho de 2017.**

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

## **AGRADECIMENTOS**

Ao PPGEL e ao professor Roberlei Alves Bertucci, pelo acolhimento e pelas portas sempre abertas.

À professora Naira de Almeida Nascimento, pela jornada compartilhada e por aceitar orientar este projeto, mesmo com a inesperada e completa mudança de tema.

Aos professores Marcelo Fernando de Lima, Paula Ávila Nunes e Rogério Caetano de Almeida, por proporcionarem uma experiência acadêmica instigante.

Aos professores Miguel Sanches Neto e Cristiano de Sales, pela leitura atenciosa e pelas valiosas contribuições.

À CAPES, pela bolsa de estudos que garantiu a realização deste trabalho.

Aos amigos Mateus Senna e Daniela Linkevicius, por serem uma constante incrível.

À minha família, pelo apoio contínuo que é a razão de tudo, inclusive deste trabalho.

A thing is a thing, not what is said of that thing.

*(Birdman, 2014)*

## RESUMO

ARAUJO, Amanda Arruda Venci. **Sob as Luzes da Modernidade Tardia: Identidade em *Teoria Geral do Esquecimento* e *Os Transparentes***. 2017. 105 folhas. Dissertação (Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

Ao longo dos últimos séculos Angola passou por um processo sistemático de exploração, o qual desencadeou consequências nas instituições e organizações sociais do país. Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a investigar de que forma se aplicam os conceitos de modernidade, especialmente a modernidade tardia, conforme apresentada por Giddens (1991, 2002), e de identidade, para analisar de que maneira essas reflexões são construídas na prosa angolana contemporânea de José Eduardo Agualusa e Ondjaki. Para tanto, exploramos os romances *Teoria Geral do Esquecimento* (2012) e *Os Transparentes* (2013).

**Palavras-chave:** Modernidade. Identidade. Literatura Angolana. Agualusa. Ondjaki.

## ABSTRACT

ARAUJO, Amanda Arruda Venci. **Under the Lights of Late Modernity: Identity in *A General Theory of Oblivion* and *Os Transparentes***. 2017. 105 pages. Dissertation (Contemporary Aesthetics, Modernity and Technology) – Postgraduate Program in Studies of Languages, Federal University of Technology of Paraná. Curitiba, 2017.

Over the last few centuries Angola has undergone a systematic process of exploitation, which has had consequences in the country's social institutions and organizations. In this sense, the present work proposes to investigate the concepts of modernity, especially the late modernity, as presented by Giddens (1991, 2002), and of identity, in order to analyze how these reflections are built on contemporary Angolan prose of José Eduardo Agualusa and Ondjaki. To do so, we explore the novels *A General Theory of Oblivion* (2012) and *Os Transparentes* (2013).

**Keywords:** Modernity. Identity. Angolan Literature. Agualusa. Ondjaki.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1 MEIO MILÊNIO DE EXPLORAÇÃO ANGOLANA</b> .....	<b>10</b>
1.1 OCUPAÇÃO PORTUGUESA: RELAÇÕES COMERCIAIS PRÉ-COLONIZAÇÃO	11
1.2 CONFERÊNCIA DE BERLIM E COLONIZAÇÃO AFRICANA.....	14
1.3 INDEPENDÊNCIA E GUERRA CIVIL.....	18
<b>2 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E IDENTIDADE</b> .....	<b>22</b>
2.1 DA MODERNIDADE À MODERNIDADE TARDIA .....	23
2.2 MODERNIDADE E IDENTIDADE.....	30
2.3 IDENTIDADE NOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS .....	34
2.4 LITERATURA E(M) ANGOLA.....	37
<b>3 TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO</b> .....	<b>43</b>
3.1 REBELIÕES E PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO NA NOVA ANGOLA .....	45
3.2 LUDO: EMPAREDAMENTO, IMOBILISMO E REAÇÃO .....	51
3.2.1 Negociação identitária .....	53
3.3 VOZES QUE SE ENTRELAÇAM.....	59
3.3.1 Jeremias Carrasco.....	60
3.3.2 Magno Moreira Monte.....	62
3.3.3 Pequeno Soba, Nasser Evangelista e Daniel Benchimol.....	64
<b>4 OS TRANSPARENTES</b> .....	<b>69</b>
4.1 DRAMAS PESSOAIS .....	72
4.1.1 A transparência de Odonato .....	72
4.1.2 Ambulantes.....	76
4.1.3 Intelectuais.....	83
4.2 MODERNIDADE PARA POUÇOS.....	87
4.2.1 Poder .....	90
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

Com os últimos quinhentos anos de sua história assentados, de alguma forma, na exploração por parte dos portugueses, é preciso considerar uma longa sequência de eventos para compreender o processo pelo qual passou Angola – semelhante, até certo ponto, em todo o continente africano – e suas consequências. Como bem coloca Braga Filho, devemos refletir, pelo menos, sobre o “descobrimento; colonização e imperialismo; movimentos e lutas de resistência; independência, descolonização e guerras civis; estabilidade relativa e neocolonialismo” (BRAGA FILHO, 2014, p. 2). Poucas décadas antes da colonização europeia no continente africano, houve o advento da Revolução Industrial, o qual suscitou, mais à frente, uma política expansionista que buscava matérias-primas baratas e novos mercados consumidores – elucidando, assim, a colonização da África.

A partir da Revolução Industrial, diversas mudanças ocorreram nas instituições e organizações sociais que existiam até então, consolidando o início da modernidade no velho continente. A modernidade provocou inúmeras transformações a níveis global e pessoal, mas seu impacto tornou-se mundial apenas no século XX. Defendemos que, devido ao processo histórico pelo qual passou Angola, o conceito de modernidade tardia, proposto por Giddens (1991, 2002), convém melhor ao contexto do país. Nessa conjuntura, além das relações desiguais entre colonizador e colonizado, havia a desigualdade que se formou devido ao acesso restrito à modernização do país. Por esse motivo, acreditamos que a questão da identidade é muito importante, tendo em vista que ela é formada pela diferença e, portanto, tem um caráter muitas vezes excludente.

Tais reflexões são construídas, também, na literatura, e *Teoria Geral do Esquecimento* (2012), de José Eduardo Agualusa, e *Os Transparentes* (2013), de Ondjaki, testemunham isso. Considerando-se esse percurso, exploramos no presente trabalho os conceitos de modernidade e identidade na prosa angolana contemporânea, especificamente nos dois romances, de forma a compreender seu impacto e quais as consequências para a(s) identidade(s) angolana(s).

Assim sendo, nosso referencial teórico centra-se nas duas principais questões mencionadas anteriormente. Para tratar da modernidade, utilizamos Baudelaire (1995),

marcante por ser um dos primeiros a abordar temas modernos na literatura e por defender o indivíduo comum como seu objeto; Anthony Giddens (1991; 2002), que introduz o conceito de modernidade tardia e o contrapõe ao de pós-modernidade, via que acatamos neste trabalho; e Zygmunt Bauman (2001), que dialoga com Giddens nesse sentido, defendendo a substituição de uma modernidade sólida por uma líquida. A respeito da identidade, nos baseamos, entre outros autores, em Stuart Hall (2003), que trata da identidade enquanto dependente de sistemas de representação, ligando-a, assim, a sistemas de poder; e em Bauman (2005), que discorre sobre a noção de identidade nacional enquanto construída e imposta, cujo objetivo é consolidar as diferenças entre “nós” e o outro.

Nesse contexto, os estudos pós-coloniais têm grande importância, e por essa razão aproveitamos as discussões de Bhabha (2013), Said (2007) e Spivak (2010) sobre identidade e representação. Porém, como os teóricos desse campo abordam principalmente as perspectivas do colonialismo inglês e francês, não fazem parte do nosso referencial teórico principal, uma vez que, conforme explicamos na seção 3.3, o colonialismo português se desenvolveu de maneira muito diversa. Por fim, utilizamos vasto referencial historiográfico para compreendermos a presença portuguesa em Angola e suas consequências para o país, aproveitando a obra de Wheeler e Pélissier (2016) sobre a história angolana e a coleção *História Geral da África* (2010), publicada e distribuída gratuitamente no Brasil pela UNESCO<sup>1</sup>.

O trabalho divide-se, dessa forma, em cinco capítulos: o primeiro, “Meio milênio de exploração portuguesa”, é historiográfico; o segundo desenvolve a fundamentação teórica sobre os temas explicados acima; o terceiro é reservado à análise de *Teoria Geral do Esquecimento* (2012), seguido do capítulo de *Os Transparentes* (2013); o quinto, enfim, apresenta nossas considerações finais. Espera-se, com isso, compreender de que maneira as reflexões acerca de modernidade e identidade são construídas na prosa angolana contemporânea de Agualusa e Ondjaki.

---

<sup>1</sup> Os oito volumes da coleção também podem ser acessados e baixados gratuitamente no link <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese-1/#.WAF\\_2eArLIV](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.WAF_2eArLIV)>.

## 1 MEIO MILÊNIO DE EXPLORAÇÃO ANGOLANA

Ninguna guerra tiene la honestidad de confesar: “Yo mato para robar”. Las guerras siempre invocan nobles motivos, matan en nombre de la paz, en nombre de dios, en nombre de la civilización, en nombre del progreso, en nombre de la democracia (...).

(Eduardo Galeano, *Eduardo Galeano adhiere a la Marcha Mundial*, 2009)

Para melhor compreender o contexto e as referências de *Teoria Geral do Esquecimento e Os Transparentes*, se faz necessária uma contextualização da história de Angola, especialmente, no nosso caso, de Luanda, cenário dos dois romances. Por esse motivo, neste capítulo será estudado o contato e as relações do país africano com os portugueses, de forma a, mais à frente, entender sua modernidade tardia e compreender o impacto de tal relação para a(s) identidade(s) angolana(s).

A chegada e o estabelecimento de portugueses na África não se deu por acaso. A partir do final do século XIV e início do XV, com a abertura do comércio atlântico, a Europa expandiu sua dominação à África e às Américas. Segundo Bosi (2005, p. 13), “a necessidade de uma saída para o comércio, durante o árduo ascenso da burguesia, entrou como fator dinâmico do expansionismo português no século XV”. Assim, os dois continentes tornaram-se “economias anexas que se constituíram no além-mar” (MALOWIST, 2010, p. 2), contribuindo para que a ascensão europeia se desenvolvesse com rapidez.

O interesse dos portugueses na África era duplo: cobiçavam o ouro do continente e a possível mão de obra escrava que tinha a oferecer. Além disso, como outros países europeus, Portugal havia se envolvido na política territorial africana. Seu problema, nesse sentido, era ter uma cultura principalmente marítima. Por esse motivo, a ocupação de terras na costa do país, como é o caso de Luanda, não foi uma surpresa. No início do século XVI penetraram no Congo e, em seguida, conquistaram um reino logo ao sul do congolês, Ndongo. Ndongo havia sido fundado por volta de 1500, um pequeno reino cujo rei chamava-se N’Gola, cunhado posteriormente pelos portugueses como Angola.

Conferimos, a seguir, a natureza inicial das relações entre portugueses e angolanos entre os séculos XVI e XVIII, que, de acordo com Malowist (2010, p. 26), “foi do tipo pré-colonial e teve, sobretudo, um caráter comercial”.

### 1.1 OCUPAÇÃO PORTUGUESA: RELAÇÕES COMERCIAIS PRÉ-COLONIZAÇÃO

Anteriormente à chegada dos europeus, na região atualmente chamada de Angola a agricultura já era praticada desde antes de 1100, e diversas técnicas artesanais estavam bem desenvolvidas, tais quais a metalurgia do ferro, a cerâmica, a tecelagem em ráfia, a extração de sal do mar, etc. (VANSINA, 2010a, p. 630). Ademais, a navegação marítima já era praticada antes do ano 1000, e “quando os portugueses chegaram, toda a costa era povoada por pescadores” (*Ibid.*, 636).

É interessante notar que na região do Congo, anexo à atual Angola, o comércio já estava desenvolvido quando da chegada dos portugueses, tendo estes observado a circulação de moedas – dentre elas, quadrados de ráfia e o *nzimbu*, um tipo de concha encontrado na ilha de Luanda, parte do reino. Por causa das *nzimbu*, mesmo nessa época Luanda já possuía certa importância, e as principais rotas de comércio levavam a ela (*Ibid.*, p. 652). A ilha, e posteriormente cidade, atraiu os portugueses por dois motivos: em primeiro lugar, devido a relatos de minas de ouro e prata na região; em segundo, por terem descoberto a respeito das conchas, valiosas para os africanos e utilizadas como moeda de troca. Para Wheeler e Pélissier (2016, p. 68), o lugar era uma verdadeira casa da moeda para o rei do Congo. Mais do que apenas curioso, esse relato é relevante para que já fique marcada a importância de Luanda, desde antes do início da ocupação portuguesa.

Assim como Malowist (2010), Wheeler e Pélissier (2016) também reconhecem que as primeiras relações dos portugueses foram de índole comercial. O resultado foi muito lucrativo para Portugal:

Segundo os cálculos de Lúcio de Azevedo, os ganhos da Coroa, que se elevavam a cerca de 60 milhões de reais, na década de 1480, já atingiam 200 milhões sob o reinado do rei Manuel (1491-1521) e não menos de 279,5 milhões em 1534. Ao que tudo indica, esta progressão explica-se não só pelas trocas com a Índia, mas

também, e, sobretudo, pelas relações econômicas com a África. (MALOWIST, 2010, p. 4).

Progressivamente, os europeus tiveram uma mudança de atitude em relação à África. O continente, já a partir do século XV, passou a ser considerado muito mais um reservatório de mão de obra, majoritariamente escrava, do que uma fonte de ouro. O desenvolvimento desse mercado atingiu seu auge no início do século XVIII, devido às plantações de cana-de-açúcar nas Américas e à crescente necessidade de trabalhadores. A região Congo-Angola representou mais de 50% do total de exportações de escravos (INIKORI, 2010, p. 124), e por esse motivo o território sofreu uma séria despovoação.

Além da redução demográfica, a captura de africanos para o emprego de mão de obra escrava esteve conectada às frequentes guerras que ocorriam no continente na época, afetando diretamente as estruturas sociais e políticas da região. Isso ocorreu, em parte, porque os portugueses compreenderam a importância da cooperação dos chefes locais e interessaram-nos ao comércio de escravos. O resultado foi um crescimento de conflitos entre diferentes povos africanos e, de acordo com Vansina (2010b, p. 672), “Como havia falta de escravos em Angola, os comerciantes incentivavam a guerra, pois esta gerava cativos para a compra”. Moralmente, os portugueses justificavam tal empreitada com o cristianismo, entendendo que o tráfico contribuía para a salvação dos não cristãos, retirando-os de um lugar que só poderia levá-los à condenação eterna. Harris (2010, p. 136) ilustra melhor essa questão:

A necessidade de justificar o crescimento do número de escravos africanos levou os papas Nicolau V e Calisto III a expedir bulas (em 1454 e 1456, respectivamente), apresentando a expansão portuguesa na África como uma cruzada de cristianização do continente africano. Nessa perspectiva, a escravização dos africanos pelos cristãos era vista como sendo do próprio interesse dos autóctones “pagãos” (...). Tal dimensão bíblica e religiosa, por ser de grande alcance, fundava e justificava muito oportunamente ideias relativas à natureza “inferior” e “selvagem” dos africanos.

Angola era uma importante zona para o tráfico de escravos e, como havia conquistado a região previamente, Portugal manteve uma posição favorável no local. Malowist (2010, p. 22) informa que “por volta do final do século XVII, [Angola] era o principal reservatório de mão de obra negra, [e] permaneceu, durante a segunda metade

do século XVIII, sob a influência de Portugal que, maciçamente, continuava abastecendo o Brasil de escravos”. Dessa forma, tem-se que, de acordo com Wheeler e Pélissier (2016, p. 76), “Os primeiros dois séculos e meio da presença portuguesa em Angola foram a época do comércio de escravos, e qualquer administração tinha como principal objetivo político preservar o monopólio português sobre essa atividade”. Os autores ainda acreditam que uma estimativa realista do número total de africanos enviados de Angola, como escravos, é de quatro milhões, o que “ajuda a explicar a escassa população de Angola ainda no século XX” (*Ibid.*, p. 73). Para se ter uma noção do que esses números significavam para as colônias onde a mão de obra escrava era utilizada, “a população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872” (INIKORI, 2010, p. 116).

A longo prazo, as consequências do tráfico e da escassez populacional que ele proporcionou foram enormes para o desenvolvimento do país. Para iniciar, as proporções que tomou fizeram com que Angola não conseguisse mais diversificar seu sistema econômico, pela falta de capitais provenientes de outras fontes (VANSINA, 2010b, p. 694). Desse modo, 88% dos rendimentos do país, em 1800, resultavam do tráfico de escravos com o Brasil (*Ibid.*). Ademais, a redução populacional contribuiu para um atraso na produção comercial, dificultando e, devido às constantes guerras, impossibilitando a criação de mercados internos, que estimulariam o comércio da produção agrícola e a generalização da divisão do trabalho (INIKORI, 2010, p. 130). Portanto, o tráfico de escravos contribuiu para uma deterioração do mercado africano, impedindo inclusive o “desenvolvimento das trocas de produtos com a Europa, trocas estas que poderiam ter estimulado o crescimento do comércio intra-africano e a produção com fins comerciais” (*Ibid.*).

Como consequência, o continente africano se viu dependente economicamente da Europa e postergou, substancialmente, seu desenvolvimento industrial – o que, como resultado, contribuiu para uma modernização tardia, mais à frente. Inikori (2010, p. 130-132) elucida a situação:

O caráter rudimentar da divisão do trabalho e a escassez de mercados internos só podiam prejudicar o desenvolvimento das atividades manufatureiras além do estágio artesanal. Tal industrialização seria ainda travada pela importação desenfreada de produtos manufaturados, provenientes da Europa e do Oriente,

destinados à troca por cativos. Desse modo, com mercados internos reduzidos, setores agrícolas e industriais não capitalizados, bem como grande número de pequenos Estados, em mãos de comerciantes e guerreiros ligados à escravatura, a África reunia todas as condições necessárias à sua dependência *vis-à-vis* das economias industrializadas na zona atlântica, tanto no que diz respeito à venda de suas matérias primas, quanto no que tange à compra de produtos manufaturados e de serviços, dos quais necessitava. As bases da dependência econômica estavam, portanto, solidamente estabelecidas em meados do século XIX, época em que o tráfico de escravos chegou a seu ocaso. A partir do fim desse mesmo século, a dominação colonial acabaria por consolidar essa situação.

A partir da segunda metade do século XIX, porém, devido à proibição do tráfico em alguns países e, eventualmente, a abolição da escravidão, o comércio de escravos entrou em declínio. Nessa época, deu-se início a uma progressão da economia comercial africana, que oferecia produtos como marfim, cera, copal, óleo, café etc. (VELLUT, 2010, p. 355). Tendo isso em vista, em conjunção com três acontecimentos significativos que ocorreram entre 1876 e 1880, deu-se início à conquista efetiva do continente africano.

## 1.2 CONFERÊNCIA DE BERLIM E COLONIZAÇÃO AFRICANA

Os três acontecimentos iniciais que levaram à rápida colonização do continente africano são esclarecidos por Uzoigwe (2010). Segundo o autor, o primeiro deles foi o interesse do duque de Brabante, Leopoldo I, da Bélgica, pela África. Objetivando criar uma associação que o permitisse explorar os Congos – o que, de fato, resultou na criação do Estado Livre do Congo –, o duque convocou a Conferência Geográfica de Bruxelas, em 1876 (UZOIGWE, 2010, p. 32). No mesmo ano, ofendido por ter sido convidado para a conferência de última hora, Portugal iniciou diversas expedições na África, o que ocasionou no anexo de “propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique, até então quase independentes” (*Ibid.*). Por fim, o caráter expansionista da política francesa, três anos mais tarde, indicou que não apenas Portugal, mas também a França tinha interesse na exploração colonial no continente, o que fez com que o Reino Unido e a Alemanha comesçassem a anexar territórios e a se preocupar com a instauração de um controle formal.



De 1884 a 1885 realizou-se a Conferência de Berlim que, apesar de inicialmente ter se inspirado em grandes ideais humanitários e ter o objetivo de discutir o tráfico de escravos (*Ibid.*, p. 33), acabou por realizar a partilha da África, distribuindo-a e estabelecendo regras a respeito da ocupação de territórios nas costas do continente. O Ato da conferência, assinado pelos seus participantes, estabeleceu que “toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um ‘protetorado’, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas” (*Ibid.*). Ao sul do continente, “o tratado franco-português de 1886, o tratado germano-português de 1886 e o tratado anglo-português de 1891 reconheciam a influência portuguesa em Angola e Moçambique” (*Ibid.*, p. 39).

A dominação europeia na África, a partir da Conferência de Berlim, aconteceu muito rapidamente. Segundo Boahen (2010, p. 3), até 1880, 80% do território era governado por seus próprios reis, chefes etc. Em 1914, por sua vez, “com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas” (*Ibid.*). A longo prazo, como seria de se esperar, a colonização do continente rendeu efeitos enormes nas relações sociais e valores culturais das populações africanas, afetando profundamente as diversas identidades locais. É preciso lembrar que o recorte efetivado pelas nações europeias seccionou, por um lado, tribos e povos próximos, enquanto, por outro, uniu povos considerados inimigos, sem atentar para as suas divisões internas.

Os fatores que possibilitaram a conquista do continente africano pelos europeus foram diversos, mas o principal deles foi sua superioridade logística e militar. Junto a isso, em 1890 o Ato de Bruxelas proibiu o fornecimento de armas aos chefes de Estado africanos. Assim, mesmo quando dispunham de equipamentos militares estrangeiros, estes eram obsoletos. A tecnologia desempenhou um grande papel para a vitória dos europeus. De acordo com Boahen,

em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada. (BOAHEN, 2010, p. 7).

Nas palavras de Ajayi (2010, p. 926), “A razão da confiança e da agressividade recém-demonstrada pelos europeus, a partir dos anos 1870, era a industrialização e um capitalismo em plena maturidade”. Como veremos à frente, Giddens (2002) propõe que o industrialismo e o capitalismo são duas das principais dimensões institucionais da modernidade. Portanto, o que possibilitou a colonização europeia em África foi o advento da modernidade e desenvolvimento da modernização.

Apesar de a tecnologia mais avançada dos europeus ter sido um fator importante na conquista dos territórios africanos, podendo ser utilizada para o desenvolvimento das sociedades dominadas, seu uso não se deu exatamente para esse propósito. Isso era verdade principalmente no caso de Portugal e suas colônias, uma vez que a própria metrópole era subdesenvolvida, o que tornou o desenvolvimento na África duplamente difícil. Mais do que isso, Angola era vista pelos portugueses como uma fonte de fortuna, então muitos que a ela viajavam o faziam por um período de poucos anos, para juntar dinheiro e poder voltar a Portugal sob a perspectiva de uma vida mais confortável. Assim, a maioria dos portugueses que chegavam ao país africano eram pessoas simples, ignorantes e oprimidas em seu país de origem. Em Angola, por sua vez, gozavam de um *status* que nunca antes haviam conhecido – especialmente porque as distinções raciais acabaram tornando-se categorias sociais, com os brancos no topo. Dessa forma, “O sentimento de superioridade e conseqüente comportamento dos homens brancos pobres resultava essencialmente de uma reacção a privações sofridas em Portugal, [e] de um ódio a ambientes estranhos numa Angola hostil” (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 80). Segundo Diop (2010, p. 76),

[a] política de imigração foi travada pela pobreza dos colonos, desprovidos de conhecimentos técnicos e de capitais. Eles não podiam sobreviver senão explorando ao extremo a população autóctone, sendo levados a ocupar os mais modestos empregos, bloqueando o acesso dos africanos aos escritórios, à administração e até mesmo às usinas. A situação colonial criava assim, entre africanos e europeus, uma potente barreira social que reforçou e justificou a barreira da coloração da pele.

É preciso lembrar que, além de tudo isso, faltava nas colônias portuguesas, especialmente em Angola, mão de obra, devido à escassez populacional resultante de anos de comércio de escravos. Para superar esse problema, especialmente após notar

que muitos angolanos não se dispunham a trabalhar para o poder colonial, foi implantado o trabalho forçado àqueles que o governo considerasse “vagabundos”. Com isso, a escravatura, apesar de ter sido teoricamente abolida em 1856 no país, continuou, sob novas formas. Todos os fatores acima mencionados contribuíram para um atraso, nos moldes capitalistas, no desenvolvimento de Angola.

No início do século XX os africanos buscavam melhorias dentro do sistema colonial, desejando que ele também beneficiasse africanos e fosse menos opressivo (BOAHEN, 2010, p. 16). Havia um ressentimento geral contra esse sistema, independentemente de que posição social se ocupava. Com isso, começou a “nascer uma consciência comum de sua condição de africanos e negros, em oposição a seus opressores, dirigentes coloniais e brancos” (*Ibid.*). Desse modo, por volta de 1910, deu-se início ao fortalecimento do nacionalismo angolano, atrelado diretamente ao sentimento de identidade da população subjugada. Porém, com a instauração da primeira república em Portugal em 1910 e, pouco tempo depois, com o golpe militar de 1926, que colocou António Salazar em frente ao regime do Estado Novo, foram empregados na colônia – assim como na metrópole – uma “vasta gama de instrumentos de opressão. Censura, delação, polícia secreta e força militar serviram para reprimir toda oposição que se manifestasse, negra ou branca” (DAVIDSON *et al.*, 2010, p. 815).

Davidson *et al.* apresentam os principais fatores que provocavam a insatisfação popular no que se referia ao colonialismo português em Angola: “a fraqueza inicial do Estado colonial, a natureza progressivamente autoritária do regime colonial, a falta de capitais portugueses e, correlativamente, o recurso ao trabalho forçado e a uma política de assimilação” (*Ibid.*, p. 814). Esta última se refere ao regime do indigenato proposto pelo governo português, que estabelecia que os africanos estavam divididos em dois grupos – e a maioria dos angolanos e moçambicanos constituía o segundo deles, o de não assimilados, parte de “uma raça, uma cultura e uma classe inferiores” (*Ibid.*, p. 817). A política de assimilação funcionava da seguinte maneira:

Os membros da pequena minoria capaz de ler e escrever o português, que haviam rejeitado os “costumes tribais” e estavam vantajosamente empregados nos setores capitalistas, podiam ser classificados como “assimilados” ou “não indígenas”. Em princípio, gozavam de todos os direitos e responsabilidades dos cidadãos portugueses. Embora teoricamente fosse possível a todos os africanos mudar seu estatuto legal, as coerções impostas pelo sistema colonialista e

capitalista (...) tornavam, na realidade, a coisa impossível, negando a 99% da população africana os direitos mais elementares do cidadão. (*Ibid.*).

Dessa forma, como propõem os autores, os angolanos e moçambicanos, e mesmo a sua cultura, tornaram-se estrangeiros dentro de seu próprio país.

As mudanças impostas pelo regime colonial português afetaram muito mais os habitantes das cidades do que aqueles das áreas rurais. Luanda, nesse sentido, foi a cidade que mais sentiu os efeitos do sistema implantado. Wheeler e Pélissier (2016, p. 114) apontam para o fato de que “Devido ao seu tamanho, comodidades e importância enquanto sede do governo colonial, Luanda tornou-se o centro cultural, político e económico da colónia”. Assim, quando os movimentos nacionalistas angolanos voltaram a ganhar força e se iniciou a luta pela independência do país, no início da segunda metade do século XX, Luanda foi o grande palco de transformações.

### 1.3 INDEPENDÊNCIA E GUERRA CIVIL

A insatisfação angolana com a administração portuguesa envolvia muitas faces da atividade colonial. Descontentes com as leis segregacionistas, o limitado acesso à educação, a exploração na indústria e na agricultura, que oferecia pouco retorno à colônia, muitos grupos nacionalistas começaram a se formar a partir da segunda metade do século XX. Foi uma época de grandes mudanças, muitas delas resultantes do crescimento económico do país: entre 1951 e 1953, a economia do café cresceu subitamente, obtendo ótimas balanças comerciais. Com isso, uma nova leva de imigração portuguesa chegou ao país, gerando “efeitos sociais, políticos e económicos profundos” (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 205). Apenas entre 1955 e 1957 houve um aumento de aproximadamente 25 por cento na população portuguesa, e, “apesar das leis que, teoricamente, protegiam as terras dos africanos, foram comprados muitos hectares de terrenos onde os camponeses africanos praticavam uma agricultura de subsistência” (*Ibid.*). Como resultado, novos conflitos entre portugueses e angolanos surgiram, e a procura por mão de obra africana barata voltou a crescer. Além disso, “As receitas dos recursos minerais conheceram um crescimento impressionante em meados dos anos 50,

com a descoberta de reservas de petróleo no norte de Angola e jazidas de ferro no sul”, além das jazidas de diamante (*Ibid.*, p. 211).

Apesar das variadas e abundantes riquezas de Angola, estas concentravam-se nas mãos de poucos. A maior parte da população era pobre e lutava por sua sobrevivência. Ainda nessa época – final dos anos 50 –, por volta de 2% do povo angolano estava na escola, enquanto pelo menos 15% estava em idade escolar (*Ibid.*, p. 200).

Devido a essas condições, o nacionalismo angolano foi revitalizado nesse período – dessa vez, sob a forma de diversos grupos. Wheeler e Pélissier (2016, p. 311) indicam que existiam 58 organizações nacionalistas angolanas até 1967, além de 26 associações de natureza local ou sindical. Apesar disso, havia muito conflito entre os grupos, de forma que em alguns casos eles empregavam mais tempo se atacando do que lutando contra os portugueses. O próprio cerne de suas ideias era divergente: certos grupos apoiavam o separatismo, outros a independência e ainda havia quem defendesse uma associação comunitária com Portugal.

Em 1961 deu-se início a uma rebelião em Luanda – cujos autores e razões ainda hoje são polêmicos –, resultando na morte de aproximadamente 400 civis brancos. Apesar de, em termos gerais, esse número não ser expressivo e de a fragmentação dos grupos ser positiva para os portugueses, foi o estopim para uma série de reformas econômicas e sociais que afetavam grande parte da população. A primeira delas era o fim do regime do indigenato: em agosto de 1961, a “distinção entre indígenas e cidadãos portugueses foi retirada e atribuiu-se direitos iguais aos cidadãos ‘civilizados’ e ‘não civilizados’” (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 277). Em seguida, em outubro de 1962, os angolanos tornaram-se livres: a “obrigação moral de trabalhar por parte dos africanos foi abolida; os portugueses tinham de atrair a sua mão-de-obra por outros meios que não a pressão” (*Ibid.*, p. 280).

Nessa época, Luanda já era uma cidade bastante portuguesa:

diversos serviços e ofícios, outrora africanizados, estavam agora preenchidos pelos novos imigrantes portugueses. Em 1952, havia 35 por cento de brancos nascidos em Angola, ao passo que 60 por cento tinham nascido em Portugal; em 1960, 80 por cento da população branca de Luanda tinha nascido fora de Angola. (*Ibid.*, p. 212-213).

Depois de 1961, com a presença de milhares de soldados portugueses houve um aumento ainda maior da comunidade branca, além de um crescimento no nascimento de mestiços. Esses soldados, com um poder de compra alto, ainda estimularam o comércio (*Ibid.*, p. 285) e, portanto, contribuíram para o desenvolvimento econômico e a incrementação técnica de Angola, onde existiam guarnições militares, como era o caso de Luanda.

O sentimento coletivo de nacionalismo em Angola era fruto de uma “revitalização cultural que teve lugar entre a *intelligentsia* urbana e que se manifestou essencialmente sob a forma de uma regeneração literária, que procurou desenvolver formas e ideias africanas e angolanas” (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 221). Em sua maioria, essa produção literária era realizada em língua portuguesa e destacava-se principalmente na poesia. Com ela, expressava-se um “sentimento de ‘negritude’ envolvendo a personalidade angolana e a convicção de que o civilizado podia evoluir enquanto ‘homem como qualquer outro’” (*Ibid.*, p. 223). Independência e identidade, em Angola, estiveram intimamente ligadas.

A questão da independência nunca foi simples no país, por diversos motivos:

O que fazer dos 335.000 portugueses, dentre eles 172.000 colonos, dos quais um terço nascera na colônia e aos quais a economia portuguesa, bem menos desenvolvida que aquela dos seus vizinhos europeus, não podia oferecer empregos? A qual movimento africano transferir o poder? As três forças atuantes estavam profundamente divididas: às diferenças tocantes ao seu recrutamento e à sua composição sociológica, tanto quanto às suas divergências ideológicas, viriam se acrescentar as tensões étnicas. (...) Ademais, as riquezas agrícolas, minerais e petrolíferas – estas últimas concentradas em Cabinda, e suscitadoras de um vivo particularismo – excitavam a cobiça das grandes potências. (M'BOKOLO, 2010, p. 259-260).

Apesar das dificuldades, em 25 de abril de 1974 a derrubada da ditadura que vigorava em Portugal há quase 50 anos abriu as portas para a independência de suas colônias. Em Angola, o processo para a independência levou menos de dois anos, com acordos entre as forças portuguesas e os três principais grupos nacionalistas angolanos da época, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). As negociações sobre o futuro do país eram complexas, uma vez que três movimentos

diferentes disputavam pelo poder. Enfim, em janeiro de 1975, foi assinado um acordo que estabeleceu um governo de transição até novembro do mesmo ano, quando a independência de fato seria declarada.

Mesmo com a assinatura do acordo, em março e abril do ano seguinte conflitos armados entre o MPLA e a FNLA recomeçaram, provocando um alto número de mortos. Deu-se início a uma guerra civil que por 27 anos foi alimentada pelas três principais forças nacionalistas citadas anteriormente. Em setembro de 1992, já 17 anos depois de declarada a independência e do início da guerra civil que continuava a assolar o país, foram realizadas eleições presidenciais, supervisionadas pela ONU. Porém, com a vitória do candidato do MPLA, a UNITA acusou o grupo de falsificar os resultados e retomou a ofensiva no final do mesmo ano. Os ataques continuaram por anos, a ponto de as forças da ONU terem sido retiradas do país em 1999. Afinal, em abril de 2002, em Luanda, foram assinados acordos que deram fim à longa guerra civil. As primeiras eleições gerais do país ocorreram apenas em 2012, mas a presidência manteve-se nas mesmas mãos: o presidente do MPLA José Eduardo dos Santos, no poder desde 1979.

## 2 MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E IDENTIDADE

Apesar de os dois conceitos que guiarão nossas análises, assim como as referências historiográficas apresentadas no capítulo anterior, serem estudados em consonância com as investigações acerca dos romances, as discussões apresentadas neste capítulo são importantes, uma vez que abarcam as principais teorias utilizadas como embasamento para o desenvolvimento do trabalho e situam o leitor na complexa trajetória de exploração angolana. Entendemos que a partir das referências historiográficas que utilizamos no capítulo anterior concebe-se a ideia de progresso enquanto progresso tecnológico, passando, de certa forma, a impressão de que a África em vias de modernização estava em débito com a Europa moderna. Essa não é a visão defendida neste trabalho. No entanto, a historiografia utilizada ofereceu um importante suporte para compreendermos o processo de exploração de Angola e algumas de suas consequências para o país, os quais determinaram sua modernidade tardia. Aqui, aprofundaremos as noções de modernidade e modernidade tardia, bem como a ideia de identidade dentro desse quadro.

A modernidade está ligada ao advento da Revolução Industrial e diz respeito às mudanças ocorridas nas instituições e organizações sociais desde então – inicialmente, apenas na Europa. Segundo Giddens (2002, p. 21), foi apenas a partir do século XX que seu impacto se tornou mundial. Seu atraso, em determinados países, ocorreu por diversos motivos; em Angola, o subdesenvolvimento da metrópole e a falta de investimento na modernização da colônia são dois deles. Vidrovitch (2010, p. 404) afirma que as colônias portuguesas, apesar de bem-dotadas, “sofriam sobretudo pelo fato de dependerem de uma metrópole ‘subdesenvolvida’, sem condições de financiar sua exploração”. Wheeler e Pélissier (2016, p. 47) o atestam:

Como “os mais tenazes de todos os comerciantes europeus que foram para África”, [os portugueses] tenderam a revelar características que dificultaram o desenvolvimento moderno da metrópole. As explicações comportamentais encontram-se primordialmente em Portugal, e só de forma secundária em África.

O tema é relevante para o contexto angolano porque o país, apesar de possuir um grande número de produtos, como algodão, café, cana-de-açúcar, sisal e milho



(VIDROVITCH, 2010, p. 434), além de diamantes e petróleo, o que daria a ele condições de ser economicamente independente e mais desenvolvido, começou a se modernizar mais tardiamente. A questão é, também, tema dos dois romances que analisaremos mais à frente, especialmente pelo espaço dos dois ser a capital, Luanda. Por esse motivo, discutiremos o conceito a seguir, de forma a melhor definir a fundamentação teórica do trabalho.

## 2.1 DA MODERNIDADE À MODERNIDADE TARDIA

A Baudelaire é atribuído o crédito de ser um dos primeiros a traduzir a experiência moderna, ao utilizar o termo *modernité* para tratar da experiência de vida passageira em uma metrópole urbana. Para ele, que viveu entre 1821 e 1867, grande parte dos poetas de seu tempo que se dedicaram a temas modernos o fizeram de mau grado, apenas porque o governo lhes pedia e pagava por isso (BENJAMIN, 1994, p. 77). Ademais, os temas abordados costumavam ser conhecidos e oficiais, tal qual o heroísmo político francês. Baudelaire, por sua vez, se interessava pela vida nas grandes cidades e pelas pessoas que por ali andavam. Para ele, o sujeito da modernidade é o herói, que deve ser, justamente, o indivíduo comum:

há temas da vida privada bem mais heróicos. O espetáculo da vida mundana e das milhares de existências desregradas que habitam os subterrâneos de uma cidade grande — dos criminosos e das mulheres manteúdas —, *La Gazette des Tribunaux* e *Le Moniteur* provam que precisamos apenas abrir os olhos para reconhecer nosso heroísmo. (*Ibid.*, p. 77-78).

Ao analisar a obra de Constantin Guys, por exemplo, o francês admira justamente a modernidade dos assuntos retratados pelo pintor, isto é, a representação da sociedade do império, da figura do dândi, das mulheres e assim por diante.

Edgar Allan Poe, contemporâneo de Baudelaire, retratou o homem moderno, angustiado pela modernidade e industrialização, em “O homem da multidão”. No conto, cuja epígrafe já é muito sugestiva (“*Ce grand malheur, de ne pouvoir être seul*”), o personagem ocupa-se de observar nos mínimos detalhes, à distância e separado pelo

vidro da janela do hotel – ou seja, sem envolvimento pessoal –, a população comum de uma grande metrópole, Londres. Apesar de descritivo e detalhado, no enredo não há informações sobre a identidade do protagonista. Hipnotizado por um dos personagens da multidão, o narrador-protagonista encarrega-se de seguir, disfarçadamente, o estranho homem que o atrai, fazendo-o por horas e visitando os mais diversos cantos da cidade. Ao fim do trajeto, conclui que “Esse velho (...) é o tipo e o gênio do crime profundo. Recusa-se a estar só. *É o homem da multidão*. Será escusado segui-lo: nada mais saberei a seu respeito ou a respeito de seus atos” (POE, 2008, p. 267). Ainda que “recuse-se a estar só”, o velho vive a experiência urbana sem criar vínculos nos lugares por onde passa. O protagonista, igualmente, não passa de um espectador. Mesmo enquanto detetive amador de seu único objeto de interesse mais profundo, entende que nunca mais saberá a seu respeito. Ambos os personagens se perdem na multidão, e, por esse motivo, suas identidades são irrelevantes. Mais do que “o homem da multidão”, cada um deles é mais um homem *na* multidão.

No poema em prosa “A perda do halo”, por sua vez, enquanto aborda a questão da dessacralização da obra de arte e da figura do artista, Baudelaire apresenta um personagem inquieto com a modernidade e modernização da Paris com que até então se identificava, expondo mudanças pelas quais a cidade passava por conta disso: “enquanto atravessava apressado o bulevar, (...) através desse caos movente em que a morte chega a galope, por todos os lados ao mesmo tempo, minha auréola, num movimento brusco, escorregou de minha cabeça para o lodo do macadame” (BAUDELAIRE, 1995). A nova velocidade do mundo, o bulevar, popularizado pelo Barão Haussman, e o pavimento de macadame são fortes símbolos da transformação pela qual a capital francesa passava no início da era moderna. Para além disso, com a modernidade o personagem-artista torna-se um anônimo, parte insignificante da multidão que lota a cidade.

A urbanização e o reordenamento dos espaços são mudanças ligadas ao advento da modernidade e à modernização. A Paris de Baudelaire, por exemplo, foi reformada na segunda metade do século XIX sob a supervisão do já mencionado Barão Haussmann. No caso das colônias, ao discutir a modernização no contexto brasileiro, Rocha (1997, p. 64) explica o porquê dessa necessidade: “cidades passam por um tratamento estético e

social visando extirpar sua aparência colonial ‘elevando-as’ ao estatuto de metrópoles ‘modernas’”. Isso ocorre porque, segundo a autora, o imperialismo “assume o estatuto de uma concepção ideológica implementada e sustentada não só pela dominação direta e pela força física, mas por meios persuasivos de muito maior eficácia ao longo do tempo, convertendo-se, na prática, em processos cotidianos de hegemonia” (*Ibid.*, p. 61). Esses processos se manifestam em diversos níveis, e, no nível físico, a transformação de ambientes é um deles.

Como vimos, Luanda sempre foi uma exceção em Angola. Importante desde antes da chegada dos portugueses, e por eles valorizada devido ao seu privilegiado território, também foi a primeira região do país a ser desenvolvida:

No século XIX e inícios do século XX, Luanda tornou-se na única cidade angolana com condições mínimas de conforto (...). Apesar de ainda em 1924 ter sido descrita por um crítico português como “cidade porca”, Luanda foi, durante muitos anos, nas palavras de Mary Kingsley, a “única cidade” digna desse nome na costa da África Ocidental. (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 113).

Fica claro que a cidade não era necessariamente elogiada, e havia opiniões divergentes quanto às suas condições. Isso se dava, possivelmente, devido à comparação com as cidades europeias e a um preconceito inerente contra o que era africano. Apesar disso, era elevada ao estatuto de cidade e oferecia certa comodidade a quem ali visitasse.

As mudanças que a vida moderna produziu são maiores que as observadas em qualquer tipo de transformação em modos de vida de épocas precedentes. Giddens (1991, p. 14) acredita que essas modificações se deram nos planos extensional e intensional: “Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana”. Supõe-se, portanto, que as mudanças proporcionadas pela modernidade afetam a forma como nos vemos e até como percebemos o outro, isto é, trazem consequências para a nossa identidade. Como mostraremos a seguir, Giddens (2002) defende essa posição.

Tal como mencionamos no início do trabalho, Giddens (1991; 2002) coloca que os eixos institucionais da modernidade são o industrialismo e o capitalismo. Além dos dois, o autor menciona as instituições de vigilância surgidas com ou fortalecidas pela vida

social moderna. A escola e a prisão, como discutidas por Foucault, são duas formas de supervisão direta, mas no mundo moderno é característica a vigilância indireta, comumente baseada no controle da informação. Para o autor, esta é a “base do crescimento maciço da força organizacional associado com o surgimento da vida social moderna” (GIDDENS, 2002, p. 21). Essas instituições possibilitam um monitoramento e controle de relações sociais mesmo a longas distâncias temporais e espaciais, e essa é uma das principais distinções em relação a qualquer instituição pré-moderna.

O período moderno no qual vivemos – final do século XX e início do XXI – foi designado como pós-moderno por muitos teóricos, como Jean-François Lyotard, David Harvey e Linda Hutcheon. Giddens (1991), por sua vez, recusa e desconstrói o conceito. Segundo ele, “Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 12). Para negá-lo, o autor elenca as principais concepções representadas pelo termo:

Ao que se refere comumente a pós-modernidade? Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral. (*Ibid.*, p. 52).

A partir disso, avalia que “Falar da pós-modernidade como suplantando a modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível: dar alguma coerência à história e situar nosso lugar nela” (*Ibid.*, p. 53). Conclui, portanto, que diferentemente do que o prefixo “pós” indica, não houve uma ruptura com os tempos modernos, isto é, “não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização” (*Ibid.*, p. 57). A esta fase o autor dá o nome de alta modernidade, ou modernidade tardia. É esta a noção que acatamos neste trabalho.

Nesse sentido, Zygmunt Bauman dialoga com Giddens:

A sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa. (BAUMAN, 2001, p. 36).

Para o sociólogo polonês, há dois aspectos da modernidade do século XXI, a qual ele intitula modernidade fluida ou líquida, que a tornam diferente. A primeira é o declínio da ilusão moderna em relação a um estado de perfeição a ser atingido no futuro próximo, isto é, a ilusão de que em algum momento haveria uma sociedade justa e sem conflitos. A segunda é a privatização das tarefas e deveres modernizantes: “O que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (“individualizado”) (...)” (BAUMAN, 2001, p. 38).

Bauman afirma que o começo da era moderna pode ser associado a várias particularidades das práticas humanas, dentre elas a emancipação do tempo em relação ao espaço e, com isso, “sua subordinação à inventividade e à capacidade técnica humanas e, portanto, a colocação do tempo contra o espaço como ferramenta da conquista do espaço e da apropriação de terras” (*Ibid.*, p. 131). Na modernidade líquida ou tardia, porém, o impacto dessa mudança na condição da existência humana se amplia: hoje, sugere o autor, espaço e tempo são irrelevantes, uma vez que “o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e ‘aqui’. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta” (*Ibid.*, p. 136). Mesmo postulando isso como verdadeiro de uma forma geral, Bauman adverte que a independência entre um e outro não é completa, e complementa com uma nota a respeito do capital que, dentro dessa estrutura, não é tão volátil como gostaria de ser, uma vez que fatores territoriais ainda devem ser considerados, visto que “o ‘poder de confusão’ dos governos locais ainda pode colocar limites constrangedores à sua liberdade de movimento” (*Ibid.*, p. 172).

De qualquer forma, nota-se nessa linha de pensamento que uma das principais características da modernidade tardia é a exacerbação de alguns traços da modernidade. A globalização e as tecnologias de informação são dois novos elementos que contribuem com isso:

Nas condições da modernidade tardia, vivemos “no mundo” num sentido diferente do de épocas anteriores da história. (...) as transformações do lugar, e a intrusão da distância nas atividades locais, combinada com a centralidade da experiência transmitida pela mídia, mudam radicalmente o que “o mundo” é na realidade. (...) Embora todo mundo viva uma vida local, os mundos fenomênicos da maioria são verdadeiramente globais. (GIDDENS, 2002, p. 173-174).

Bauman (2001, p. 154) complementa que “Embora todas as agências da vida política permaneçam onde a ‘modernidade líquida’ as encontrou, presas como antes a suas respectivas localidades, o poder flui bem além de seu alcance”. Dessa forma, as organizações modernas permitem que eventos locais possam afetar profundamente diversas relações a nível global, com uma rapidez nunca antes imaginada em tempos pré-modernos. Afetam, portanto, a vida de milhares de pessoas.

A modernidade e a modernidade tardia, em teoria, proporcionam a oportunidade de vivermos com mais segurança, ou com tal ilusão, e maior liberdade de escolha – ainda que Baudelaire acredite que apenas passamos de uma gaiola menor para outra um pouco maior. Apesar disso, os riscos que trazem consigo não devem ser ignorados, tais quais aqueles relacionados ao meio ambiente criado. Hoje, a natureza consiste em uma ameaça de forma muito diferente da que representava em períodos pré-modernos. O risco de furacões ou abalos sísmicos, por exemplo, ainda real, agora se une a ameaças ecológicas que são “o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 112). A esse respeito, Giddens defende que

A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade. (...) Agora que a natureza, como fenômeno externo à vida social, chegou em certo sentido a um “fim” — como resultado de sua dominação por seres humanos —, o risco de uma catástrofe ecológica constitui parte inevitável do horizonte de nossa vida cotidiana. Outros riscos de alta consequência, tais como o colapso dos mecanismos econômicos globais, ou o surgimento de super-Estados totalitários, são também parte inevitável de nossa experiência contemporânea. (GIDDENS, 2002, p. 11-12).

Os efeitos de tal mudança são incorporados à narrativa de *Os Transparentes* (2013), mas os discutiremos com profundidade em seu capítulo de análise.

Tanto a liberdade quanto o risco que a modernidade tardia proporciona estão estreitamente ligados à tecnologia. Hoje, técnica e tecnologia se encontram indissociáveis das condições de vida modernas, uma vez que estão diretamente conectadas ao industrialismo, capitalismo, sistemas de vigilância e à globalização. Em “Os signos em rotação”, Octavio Paz coloca que a técnica é uma realidade tão real, especialmente pela sua ubiquidade, que “a verdadeira realidade deixou de ser natural ou sobrenatural: a indústria é a nossa paisagem, nosso céu e nosso inferno” (PAZ, 2012, p. 267). Giddens (1991, p. 81) aponta que a tecnologia moderna é utilizada mesmo em estados essencialmente agrícolas, mas isso não significa que ela esteja disponível a todos. O autor acredita que a tecnologia desempenha um papel fundamental no que ele chama de segregação da experiência, no sentido de que “para muitas pessoas, o contato direto com eventos e situações que ligam a vida individual a questões mais amplas de moralidade e finitude são raras e fugazes” (GIDDENS, 2002, p. 15). É preciso atentar para o fato de que, uma vez que ela não possui vontade própria, é a maneira como o homem utiliza a tecnologia que causa tais efeitos. Para nós, este é um dos principais pontos a ser discutido a respeito da tecnologia nas análises dos romances: a quem, de fato, ela chega e, muito mais do que isso, a que e a quem ela se presta.

Canclini (2015) discute a questão da modernidade no contexto latino-americano, mas muitas de suas observações se aplicam à conjuntura angolana. Primeiramente, é preciso considerar, como ele propõe, que o debate não se resume à contraposição entre tradição e modernidade. Esse maniqueísmo, além de simplista, é inverídico, uma vez que há uma hibridação de culturas, e a modernização raramente opera por meio da substituição do tradicional. O autor explica que na América Latina – e o caso é semelhante em Angola – “houve rupturas provocadas pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização que, apesar de terem ocorrido depois que na Europa, foram mais aceleradas” (CANCLINI, 2015, p. 74), mas essas rupturas se chocavam com “o analfabetismo da metade da população, e com estruturas econômicas e hábitos políticos pré-modernos” (*Ibid.*). Assim, temos que apesar de uma modernização rápida após a independência, principalmente depois da guerra civil, em Angola, ela não alcançou a maioria da população, mesmo nos centros mais modernos, como Luanda, Huambo, Benguela e Lobito – o que gera sociedades híbridas, não atrasadas.

## 2.2 MODERNIDADE E IDENTIDADE

As mudanças institucionais e comportamentais introduzidas pela modernidade provocaram, também, transformações na identidade. Em Angola, a questão identitária é ainda mais complexa, devido ao processo de aculturação instituído com a colonização. Ao discutir a situação africana às vésperas da conquista europeia, Ajayi (2010, p. 924) afirma que “No curso dos anos 1870, já era possível constatar que o processo de aculturação tinha como efeito o enfraquecimento da identidade dos países de acolhida”.

Bosi (2005, p. 17) estabelece que aculturar um povo é o mesmo que “sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior”. Em Angola, esse processo ocorreu de diversas formas. Primeiramente, é preciso lembrar que a cultura oral angolana é muito mais antiga que a escrita, portanto os primeiros documentos a seu respeito foram produzidos pelos colonizadores, que o faziam a partir de sua própria perspectiva. Em manuscritos acerca da estrutura administrativa do reino do Congo (que incluía o atual território angolano) em finais do século XIV e início do XV, por exemplo, Vansina (2010a, p. 650) expõe como eles “só nos falam das funções que eram facilmente compreensíveis para os europeus que os redigiam”. Em segundo lugar, havia os processos civilizatórios instituídos pelos europeus, os quais incluíam a cristianização e a “nacionalização” lusitana. Concomitantemente, o ensino da língua portuguesa, em muitos casos obrigatório, também teve seu papel nesse sentido. De acordo com Sow e Abdulaziz (2010, p. 632),

Ao passo que as grandes mutações sociopolíticas do século XX encontram-se desde antes esboçadas, quanto à África, o continente delas experimenta as graves consequências no que diz respeito à sua identidade cultural. Os autênticos valores do passado que haviam feito as suas provas, encontram-se recriados, ridicularizados e humilhados perante os novos valores das civilizações europeias. (...) Viver como o colono, vestir-se como ele, comer e beber como ele, falar e habitar como ele, rir e enraivecer-se como ele, ter as mesmas referências religiosas, morais e culturais que ele, eis no que consistem as novas aspirações do colonizado.



Um primeiro aspecto a ser considerado a respeito da identidade, sobretudo a identidade nacional, é o de que ela não é descoberta, ou seja, não surge naturalmente na experiência humana, mas é construída e imposta. Segundo Bauman (2005, p. 26), “Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e concretizar numa realidade (...) – e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos”. Para o autor, a identidade nacional tem por objetivo o direito centralizador de determinar as fronteiras entre “nós” e o outro. A alteridade, afinal, é inerente à identidade, uma vez que apenas nos percebemos como “nós” quando em comparação com o outro. Esse é um princípio básico explorado em diversos campos do conhecimento. Émile Benveniste, por exemplo, ao tratar da subjetividade na linguagem, reitera que “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (BENVENISTE, 1988, p. 286).

No caso da identidade nacional, a ideia não é a de que “nós” sejamos completamente iguais e “eles” completamente diferentes, mas os aspectos que nos são semelhantes são mais significativos dos que os que nos separam, enquanto os que nos diferenciam dos outros são mais importantes do que os que possamos ter em comum. É, para Bauman (2001, p. 202), “uma situação tipicamente ou/ou: as fronteiras que ‘nos’ separam ‘deles’ estão claramente traçadas e são fáceis de ver”.

No que se refere às mudanças ocasionadas pelo advento da modernidade, Giddens (2002, p. 9) explica que ela “altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência”. Com isso, as “transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto com o eu” (*Ibid.*). O autor ainda acredita que a identidade, hoje, se relaciona diretamente com a globalização, e explora a questão:

As transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são os dois pólos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. Não quero negar a existência de muitos tipos de conexões intermediárias – por exemplo entre localidades e organizações estatais. Mas o nível do distanciamento tempo-espaço introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global. (GIDDENS, 2002, p. 36).

A identidade individual, portanto, está intimamente conectada com o social e o global. Com isso, a auto-identidade torna-se mais problemática, porque as mudanças engendradas pela modernidade são cada vez mais intensas e, ao serem intrínsecas a influências globalizantes, atingem “as bases da atividade individual e da constituição do eu” (*Ibid.*, p. 170).

Quando se pensa na ideia de identidade angolana, é preciso que algumas considerações estejam claras. A questão da hegemonia cultural imposta pela metrópole portuguesa é significativa, uma vez que esse é um importante fator de estratificação. Na hierarquia global emergente, Bauman (2005, p. 44) afirma haver dois polos no que se refere à identidade: um no qual se encontram aqueles que “constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade”, e outro no qual estão os que “não têm direito de manifestar as suas preferências” (*Ibid.*). Percebe-se a relação da identidade com poder, e os angolanos, desde o início da colonização, se encontrariam no segundo polo. Com a dominação portuguesa, foram oprimidos por identidades impostas pelo outro e estas, muitas vezes, os estigmatizavam, como já vimos no segundo capítulo. Além desse aspecto, a pluralidade de culturas na região se faz notável. Wheeler e Pélissier (2016, p. 32) esclarecem que:

Angola é uma sociedade plural, composta por vários grupos culturais. Antes da chegada dos europeus, o grupo racial negróide invadiu e dominou os primeiros invasores do grupo bosquímano. A maior parte dos povos de Angola são falantes de língua bantu, integrando um grupo que ocupa cerca de um terço do continente africano. Em Angola, estes grupos compreendem cerca de 90 a cem etnias ou subgrupos; o número é enganador, no entanto, pois muitos dos grupos partilham culturas e valores.

Ademais, hoje, as nações modernas são todas culturalmente híbridas, e as identidades culturais dificilmente são rígidas. Pelo contrário, as identidades são não apenas negociáveis, mas provisórias: “as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age (...) são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 17). São, por fim, como propõe Boaventura de Sousa Santos (1993, p. 31), “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. (...) Identidades são, pois, identificações em curso”.

*Teoria Geral do Esquecimento e Os Transparentes* abordam a identidade de formas diferentes – de acordo com a nossa análise, pelo menos. Como veremos, no romance de Agualusa, além de haver as diferentes visões de portugueses e angolanos sobre o outro, acompanhamos as mudanças de perspectiva da portuguesa Ludovica, a personagem principal, em um ambiente que por muitos anos considerou hostil, Luanda. A obra de Ondjaki, por sua vez, encarna no personagem Odonato a reflexividade da auto-identidade impulsionada pela modernidade tardia. Ademais, acompanhamos diversos personagens que, em sua maioria simples, são afetados por diversos componentes institucionais da modernidade. Em contraste com personagens de *status* social mais privilegiado, analisamos de que forma estes últimos se beneficiam com as instituições modernas e as fazem funcionar a seu favor, afetando, com isso, a todos os outros.

Tomaz Tadeu da Silva (2003, p. 31), na esteira de Stuart Hall, defende que a identidade e a diferença dependem de representação. Para ele, “É por meio da representação (...) que a identidade e a diferença adquirem sentido (...) [e] passam a existir”. Buscamos, portanto, analisar de que forma essas identidades são representadas e como a modernidade tardia exerce sua influência nessa questão. Silva também acredita que a representação da identidade está ligada a sistemas de poder, uma vez que “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (*Ibid.*, p. 91). O autor resume a discussão da seguinte maneira:

podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (*Ibid.*, p. 96-97).

Temos, assim, os pilares da identidade, e com eles pretendemos explorar a noção nos romances.

Vimos, porém, que no contexto angolano a questão identitária é ainda mais complexa devido à hegemonia cultural imposta pela metrópole portuguesa durante o colonialismo. O período que se seguiu à independência foi de ruptura, mas, ainda assim, as marcas dos séculos de dominação se fizeram presentes. Os estudos pós-coloniais analisam o impacto cultural do colonialismo e, no campo da literatura, analisam as

produções literárias dos povos previamente colonizados e de seus ex-colonizadores, explorando, entre outros aspectos, a forma como retratam um ao outro. Essas teorias, apesar de não serem o foco do nosso trabalho, principalmente por serem dominadas pelas perspectivas das ex-colônias inglesas e francesas, não podem ser relegadas. Portanto, a seguir, exploraremos as noções de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi K. Bhabha que nos interessam.

### 2.3 IDENTIDADE NOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

Considera-se que um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais foi *Orientalismo*, de Edward Said, no qual o autor analisa a visão ocidental do mundo “oriental” conforme construída pelos próprios ocidentais. A identidade é tema recorrente na obra, e uma das primeiras postulações de Said é a de que ela é uma invenção coletiva – e, por isso, termos como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, por exemplo, seriam rubricas falsamente unificadoras que reúnem indivíduos muito diferentes uns dos outros. Por esse motivo, ele acredita, tal ideia deve ser combatida. Mais do que isso, “a identidade do eu ou do ‘outro’ é um processo histórico, social, intelectual e político muito bem elaborado que ocorre como uma luta que envolve indivíduos e instituições em todas as sociedades” (SAID, 2007, p. 441). Dessa forma, durante o colonialismo a construção da identidade do “outro” era uma forma de sujeitar o colonizado para que se pudesse exercer certa autoridade sobre ele.

Além da identidade, a ideia de representação é indispensável para Said. Segundo o autor, “a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados” (SAID, 2007, p. 14). No contexto colonial, as representações dos subalternos, muitas delas realizadas através da escrita, fosse em território intelectual ou imaginativo, foram essenciais para justificar a dominação das então colônias.

A questão real para o intelectual é se pode haver uma representação verdadeira de algo “ou se toda e qualquer representação, por ser representação, não está embutida

primeiro na linguagem, e depois na cultura, nas instituições e no ambiente político daquele que representa” (*Ibid.*, p. 365). Para ele, a segunda alternativa é a correta, e por esse motivo devemos constatar que o discurso dentro de uma cultura é uma representação dela, não a verdade, e muitas outras coisas estão implicadas além da verdade – que é, ela mesma, uma representação. Assim, a identidade dos colonizados esteve sempre em consonância com a construção da representação que deles se fazia, e da qual eles não tinham nenhum controle:

o que dava ao mundo dos orientais a sua inteligibilidade e identidade não era o resultado de seus próprios esforços, mas antes toda a complexa série de manifestações sagazes pelas quais o Oriente era identificado pelo Ocidente. Assim unem-se as duas características da relação cultural que tenho discutido. O conhecimento do Oriente, porque gerado pela força, *cria* num certo sentido o Oriente, o oriental e o seu mundo. Na linguagem de Balfour e Cromer, o oriental é descrito como algo que se julga (como num tribunal), algo que se estuda e descreve (como num currículo), algo que se disciplina (como numa escola ou prisão), algo que se ilustra (como num manual de zoologia). O ponto é que em cada um desses casos o oriental é *contido* e *representado* por estruturas dominadoras. (SAID, 2007, p. 73-74).

Homi Bhabha, ao discorrer sobre o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo, se aprofunda na questão da representação do colonizado. Segundo ele, a construção do sujeito colonial e o exercício do poder colonial se dão no discurso, e essas práticas exigem uma articulação das formas da diferença, sejam elas raciais, sexuais ou de outra natureza: “Tal é, segundo creio, o momento do discurso colonial. É uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (BHABHA, 2013, p. 119). Portanto, é preciso questionar o modo de representação da alteridade.

Consoante ao que defendemos previamente, Bhabha caracteriza o discurso colonial como um aparato de poder. Como tal, “se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas” (*Ibid.*, p. 123) e “busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados mas avaliados antiteticamente” (*Id.*). Dessa forma, tem como objetivo retratar o colonizado como degenerado e, assim, fundamentar sua dominação. Mais do

que isso, fabrica uma ideia do colonizado como “outro” e abre portas para estabelecer sistemas de administração.

Frantz Fanon, filósofo e psiquiatra francês envolvido na luta pela independência da Argélia, descreve os efeitos desse processo, apresentados a seguir por meio de Bhabha:

Uma agonia prolongada em lugar de um total desaparecimento da cultura pré-existente. A cultura anteriormente viva e aberta para o futuro torna-se fechada, fixada no estatuto colonial, presa no jugo da opressão. Presente ou mumificada, ela testemunha contra seus membros... A mumificação cultural leva à mumificação do pensamento individual... Como se fosse possível a um homem desenvolver-se de outro modo senão dentro da moldura de uma cultura que o reconhece e que ele decide assumir. (FANON, 1970, p. 44, *apud.* BHABHA, 2013, p. 134).

O sujeito colonizado, portanto, se transforma em “outro” em seu próprio território e, assim, se vê preso à moldura de uma cultura que não é a sua.

A alteridade é uma constante nos estudos pós-coloniais, e Gayatri Spivak também a examina. De acordo com ela, um claro exemplo da violência epistêmica do colonialismo é “o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2010, p. 47). Além disso, o colonizado é visto apenas como *um* Outro, isto é, uma unidade diferente do “nós”. Nesse sentido, a crítica atenta para a importância de se insistir que o sujeito colonizado é heterogêneo.

Para mais, uma das grandes questões colocadas por Spivak é se esse “outro” – transformado como tal pelo colonizador – pode falar. Ela argumenta que não há nenhum espaço a partir do qual esse sujeito possa falar e, por esse motivo, conclui que não, “O subalterno não pode falar” (*Ibid.*, p. 126). Quando o afirma, Spivak, claro, não é literal. O problema encontra-se em não possuir espaço para fazê-lo ou, considerando-se o dialogismo da fala, não ser ouvido.

Os grandes teóricos dos estudos coloniais, como mencionamos anteriormente e conforme vimos nesta seção, se baseiam nas perspectivas do colonialismo inglês e francês. Said (2007), quando discute colonialismo, trata da contraposição do Ocidente com o Oriente, mais especificamente do mundo árabe. Bhabha (2013), por sua vez, foca no colonialismo inglês, com especial atenção para a Índia, assim como Spivak (2010).

Frantz Fanon, outro importante nome dos estudos coloniais de que não nos ocuparemos, se reporta principalmente à colonização francesa na Argélia. O colonialismo português, no entanto, foi muito diferente daqueles do império anglo-saxão e francês, da colonização à descolonização. Boaventura Santos (2003) nos elucida a respeito:

Nos estudos pós-coloniais o colonizador surge sempre como um sujeito soberano, a encarnação metafórica do império. Ora, no colonialismo português tal não se pode pressupor sem mais. Só durante um curto período — a partir do final do século XIX, na África — é que o colonizador encarna o império, e mesmo assim em circunstâncias muito seletivas. Fora disso, apenas se representa a si próprio. É um auto-império, e como tal, tão livre para o máximo excesso como para o máximo defeito da colonização. Mas precisamente porque essa identidade imperial não lhe é outorgada por ninguém além dele, ele é de fato um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado. Por isso, a autoridade não existe para além da força ou da negociação possíveis de mobilizar na zona de encontro. (SANTOS, 2003, p. 28).

Ademais, a descolonização das colônias portuguesas na África aconteceu simultaneamente com o fim da ditadura salazarista em Portugal. Com isso, Santos coloca que houve um sentido partilhado de libertação tanto para o colonizador quanto para o colonizado, o que criou certa cumplicidade entre os dois. Assim, “A consequência mais decisiva dessas rupturas simultâneas foi que, combinadas com a posição semiperiférica de Portugal no sistema mundial, permitiram minimizar as seqüelas neocolonialistas no período pós-independência” (*Ibid.*, p. 48). Portanto, apesar das similaridades nas bases do projeto colonial, o contexto português era muito diverso, e o processo de independência e período pós-colonial, da mesma forma, se distinguem grandemente dos ingleses e franceses.

## 2.4 LITERATURA E(M) ANGOLA

Em entrevista a Joana Marques, o crítico literário português João Barrento defende que a literatura é um “trabalho de estruturação de um olhar sobre o mundo e depois a colocação desse olhar sob a forma de linguagem. Uma linguagem que não se limite a contar factos (isso, lá está, é o que fazem os media) mas que dê a ver o invisível através do visível” (MARQUES, 2016). Barrento acredita, portanto, que muito além da

representação de fatos reais – e, por esse motivo, está no campo da ficção –, envolve um trabalho estilístico da linguagem que pode inspirar-se neles, realizando uma operação a partir da realidade.

Apesar de concordamos com a sua colocação, acreditamos ser necessário debater a literatura como, também, um espaço de legitimação e construção de representações do mundo social. Regina Dalcastagnè defende essa ideia, e acredita que, além disso, a literatura é “um dos terrenos em que são reproduzidas e perpetuadas *determinadas* representações sociais, camufladas, muitas vezes, no pretenso ‘realismo’ da obra” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 19). Essas representações fazem com que certas imagens – de um local, de um povo, da história – sejam imaginadas e acatadas pelo leitor. A crítica, nesse sentido, é muito expressiva. No caso das literaturas angolana e moçambicana, ela ainda vem de fora, principalmente de Portugal e do Brasil, travando a autonomia da instituição literária desses países. Isso é importante porque, de acordo com Inocência Mata (2004, p. 13), “a crítica é uma instância fundamental da instituição literária e, portanto, de legitimação da literatura, como o são o público, os jornais, as editoras, os prêmios e a universidade com os seus elencos curriculares”. Assim sendo, é também responsabilidade da crítica, de acordo com a autora,

tornar visível o confronto de memórias sobre o passado que dinamizam o sistema literário como resultado imagético de um processo de reconstituição e de reinvenção, com uma intenção finalística. Penso que o crítico tem de estar consciente desse processo para não trair, como leitor, o protocolo de ficcionalidade, fundamental para a condição literária. (MATA, 2004, p. 19).

Em Angola, a literatura sempre desempenhou um importante papel. Ainda no período colonial, foi utilizada como instrumento para a defesa do nacionalismo africano. Agostinho Neto, por exemplo, presidente do MPLA e o primeiro presidente da Angola independente, era poeta<sup>2</sup> e utilizou seus versos como mecanismo de luta, para criticar a ocupação colonial e clamar pela independência. As estrofes a seguir, retiradas do poema “Havemos de voltar”, de 1960, evidenciam isso:

---

<sup>2</sup> Grande parte de sua produção encontra-se no site da Fundação Dr. António Agostinho Neto, que tem por objetivo divulgar sua vida e obra. Disponível em: <<http://www.agostinhoneto.org/>>.



(...)

À bela pátria angolana  
nossa terra, nossa mãe  
havemos de voltar

Havemos de voltar  
À Angola libertada  
Angola independente

No continente africano, a literatura experimentou um impulso a partir dos anos 1930, devido ao desenvolvimento da educação e a expansão da alfabetização. Em Angola, o aumento de oferta na educação se deu um pouco mais tarde, a partir dos anos 1960. Segundo Wheeler e Pélissier (2016, p. 333), a partir disso “a criança angolana aprendia os rudimentos da língua, da civilização, da história e da geografia portuguesas”. Com isso, houve um crescimento significativo no número de falantes de português, o que proporcionou um primeiro contato com a literatura escrita por meio da língua do colonizador. Ainda assim, o número de alfabetizados na altura da independência do país, em 1975, era mínimo – menos de 5% – (CHAVES, 2004, p. 149), portanto o acesso à literatura, ainda que em ascensão, era insignificante.

Até então a literatura oral predominava, e a poesia “consistia na forma literária autóctone melhor enraizada nas tradições do continente” (MAZRUI, 2010, p. 663). O romance, por sua vez, representava uma forma literária puramente europeia, e “no próprio mundo ocidental, este gênero é, antes e sobretudo, um produto do século XIX e da revolução industrial” (*Ibid.*, p. 664). Assim sendo, o próprio romance é produto da modernidade. Mazrui (2010) elenca sete temas recorrentes na literatura africana moderna e é interessante notar como, segundo o autor, o conflito entre a tradição e a modernidade é um deles. O romance nigeriano *Things fall apart* (O mundo se despedaça, na tradução brasileira), de Chinua Achebe, lançado em 1958, é um clássico exemplo que explora o tema. Nele, a história de Okonkwo, guerreiro da tribo Igbo, é narrada a partir de dois momentos muito marcados: antes da colonização britânica, com relatos acerca dos costumes e crenças de sua tribo, e depois da chegada dos colonizadores, evidenciando o contraste do período pré-colonial com o da dominação inglesa a partir da descrição de diversos elementos, fossem eles religiosos, políticos e até mesmo

arquitetônicos. A obra abriu espaço para diversas outras narrativas escritas por africanos no continente e é considerada um marco histórico para a literatura africana.

Mazrui (2010, p. 680) acredita que as três principais forças que contribuíram para uma forte influência europeia na literatura africana foram “o sistema de ensino de tipo ocidental (...); o cristianismo ocidental, o qual importara novos paradigmas éticos e explicativos; a tecnologia, sobretudo em função do seu impacto sobre a evolução econômica e a produção material”. Além disso, as línguas europeias começaram a ser utilizadas para a produção literária no continente – caso, esse, de *Things Fall Apart*, escrito em inglês, o que num primeiro momento possibilitou um acesso mais universal à obra.

No caso da literatura africana em língua portuguesa, “o hibridismo linguístico foi uma das constantes mais significativas da [sua] textualidade” (LEITE, 2003, p. 19). Dessa forma, a literatura africana lusófona encontrou sua própria maneira de “dialogar com as ‘tradições’, intertextualizando-as, obtusamente, no corpo linguístico” (*Ibid.*, p. 21). *Luuanda*, de Luandino Vieira, publicado em 1963, inovou nesse sentido, pois foi um dos primeiros livros a romper com a norma portuguesa na literatura angolana, utilizando-se de diversas palavras e expressões em quimbundo. O próprio título do livro apresenta o nome da cidade em discordância com a grafia portuguesa. Constituído por três contos, neles são apresentadas as histórias de famílias luandenses que habitam os musseques<sup>3</sup> da capital, retratando sua posição de subalternidade em relação aos administradores portugueses. O trecho seguinte, retirado do conto “Vavó Xíxi e Seu Neto Zeca Santos”, ilustra a questão linguística que mencionamos:

No sol pequeno, pelejando com as nuvens ainda a tapar o azul do céu, vem um calor fresco da água que caiu. Pelos fios, atravessando o musseque, as piápias estão pousadas em bandos, esquecendo, distraídas, as figas dos miúdos. Os pardais já saltam, pardal não sabe andar, e vão assim, pelo chão molhado, apanhar as jingunas de encher os papos. Nos troncos mais novos das mulembas, plim-plaus e rabos-de-junco estão cantar a derrota que dão nos figos desses paus. Marimbondos saem malucos dos ninhos deles, nos cajueiros; os gumbatetes aproveitam o barro para adiantar construir as casas. (VIEIRA, 1984, p. 13).

---

<sup>3</sup> Bairros suburbanos nos arredores de Luanda.

Ao pensar em literatura angolana hoje, é preciso compreender que ela é fruto de um hibridismo que não se limita apenas à língua. A impossibilidade de regressar a uma “pureza pré-colonial” ou de criar “formações nacionais, totalmente independentes das suas implicações históricas na empresa colonial” (LEITE, 2003, p. 36) é evidente. Em vista disso, o que se pode entender como literatura angolana? Quem propõe essa pergunta é o escritor e crítico angolano Luis Kandjimbo, e ele mesmo a responde:

Será literatura angolana aquele conjunto que compreende os textos orais, as versões escritas dos textos orais em línguas nacionais, os textos escritos em línguas nacionais, língua portuguesa ou outras línguas europeias, produzidos por autores angolanos com recurso às técnicas da ficção narrativa, de outros modos da escrita desde que se verifique neles uma determinada intenção estética, crítica ou histórico-literária, veiculando elementos culturais angolanos. (KANDJIMBO, 2001, p. 168).

Portanto, o autor acredita que tudo o que seja escrito veiculando elementos culturais angolanos por meio de recursos da ficção narrativa deve ser considerado como tal.

A discussão que levantamos nessa breve seção é interessante, visto que as duas obras que escolhemos são romances, gênero de origem europeia, escritos em língua portuguesa, a língua do colonizador, por um autor branco e outro mulato, pertencentes a uma elite angolana. Vimos, porém, que o gênero literário, a língua e a cor não são elementos que legitimam uma identidade autêntica à literatura angolana. Ainda assim, a voz do autor e o lugar de onde ela vem devem ser considerados, pois “corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 21).

Antonio Candido (2006) determina que os fatores socioculturais são, de fato, importantes, mas devem servir apenas de auxílio à análise literária, de forma a esclarecer alguns aspectos da obra. De acordo com ele,

a primeira tarefa é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação. O grau e a maneira por que influem estes três grupos de fatores variam conforme o aspecto considerado no processo artístico. Assim, os primeiros se manifestam mais visivelmente na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão. Eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua

época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio. (CANDIDO, 2006, p. 31).

A realidade social, portanto, não deve ser considerada causa ou significado na obra de ficção, mas um componente de constituição da estrutura literária. A própria técnica, para Candido, é um fator sociocultural que influencia a formação e caracterização dos públicos.

Assim como Barrento e Dalcastagnè, o sociólogo brasileiro aponta para a importância da consciência “da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de *poiese*” (CANDIDO, 2006, p. 22). Logo, deve-se levar em conta não (apenas) a realidade, mas sua transposição para o fictício através da estilização formal. Candido (*Ibid.*, p. 199) conclui que “o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas”. Com isso em mente, partimos para as análises das obras literárias.

### 3 TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO

“Do you defend niggers, Atticus?” I asked him that evening. “Of course I do. Don’t say nigger, Scout. That’s common.” “’s what everybody at school says.” “From now on it’ll be everybody less one.”

(Harper Lee, *To Kill a Mockingbird*, 1960)

No anseio de compreender e de interpretar os rumos do período pós-independência, uma parte representativa da prosa angolana situa seus enredos entre o final do período colonial, em 1975, e da guerra civil, cujo acordo definitivo de paz, como vimos, ocorreu apenas em 2002. À literatura, enquanto parte ativa de uma cultura, caberia assim, dentre outras funções, pensar o quanto dessa herança impregnou as relações políticas e sociais. Rita Chaves (2000, p. 253) aponta que “ainda sob o calor dos fatos muito recentemente vividos, uma significativa parte da produção literária angolana vai se dedicar à pesquisa histórica como base da criação”. Para ela, os romances de José Eduardo Agualusa, nascido em 1960, “encontram-se nessa opção pela incursão no passado” (*Ibid.*). Dentre os diversos livros publicados pelo escritor, *Teoria Geral do Esquecimento* (2012) é um dos exemplos mais recentes disso.

Nesse sentido, a estrutura narrativa do romance ancora-o ao real, na medida em que remete a nomes e informações que aludem a um conjunto de referências recuperáveis fora da obra. Entre eles, os procedimentos realizados para passar esse efeito do real são as indicações espaço-temporais equivalentes no texto e no extratexto, como o espaço em que a ação acontece, Luanda, a alusão a acontecimentos comprovadamente históricos, como a independência de Angola, a menção ao regime de Joseph-Désiré Mobutu, no vizinho Congo (atual Zaire), e assim por diante.

De forma a melhor situar o autor dentro dessa discussão, cabe explicar que Agualusa é um angolano branco, de ascendência portuguesa e brasileira, e, por conseguinte, fala a partir de uma condição angolana muito específica. Por esse motivo, é muito questionado no campo da representação, onde é debatido se ele representa de fato a Angola e os angolanos, e como o faz. De qualquer maneira, lembremos a posição de Candido, de que

o aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise de sua composição, não da sua comparação com o mundo. Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente. (CANDIDO, 2009, p. 75).

Portanto, apesar de seu lugar de fala ser relevante, muito mais importante é a construção poética elaborada a partir dele, principalmente porque, apesar de ser necessário debater a literatura como espaço de voz de determinados grupos, ela não historiciza identidades, mas as cria.

O romance narra a história de Ludovica, nascida em Aveiro, Portugal, a partir de sua mudança para Luanda com a irmã, Odete, quando esta se casou com Orlando, viúvo angolano de ascendência lusitana. Sempre muito retraída, dividia seu tempo em casa, no apartamento de luxo do cunhado, entre as atividades de limpeza, de cozinha (após dispensar os empregados, a seu pedido) e de leitura. Ciente da condição solitária da cunhada, Orlando a presenteou com um cachorro branco, a quem ela nomeou Fantasma. A abertura do livro situa a ação: “Ludovica Fernandes Mano faleceu em Luanda, na clínica Sagrada Esperança, às primeiras horas do dia 5 de outubro de 2010. Contava 85 anos” (AGUALUSA, 2012, p. 9). Assim, quando somos apresentados à personagem nas vésperas da declaração de independência da Angola, sabe-se que ela tem aproximadamente 50 anos. Dois anos antes, em 1973, havia se mudado para o país após o casamento da irmã.

Ainda em Portugal, sua vida limitava-se aos domínios da casa. O céu, assim como qualquer espaço aberto, causava-lhe medo, e para enfrentá-lo, nos momentos de necessidade, utilizava um guarda-chuva. Em Luanda, contrapondo-se aos intensos acontecimentos políticos a sua volta, Ludovica manteve-se distante e a salvo das convulsões sociais. Ainda que apareça como narradora em alguns capítulos, quando são apresentados trechos referentes aos seus diários, a narração faz-se predominantemente em terceira pessoa. Nenhum personagem encarrega-se dela: extradiegético, temos um narrador onisciente neutro. De acordo com Salvatore D’Onofrio (2007, p. 51), este “é dotado do poder da onipresença: ele sabe o que se passa no céu e na terra, no presente e no passado, no íntimo de cada personagem”.

Apesar de a trama principal ser a história de Ludo, o narrador apresenta diversos outros personagens independentemente da protagonista. Jeremias Carrasco, Magno

Moreira Monte, Daniel Benchimol, Pequeno Soba, Nasser Evangelista e Sabalu ganham espaço na representação de diversas faces durante aquele momento histórico. Muitas imagens de Luanda no pós-independência são oferecidas pelo cruzamento dessas narrativas, representando a efervescente Luanda em oposição ao imobilismo e inércia que regem a vida de Ludo. Portanto, o romance é poliscópico, uma vez que a focalização não é fixada apenas na personagem principal. Com isso, temos diversas narrativas encaixadas que são apresentadas de forma não linear: a história começa, como expusemos na página anterior, com o anúncio do falecimento de Ludovica em 2010, para então falar de sua infância e da mudança para Luanda com a irmã, e enfim introduzir personagens que a princípio parecem não ter relação alguma com a protagonista.

O anacronismo é uma constante na obra e, em conjunto com a fragmentação dos fatos narrados, o leitor não tem muitos pontos de referência em relação à passagem do tempo. Pode-se imaginar que a ideia de o leitor perder a noção do tempo é elaborada de forma que ele compartilhe da mesma sensação de Ludovica que, por viver décadas isolada em seu apartamento, não se atenta para os dias, meses e anos que passam.

### 3.1 REBELIÕES E PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO NA NOVA ANGOLA

Orlando, marido de Odete, comparece à história de modo distanciado pelo olhar filtrado da cunhada e pela acusação do primo e de colegas. Filho de um comerciante português “e de uma luandense mestiça, falecida durante o parto, nunca cultivara ligações familiares” (AGUALUSA, 2012, p. 14); conheceu a futura esposa numa viagem a Aveiro, onde resolveria uma questão de herança. Engenheiro de minas, dividia-se entre a capital angolana e Dundo, uma pequena cidade administrada pela companhia de diamantes para a qual trabalhava. Tendo prosperado no rico comércio de pedras, adquiriu uma cobertura no cobiçado Prédio dos Invejados, um dos mais luxuosos da cidade.

Ludovica sempre viveu sob o teto dos pais e, após a morte deles, sob o da irmã, Odete. Era professora de português em Portugal e passava os momentos de lazer a ler, bordar, cozinhar, tocar piano e assistir televisão. Enclausurada por medo e opção, vivia

praticamente num regime de prisão domiciliar. Acolhida pela irmã ainda em Aveiro, seguiu para Luanda após o casamento dela com Orlando, onde manteve “uma rotina semelhante à anterior” (AGUALUSA, 2012, p. 12). A percepção que tinha de si mesma em relação à irmã era a de um parasita: “Pensava nas duas como gémeas siamesas, presas pelo umbigo. Ela, paralítica, quase morta, e a outra, Odete, obrigada a arrastá-la por toda a parte” (*Id.*).

Numa manhã de abril de 1974, tendo presenciado manifestações de revolta nas ruas de Luanda, Odete retornou à casa preocupada e convicta que não tardariam a chegar na colônia os desdobramentos da deposição do regime do Estado Novo. Sua visão contrastou com a perspectiva nacionalista do marido: “Terroristas? Não volte a usar essa palavra na minha casa. (...) Os tais terroristas combateram pela liberdade do meu país. Sou angolano. Não sairei” (AGUALUSA, 2012, p. 14). Cindido entre a aposta de ver despontar o seu jovem país e o desejo de segurança e conforto para si e para a família, Orlando, apático, deixou a cargo da revolução os rumos a tomar.

Com o início de manifestações armadas, diversos portugueses e angolanos abastados começaram a sair do país. Enquanto os colonos dançavam em suas enormes festas de despedida, “Jovens morriam nas ruas, agitando bandeiras” (AGUALUSA, 2012, p. 15). A vizinha, por exemplo, mudou-se para o Rio de Janeiro. Em sua última noite, “convidou duas centenas de amigos para um jantar que se prolongou até ao alvorecer” (*Ibid.*). O prédio em que moravam, habitado apenas pela elite, ficou vazio em três meses. Receberam desses vizinhos dezenas de quilos de alimentos e garrafas de vinho. De um amigo colecionador de carros esportivos, Orlando recebeu um Chevrolet Corvette e um Alfa Romeo GTA. De outro, as chaves do apartamento. A partir desse momento, percebe-se a contradição do discurso do personagem: “Nunca tive sorte, queixava-se Orlando às duas irmãs, e era difícil compreender se ironizava ou falava a sério: Logo agora que comecei a colecionar carros e apartamentos aparecem os comunistas a querer tirar-me tudo” (*Ibid.*, p. 16). Odete, por sua vez, percebia o quanto os colonos, como ela, se tornavam indesejáveis:

O marido ciciava, em resposta, palavras ríspidas. Elas podiam ir. Os colonos deviam embarcar. Ninguém os queria ali. Um ciclo se cumprira. Começava um tempo novo. Viesse sol ou temporal, nem a luz futura, nem os furacões por desatar iluminariam ou fustigariam portugueses. O engenheiro ia enfurecendo-se



à medida que sussurrava. Podia enumerar durante horas os crimes cometidos contra os africanos, os erros, as injustiças, os despudores, até que a esposa desistia, e se fechava a chorar no quarto dos hóspedes. (AGUALUSA, 2012, p. 19).

Por obter negativas tão veementes, Odete se surpreendeu quando, dois dias antes da independência, declarada em 11 de novembro de 1975, Orlando anunciou que iriam para Lisboa dentro de uma semana. Ao final da trama, o motivo dessa mudança repentina é revelado: decidido a dar um golpe na companhia onde trabalhava, ele roubou pedras de diamantes e optou, enfim, por fugir de Angola. Esperava, provavelmente, que ninguém fosse atrás dele em meio à confusão do país. A respeito de sua personalidade, Vitorino, um primo o descreveu da seguinte maneira: “Um bom sujeito, péssimo feitio. Duro, seco (...). Não fazia amigos. Desapareceu pouco antes da Independência. Aproveitou a confusão, meteu umas pedras no bolso, e fugiu para o Brasil” (AGUALUSA, 2012, p. 129). Em referência à sua posição frente às novas mudanças, continuou: “Puro catetense. Clarinho. A seguir ao 25 de Abril<sup>4</sup> insistia em nos recordar a origem. Gabava-se de ter convivido com o Manguxi<sup>5</sup>. Vê lá tu! Um tipo que durante todos aqueles anos nunca levantou a voz contra o colonialismo!” (*Ibid.*, p. 130).

Antes de partir, contudo, o casal compareceu a uma festa de despedida, a qual transformou-se num evento trágico: os dois desapareceram misteriosamente durante o retorno para casa. A Ludovica só restou seguir adiante sozinha. No dia seguinte ao desaparecimento da irmã e do cunhado, atendeu um telefonema que exigia a entrega imediata dos diamantes roubados por Orlando, até então desconhecidos por ela, e por não dar resposta recebeu uma visita intimidadora. Assustada com a ameaça de que arrombariam a porta, buscou uma arma que havia encontrado no escritório do cunhado e atirou, de dentro de casa, em direção aos homens, atingindo um deles. Dispersado por conta do susto, o parceiro do ferido fugiu enquanto Ludo, atendendo ao chamado desesperado do primeiro, o acolheu dando-lhe um copo d'água e, poucas horas depois, assistindo ao seu falecimento. Essa situação foi decisiva para a personagem pois, após enterrar o corpo em seu quintal, decidiu tomar uma atitude mais drástica para se proteger:

---

<sup>4</sup> Data da Revolução dos Cravos, em Portugal.

<sup>5</sup> Referência ao médico e poeta António Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação da Angola e primeiro presidente do país.

deu início à construção de uma parede do lado de fora do apartamento, de forma a escondê-lo e, conseqüentemente, esconder-se.

Meses antes, Orlando começara a construir no terraço uma pequena piscina. A guerra interrompera as obras. Os operários haviam deixado sacos de cimento, areia, tijolos, encostados aos muros. A mulher arrastou algum do material para baixo. Destrancou a porta de entrada. Saiu. Começou a erguer uma parede, no corredor, separando o apartamento do resto do prédio. Levou a manhã inteira nisso. Levou a tarde toda. Foi apenas quando a parede ficou pronta, após alisar o cimento, que sentiu fome e sede. Sentou-se à mesa da cozinha, aqueceu uma sopa e comeu devagar. Deu um resto de frango assado ao cão:  
Agora somos só tu e eu. (AGUALUSA, 2012, p. 24)

O apartamento, ao fim do emparedamento, desapareceu de vista, e os personagens que começaram a habitar o prédio a partir de então não se davam conta de que havia algo ali atrás.

A partir disso, a ação passa a ser dividida com novos personagens, como é o caso de Jeremias Carrasco, um soldado português que também vai no encalço dos diamantes, mas é impedido e preso por Magno Moreira Monte<sup>6</sup>, personagem migrante de Agualusa – e provavelmente com forte referente histórico – que representa a decadência dos ideais revolucionários frente ao fascínio ocasionado pelo lucro fácil da atividade mercenária. Na disputa ideológica entre os dois grupos, em que se acusa os portugueses de serem prostitutas do imperialismo americano (AGUALUSA, 2012, p. 29), Monte e seus companheiros angolanos passam ambos a tiros, deixando seus corpos abandonados.

No que se refere à relação entre a nova era independente angolana e a modernidade, Marcelo Bittencourt (2010, p. 139) afirma o seguinte:

A mudança de perspectiva quanto à tradição e à modernidade se estabelece de forma definitiva no período pós-independência, quando ganha espaço a ideia de construção do homem novo, que não seria o resultado de uma simples extinção do colonialismo, tampouco de um retorno ao período pré-colonial. A construção da nova nação implicaria o fim das etnias, dos regionalismos, do racismo, da exploração do homem pelo homem e a valorização da organização da sociedade, da ciência e do desenvolvimento das forças produtivas. O tradicional passa a ser visto, em muitos casos, como atrasado e refratário ao novo poder. Surge um descompasso entre uma visão desenvolvimentista redentora e acelerada e as experiências marcadas pelas práticas locais, quando muito regionais.

---

<sup>6</sup> Monte é também personagem importante do romance *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, publicado em 2001, e *As Mulheres Do Meu Pai*, de 2012.

Ao eliminar Jeremias e Benjamin, Monte visava, além de vingança, a uma nova sociedade com um novo homem, e, para isso, precisava eliminar os resquícios do passado de exploração materializados nas figuras dos dois soldados portugueses. Em lugar do perdão ao passado, a busca do futuro e do novo homem passa pelo ato de violência. Conclui ser esse um objetivo impossível com a presença de um dos maiores símbolos do passado, o colonizador. A relação entre esses personagens será desenvolvida mais adiante neste capítulo.

Uma das facetas da instauração da modernidade, entendida simplesmente como a implementação dos processos da modernização, primou pela destruição das marcas do passado naquilo que ele evocava como anacrônico e ultrapassado. Num sentido contrário vai Baudelaire, para quem os personagens comuns que se movimentam pela cidade ganham expressão. Para ele, a vida privada está cheia de heroísmos, mas há um paradoxo: “o herói moderno não é herói – apenas representa o papel do herói” (BENJAMIN, 1994, p. 94). Nesse sentido, “a modernidade se revela como sua fatalidade. Nela o herói não cabe; ela não tem emprego algum para esse tipo. Amarra-o para sempre a um porto seguro; abandona-o a uma eterna ociosidade” (*Ibid.*, p. 93).

Compagnon (1996, p. 10) atesta que “a palavra de ordem do moderno foi, por excelência, ‘criar o novo’”, e Marcelo Bittencourt nos apresenta exatamente essa reação na Angola pós-independência:

Em Angola, são lançadas as palavras de ordem “Abaixo o tribalismo” e “Abaixo o obscurantismo”, presentes em inúmeros documentos do partido e do Estado, e em discursos dos mais variados dirigentes. O Departamento de Informação e Propaganda (DIP) lança a Coleção Resistência, publicando discursos e estudos das novas autoridades. Dessa coleção, vale destacar dois exemplos que, só por seus títulos, nos auxiliam a demonstrar o que se passava: *Destruir para construir melhor* e *Destruir o velho para construir o novo*. (BITTENCOURT, 2010, p. 140).

Assim como no Brasil do início do século XX, em Angola a modernidade se fez presente sem haver uma modernização efetiva de suas estruturas, excetuando os espaços das maiores cidades, como Luanda, que, no seu trânsito, evidencia a interlocução variada entre múltiplas temporalidades. Dessa forma, a maior parte da população permaneceu alheia a esses progressos, enquanto uma parte ínfima da cidade se tornava “civilizada”. Segundo Amara Rocha (1997, p. 64), “para viabilizar o projeto da

‘modernização’ tornava-se necessário reordenar os espaços e seus usos. O remodelamento das cidades é um fenômeno típico da modernidade”. O Prédio dos Invejados, nome do edifício em que vivia, já representava esse ideal moderno e modernizado.

Após a fuga dos colonos, isolada e escondida em seu apartamento, Ludovica observou o prédio ser povoado por pessoas muito diferentes das que lá viviam anteriormente: “Gente vinda dos musseques, camponeses recém-chegados à cidade, angolanos regressados do vizinho Zaire e legítimos zairenses. Nenhum habituado a viver em prédios de apartamentos” (AGUALUSA, 2012, p. 36). Por esse motivo, testemunhou diversas cenas incomuns nesse ambiente: “deu com uma mulher a urinar na varanda do décimo A. Na varanda do décimo D, cinco galinhas assistiam ao nascer do sol” (*Ibid.*). Rocha (1997, p. 71) explica a incoerência desse processo de transição:

Após o deslumbramento inicial, a contradição entre cidade civilizada e povo atrasado tornou-se uma das questões centrais do discurso modernizante. Estes intelectuais sugerem que, após as reformas, a maioria dos habitantes já não combinava mais com a cidade. Torna-se recorrente nas crônicas do período a frustração quanto aos hábitos “aldeãos” da população que não “sabe” usufruir os “meios civilizados”.

Rocha ainda afirma que é preciso que haja mudanças com transformações efetivas, “através da valorização de uma cultura que estabeleça as bases para modificações estruturais em níveis econômicos e sociais” (ROCHA, 1997, p. 78). Caso isso não ocorra, a autora sugere que “a modernidade permanecerá como uma pequena ‘ilha paradisíaca’ localizada num mar de miséria que é o país” (*Ibid.*).

Partindo do princípio de que a modernidade é uma experiência urbana, Clóvis Gruner (2008, p. 160) acredita que ao tomarmos a literatura como fonte, o fazemos para pensá-la “como portadora de representações do urbano que nos permitem ler a porção de conflito, de tensões e de contradições de uma experiência, a da modernidade, que não se fez harmoniosamente”. É com essa percepção que seguimos para uma análise mais aprofundada da situação de Ludovica.

### 3.2 LUDO: EMPAREDAMENTO, IMOBILISMO E REAÇÃO

Ainda que não constitua a tônica do romance, é sensível a expressão em significativas passagens do preconceito inicial de Ludovica e de sua irmã contra os negros: “Aquele primo de cabeleira crespa, redonda, à Jimi Hendrix, camisa florida aberta sobre o peito suado, assustava as irmãs. Fala como um preto!, acusava Odete: Além disso, fede a catinga. Sempre que vem aqui empesta a casa inteira” (AGUALUSA, 2012, p. 15). Em outra situação, já isolada e com pouca comida, Ludo lamenta o fato de não saber cozinhar pratos angolanos: “Orlando apreciava a culinária angolana. Ludo, porém, recusou-se sempre a cozinhar coisas de pretos” (*Ibid.*, p. 39). De acordo com Hall (2003, p. 70), não é incomum haver uma estigmatização tanto por razões étnicas, “por serem ‘culturalmente diferentes’ e, portanto, inferiores”, quanto por termos físicos. Nesse sentido, Bauman completa que:

A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência à homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera. (BAUMAN, 2011, p. 135).

Somado ao até então inexplicável medo de sair de casa, essa posição esclarece um pouco melhor o motivo de Ludovica se isolar cada vez mais. Outrossim, além das ameaças diretas, a independência do país tornou-se ela própria uma ameaça, uma vez que a partir de então Ludo perderia privilégios que possuía apenas por ser portuguesa. O horror que sentia é retratado por meio de seus sonhos, anotados posteriormente em seu diário: “Lembro-me que fui uma aranha avançando contra a presa e a mosca presa na teia dessa aranha” (AGUALUSA, 2012, p. 33). Sua origem, que até então lhe garantia certa segurança, passou a colocá-la em uma posição de vulnerabilidade.

Quanto ao medo de sair de casa, no início do livro há uma vaga menção sobre a razão para tal: “Em criança, já a atormentava um horror a espaços abertos. Sentia-se, ao sair de casa, frágil e vulnerável (...) Até que aconteceu aquilo a que ela chamava *O Acidente* e passou a olhar para esse pavor primordial como uma premonição” (AGUALUSA, 2012, p. 11). Sem outras referências ao assunto ao longo do romance, a

não ser no antepenúltimo capítulo, Ludo confia sobre o estupro que sofreu ainda jovem, aos 20 anos, quando morava com os pais em Aveiro. Segundo ela, até então vivia uma vida quase normal. Saía de casa, andava de bicicleta e adorava nadar no verão, quando viajava com a família para Costa Nova. Certo dia, nas férias, ao perceber ter esquecido seu livro na praia, retornou à sua procura e, no caminho, foi violentada por um colega de bar do pai. Ao ver a filha chegar em casa com o vestido rasgado, sangrando e com o rosto inchado, o pai a esbofeteou seguidamente, aos gritos de “puta, vadia, desgraçada”. Não bastasse o trauma, engravidou. Fecharam-na num quarto e, quando chegou o momento, uma parteira a ajudou. Nunca viu o rosto da filha, pois tiraram-na de si. Ludo desabafa:

A vergonha é que me impedia de sair de casa. O meu pai morreu sem nunca mais me dirigir a palavra. Eu entrava na sala e ele levantava-se e ia-se embora. Passaram-se anos, morreu. Meses depois a minha mãe seguiu-o. Mudei-me para a casa da minha irmã. Pouco a pouco fui-me esquecendo. Todos os dias pensava na minha filha. Todos os dias me exercitava para não pensar nela. Nunca mais consegui sair à rua sem experimentar uma vergonha profunda. (AGUALUSA, 2012, p. 167).

Medo e vergonha, assim, tornaram-na reclusa, e em Luanda nada mudou. Para mais, como parte da história angolana, Ludo buscou ser uma personagem passiva. Não discutia política e vivia presa não apenas em seu apartamento, mas dentro de si. Nos dias agitados, quando havia manifestações, greves, comícios, “cerrava as vidraças para evitar que o apartamento se enchesse das gargalhadas do povo nas ruas, estalando no ar como fogo de artifício” (AGUALUSA, 2012, p. 14). Outras vezes, espreitava “pelas janelas, meio oculta atrás das cortinas” (*Ibid.*, p. 16). Aparentemente indiferente ao que ocorria fora de casa, e ao porquê das manifestações, almejava simplesmente sentir-se segura. Enquanto nas ruas isso parecia impossível, tentou encontrar esse conforto em sua imaginação. Ao olhar pela janela a multidão avançando pelas ruas, fechou-se em seu quarto, desejando estar em outro lugar: “Estendeu-se na cama. Afundou o rosto na almofada. Tentou imaginar-se muito longe dali, na segurança da antiga casa, em Aveiro, assistindo a filmes antigos na televisão enquanto saboreava chá e trincava torradas. Não conseguiu” (*Ibid.*, p. 25).

### 3.2.1 Negociação identitária

A partir do momento em que não consegue mais se imaginar em sua antiga casa em Portugal, uma transformação gradual acontece com a personagem. A imagem de si como (apenas) portuguesa começa, aos poucos, a se desvanecer. Uma das marcas dessa transição no texto se dá com a adaptação do nome da personagem, substituindo Ludovica pelo apelido Ludo. A simplificação do nome, claramente europeu, para sua versão mais informal, falsamente africana, faz com que a personagem destoe menos do espaço onde habita. Talvez com algum exagero, o nome Ludo também se encontra em um meio-termo com as palavras luso, relativa à sua identidade portuguesa, e Luanda, explicitando a negociação identitária da protagonista.

Aproveitando-nos das palavras de Lilian Soier Nascimento (2006, p. 51-52), podemos dizer que a personagem

encontra-se em trânsito. Ser entre culturas, torna-se símbolo da impossibilidade de apreensão totalizante do sujeito. (...) É portador de uma dupla condição identitária, na sua busca de inserção no mundo: recusa e aceitação. Por isso mesmo, torna-se insígnia do sujeito contemporâneo, paradoxalmente nativo e estrangeiro, cosmopolita e de lugar nenhum.

Isso posto, é preciso lembrar que uma característica importante da identidade é o fato de ela ser provisória. Além disso, a noção de identidade nacional, que supostamente “prenderia” Ludovica a determinada concepção de sociedade – explicitada na sua aversão inicial contra os angolanos e suas culturas, por exemplo – é, como vimos com Bauman (2005), construída e imposta, justamente com o objetivo de consolidar as diferenças entre “nós” e o outro e, no caso do português enquanto colonizador, incutir a ideia de superioridade de sua cultura.

Hall (2003, p. 55) atesta que a migração se constitui mais como regra do que como exceção. Ocorra ela pelo motivo que for – mudanças climáticas, guerras, colonização, escravidão, guerras civis etc. –, faz parte da história da humanidade, acontece há centenas de anos e provavelmente continuará ocorrendo. No que se refere aos momentos de independência e pós-colonialismo, o autor afirma serem eles, necessariamente, “momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação. Contudo,

essa reconfiguração não pode ser representada como uma ‘volta ao lugar onde estávamos antes’, já que, como nos lembra Chambers, ‘sempre existe algo no meio’” (HALL, 2003, p. 34-35).

A imigração, refira-se ela a exilados, desterrados, expatriados, apresenta-se como uma importante temática na produção artística. Esse processo é composto por um antes, um entre-lugar e um depois, e em cada um desses estágios o imigrante passa por uma negociação identitária. Isso se dá porque, de acordo com Maria Zilda Cury (2006, p. 11), “simultaneamente ao deslocamento do espaço físico, tem-se o trânsito de uma cultura a outra, a imposição de uma outra língua, de uma outra moeda, de instituições, aspirações, tradições diferentes”.

Ainda no contexto de independência e pós-colonialismo, Angola viu à sua frente uma modernização não apenas tardia, mas desigual. Mesmo isolada, Ludovica observou toda essa mudança da janela de seu apartamento. Portanto, durante trinta anos a personagem viveu um processo que a fez passar, em certo momento, por um entre-lugar português-angolano, recusando, nas palavras de Bolaños (2006, p. 119), “tanto estar dentro quanto fora”. De acordo com Cury (2006, p. 11), a imigração é um “fenômeno que ganha especificidade num tempo e espaço como os nossos, já que a presença do imigrante e as imagens por ele elaboradas participam da construção de ‘identidades’ neste entre-espaço cultural e histórico atravessado pelas contradições que constitutivamente estruturam a realidade contemporânea”.

Ludovica esteve constantemente ciente de sua posição de estrangeira; em diversos momentos observou sua sensação de deslocamento em relação ao mundo ao seu redor: “Sou estrangeira a tudo (...). Não compreendo as línguas que me chegam lá de fora, que o rádio traz para dentro de casa, não compreendo o que dizem, nem sequer quando parecem falar português, porque este português que falam já não é o meu” (AGUALUSA, 2012, p. 31). A personagem, então, começou a fazer uma analogia de sua vida em Angola com a de um macaco que passou a aparecer com certa frequência em seu quintal: “Às vezes vejo um macaco passeando-se pelos ramos, lá no fundo, por entre a sombra e os pássaros. (...). Simpatizo com ele. É, como eu, um corpo estranho à cidade. Um corpo estranho” (*Ibid.*, p. 43). Mais à frente, recordando-o, analisou: “Vê-lo fazia-lhe



bem. Eram seres próximos, ambos um equívoco, corpos estranhos no organismo exultante da cidade” (*Ibid.*, p. 63).

Apesar de Ludo apontar ser um corpo estranho à cidade assim como o animal, em seu caso isso tem um duplo sentido, não cabendo a contraposição rural *versus* urbano. Era estranha à cidade devido ao seu medo inicial de sair às ruas e ao isolamento a que se submeteu; além disso, tem-se a ideia de que ao mesmo tempo que Luanda lhe era estranha, devido à sua concepção de experiência urbana baseada em Aveiro, ela também era estranha a Luanda, como se naquele momento não pertencesse àquele espaço. Passados diversos anos após fixar residência na capital, a personagem admitiu não sentir mais um pertencimento a Portugal: “Pensou em Aveiro e compreendeu que deixara de se sentir portuguesa. Não pertencia a lado nenhum. Lá, onde nascera, fazia frio. Reviu as ruas estreitas, as pessoas caminhando, de cabeça baixa, contra o vento e o enfado. Ninguém a esperava” (AGUALUSA, 2012, p. 63).

Comportando uma boa dose de imaginação, durante os primeiros anos das três décadas passadas em estado de isolamento, a personagem sobreviveu em seu apartamento com as dezenas de quilos de alimentos doados pelos vizinhos antes de irem embora. Quando estes acabaram, roubou um galo e uma galinha dos novos vizinhos, de quem podia acessar a cobertura sem ser vista, dando início à sua própria criação. Além disso, matava pombos, plantava legumes, coletava água da chuva e, para fazer fogo e cozinhar, queimava livros e móveis que possuía.

É interessante notar essa utilização destrutiva do arsenal técnico de Ludo em busca de sua sobrevivência, em contraposição à modificação que acontecia do lado de fora de sua porta. Enquanto a classe política estimula o discurso progressista no sentido de uma modernização técnica, que exalta o novo como condição *sine qua non* para participar do concerto das nações, a experiência de Ludo é a de aniquilar toda a memória material e erudita a fim de manter-se viva. Com isso, vai desenhando um percurso que a leva de volta às práticas mais elementares: o fogo feito com matéria orgânica, a caça, a criação de animais, a horta. Ocorre aí uma adaptação às condições reinantes, de maneira similar à vivida por populações rurais ao se confrontarem com as facilidades urbanas e reverterem-na para as suas próprias necessidades. Essa realidade percebida de forma risível e até caricata pelos estratos urbanos colocam em causa, além do descompasso

entre campo e cidade, a relevância do fato de uma sociedade modernizada segundo um conceito que lhe era totalmente estranho. Vai ser por meio do processo adaptativo e das transformações daí inerentes que se constrói um caminho de esperança para essa população. Metaforicamente também, queimar os livros pode representar a aniquilação da herança, de uma memória cultural que nos insiste em dizer o que somos e de onde viemos. Ao inutilizar esse passado, nesse caso um passado de uma história colonial, Ludo inutiliza também suas reservas e põe por terra os preconceitos que orientavam suas ações.

Como em Aveiro Ludo somente saía de casa com guarda-chuva, para se proteger da imensidão do céu aberto, no apartamento em Luanda apenas subia ao terraço amparada por uma caixa de papelão. Até então, porém, Fantasma, o cachorro de estimação dado de presente por Orlando, a fazia companhia, mas a morte do animal fez com que tudo mudasse. Para ela, nada mais era o mesmo: “Fantasma morreu esta noite. Tudo é agora tão inútil. O olhar dele me acarinhava, me explicava e me sustinha” (AGUALUSA, 2012, p. 88). Prova disso é que, pela primeira vez em décadas, subiu ao terraço sem nada a lhe cobrir a cabeça. A partir de então, Ludovica passou a ter menos medo do mundo de fora, pois sentia que não tinha mais nada a perder. Seu único desejo era a morte.

Primeiramente, é preciso considerar que o animal de estimação é um signo da modernidade. Mais do que isso, o cachorro de Ludo pode ser associado com sua última ligação com o passado em Portugal, se tomado como símbolo. Para explicar essa ideia, nos reportamos a outro momento do romance, em que o narrador aponta para o desaparecimento de alguns animais em Luanda após a independência:

Os cães eram mais raros do que os pombos, e os gatos mais raros do que os cães. Os gatos foram os primeiros a desaparecer. Os cães resistiram nas ruas da cidade durante alguns anos. Matilhas de cães de raça. Galgos esgalgados, pesados mastins asmáticos, alegres dálmatas, nervosos perdigueiros, e depois, durante mais dois ou três anos, a improvável e deplorável mistura de tantos, e tão nobres *pedigrees*. (AGUALUSA, 2012, p. 62).

Acreditamos que esses animais, assim como em *A Revolução dos Bichos* de Orwell, podem representar classes da sociedade angolana. Nessa analogia, os gatos, que foram os primeiros a desaparecer, seriam os colonos vindos diretamente de Portugal, enquanto

os cachorros seriam os descendentes de portugueses, também brancos, mas já nascidos em Angola. Por esse motivo, inicialmente fica claro que esses cães eram de raça mas, com o tempo, sofreram com a “improvável e deplorável” mistura do nobre de *pedigree* português, resultando no nascimento de mulatos, por exemplo.

No caso de Fantasma, três características nos levam a essa análise: primeiro, o fato de ser deixado claro em sua descrição que era um cachorro branco; em seguida, a explicitação de sua raça – ou seja, tinha pedigree –, e ela mesma referir-se a uma nação europeia, pois era um pastor-alemão; por fim, o nome dado ao animal é sugestivo de um passado que ainda a assombra e, de fato, a persegue até a morte do bicho. Ademais, ele não poderia ser um gato pois não veio de Portugal com o grupo, mas já foi comprado em Angola por Orlando após ele se solidarizar com a solidão de Ludo.

A morte de Fantasma, de certa forma, libertou Ludovica. Apesar do desespero inicial, com o fim de seu último laço com aquela realidade já tão distante, a personagem deixa de sentir o medo que lhe acompanhou desde que foi violentada em Portugal, dezenas de anos antes. Como acabamos de ver, foi depois da morte do cachorro que subiu ao terraço de cabeça descoberta, com menos medo do que estava do lado de fora. Desde o início, a substância de seu medo em Luanda era o fato de ser estrangeira e não compreender o que acontecia ao seu redor. Sem nada mais a perder, começou a se entregar ao que, agora, já não lhe era mais estranho.

Não muito tempo depois da morte de Fantasma, Ludovica conheceu Sabalu. Criança de rua órfã, o menino subiu pela primeira vez ao seu apartamento através de andaimes colocados do lado de fora do edifício para uma reforma, em busca de algo valioso que pudesse roubar e vender. A incursão pelo pé de feijão, contudo, pregou-lhe uma surpresa. Ao deparar-se com Ludo, doente e abatida, solidarizou-se com a anciã e deu início a um espaço de troca. A personagem, assustada, começou a questionar seu isolamento do mundo:

(...) Preferia morrer ali, prisioneira, porém livre, como vivera nos últimos trinta anos.

Livre?

Muitas vezes, olhando para as multidões que se encarniçavam de encontro ao prédio, aquele vasto clamor de buzinas e apitos, gritos e súplicas e pragas, experimentava um terror profundo, um sentimento de cerco e ameaça. Sempre que queria sair procurava um título na biblioteca. Sentira, enquanto ia queimando

os livros, depois de ter feito arder todos os móveis, as portas, os tacos do soalho, que perdia liberdade. Era como se estivesse ateando fogo ao planeta. (AGUALUSA, 2012, p. 102).

Para não ter que enfrentar o mundo fora de casa e seus próprios medos, vivia outras existências proporcionadas pela ficção. Quando já não havia mais biblioteca, foi preciso iniciar uma outra história: a da sua própria vida. Antes, porém, alimentou-se das histórias alheias por meio da narração de Sabalu, evidenciando aí uma outra oposição com a literatura representada pela sua biblioteca. Se os livros funcionavam como passagem para livrar-se das contingências da vida, as histórias trazidas por Sabalu do mundo da rua luandense conectavam Ludo às transformações ocorridas no mundo e na sociedade angolana. Assim como o narrador tradicional benjaminiano, as narrativas orais assemelham-se àquelas trazidas por viajantes e marinheiros que causavam surpresa ao ouvinte, mas ensinavam-lhe também sobre a vida. Invertidos aqui os polos, é o jovem, filho desse processo, que introduz o ancião no conhecimento de uma dimensão humana do viver.

Com a vinda de Sabalu, então adotado por ela como neto, ganhou uma nova chance de enfrentar a realidade e de perceber que a liberdade que acreditava viver dentro de sua casa não se concretizava de fato. Ensinou o menino a ler e a jogar xadrez e, enquanto jogavam, ele contava da vida fora do apartamento: “Para a mulher era como ter um extraterrestre revelando-lhe os mistérios de um planeta remoto” (AGUALUSA, 2012, p. 104). A partir de então, seu isolamento finalmente chegou a um fim, mas inicialmente a realidade para a qual acreditava estar pronta a viver era a da narrativa do menino, isto é, o signo que ele trazia para ela. Assim, sob o estímulo do neto, abriu-se para o mundo: “Posso partir a parede? / Podes, mas eu tenho medo. Tenho muito medo. / Não tenhas medo, avó. Eu te protejo” (*Id.*).

Nessa mesma época, sua filha, Maria da Piedade, a quem nunca havia conhecido, partiu em busca da mãe biológica após ter descoberto que era adotada. Por meio de uma carta enviada a um jornal, Maria conseguiu realizar o encontro:

Não vim a Luanda para cobrar nada. Vim para a conhecer. Quero levá-la de volta para a nossa terra.  
Ludo segurou-lhe a mão:  
Filha, esta é a minha terra. Já não me resta outra.

Apontou para a mulemba:  
 Tenho visto crescer aquela árvore. Ela viu-me envelhecer a mim. Conversamos muito.  
 A senhora há de ter família em Aveiro.  
 Família?!  
 Família, amigos, eu sei lá.  
 Ludo sorriu para Sabalu, que assistia a tudo, muito atento, enterrado num dos sofás:  
 A minha família é esse menino, a mulemba lá fora, o fantasma de um cão.  
 (AGUALUSA, 2012, p. 154).

Ludovica não apenas deixou de reconhecer Portugal como sua casa, conforme já havia ocorrido anos antes, mas aceitou Angola como seu verdadeiro lar. Percebe-se, também, que o português que ela inicialmente não compreendia “por não ser o seu” passa a fazer parte de seu vocabulário. Com a aceitação de Angola como seu novo lar, deixou de ter medo de sair de casa e passou a se sentir parte da comunidade que a acolheu: “Agora passou. Saio à rua e já não sinto vergonha. Não sinto medo. Saio à rua e as quitadeiras cumprimentam-me. Riem-se para mim, como parentes próximas” (AGUALUSA, 2012, p. 167). Por fim, em seus últimos anos de vida, escreveu para sua versão mais jovem, a Ludovica que deixou de ser:

Ludo, querida: sou feliz agora.  
 Cega, vejo melhor do que tu. Choro pela tua cegueira, pela tua infinita estupidez.  
 Teria sido tão fácil abrires a porta, tão fácil saíres para a rua e abraçares a vida.  
 Vejo-te a espreitar pelas janelas, aterrorizada, como uma criança que se debruça sobre a cama, na expectativa de monstros.  
 Monstros, mostra-me os monstros: essas pessoas nas ruas. A minha gente.  
 Lamento tanto o tanto que perdeste.  
 Lamento tanto  
 Mas não é idêntica a ti a infeliz humanidade? (AGUALUSA, 2012, p. 169-170).

Assume, finalmente, que os monstros que tanto temeu e que levaram ao seu isolamento eram as pessoas comuns, diferentes dela, que andavam pelas ruas – os heróis da modernidade de Baudelaire; aqueles que, enfim, tornaram-se sua gente.

### 3.3 VOZES QUE SE ENTRELAÇAM

Apesar de isolada por décadas, o destino de Ludovica é atrelado ao de todos os personagens do romance, direta ou indiretamente, mesmo que ela não os conhecesse.

As histórias desses personagens secundários – Jeremias Carrasco, Magno Moreira Monte, Pequeno Soba, Daniel Benchimol e Nasser Evangelista – cruzam-se no período da independência do país e voltam a se atravessar logo depois de Ludo sair de seu isolamento. Contudo, as narrativas são fragmentadas, não seguem uma ordem cronológica e, por esse motivo, sob um olhar menos atento, podem ser tidas como aleatórias.

*Teoria Geral do Esquecimento* é constituído de trinta e sete capítulos que, divididos irregularmente entre cada personagem, permitem observarmos a história como um todo. Inclusive, pela sua narração poliscópica, há casos em que o mesmo evento é narrado sob a perspectiva de diferentes personagens. Nesta seção, buscamos examinar justamente os personagens secundários e esclarecer a relação de cada um com Ludovica, e entre si – relações, essas, que unem as diversas histórias, tornando-as, de certa forma, uma só.

### 3.3.1 Jeremias Carrasco

Jeremias Carrasco era um soldado português que havia sido contratado pelo cunhado de Ludovica para ajudá-lo a dar um golpe na Diamang, empresa de exploração de diamantes onde trabalhava. O acordo era de que metade das pedras ficariam com o português, mas Orlando fugiu com todas, imaginando que não seria seguido de Uíge, província no norte de Angola onde se conheceram, até Luanda. Infelizmente para ele, foi exatamente o que Jeremias fez. Depois de dois dias procurando-o pela cidade, encontrou Orlando na festa que ele havia ido com Odete em sua última noite antes de sair do país. Assustado, fugiu, mas foi perseguido de carro pelo soldado. Durante a perseguição bateu contra uma árvore e, diferentemente da esposa, não morreu na hora: teve, portanto, tempo de contar onde havia escondido os diamantes. Todas essas informações foram confessadas a Ludovica pelo próprio Jeremias, trinta anos depois, e são apresentadas apenas no trigésimo quarto capítulo do romance. Assim, até esse momento não fica claro para o leitor o motivo que levou o português para o Prédio dos Invejados no início da trama.

Os destinos do português e de Monte se cruzaram, justamente, nessa primeira passagem pelo prédio de Ludovica. Acompanhado de Benjamin, também militar, foi interpelado por um mendigo logo na entrada do prédio, a quem respondeu com rispidez: “O que queres, pá?!, ralhou Jeremias: Vens pedir dinheiro aos brancos? Esse tempo acabou” (AGUALUSA, 2012, p. 27). Em seguida, subiu ao apartamento onde esperava buscar os diamantes, mas, defrontado com o muro recém-construído de Ludo, saiu do prédio para procurar uma picareta para derrubá-lo. Na saída, encontrou o mendigo novamente, que havia chamado o “camarada Monte”:

O homem chamado Monte avançou. Dirigiu-se a Jeremias com uma voz segura, poderosa, que contrastava com a exiguidade do corpo:  
 Importa-se de levantar a manga da camisa, camarada? Sim, a manga do braço direito. Quero ver o pulso...  
 E porque faria isso?  
 Porque estou a pedir com uma delicadeza de perfumista.  
 Jeremias soltou uma gargalhada. Ergueu a manga da camisa revelando uma tatuagem: *Audaces Fortuna Juvat*.  
 Queria ver isto?  
 Nem mais, capitão. Parece que a sua sorte acabou. Também é verdade que dois brancos saírem para a rua, nestes dias agitados, calçando botas da tropa portuguesa, me parece excessiva audácia. (AGUALUSA, 2012, p. 28-29).

Para Monte, angolano nacionalista com grande ódio pelos portugueses, era a única confirmação que precisava: *Audaces Fortuna Juvat*, expressão em latim que significa “A sorte protege os audazes”, é o lema dos Comandos Portugueses. Levado por ele e seus companheiros armados em um carro, Jeremias foi condenado à morte. “O senhor é culpado de atrocidades sem fim. Torturou e assassinou dezenas de nacionalistas angolanos. Alguns camaradas nossos gostariam de o ver num tribunal. Eu acho que não devemos perder tempo com julgamentos. O povo já o condenou” (AGUALUSA, 2012, p. 30). Depois dessa sentença, foi alvejado por duas balas, mas nenhuma delas atingiu órgãos vitais e, assim, o soldado não morreu.

Resgatado por Madalena, uma ex-freira que trabalhava no hospital Maria Pia e que havia sido alertada do fuzilamento por uma vizinha, Jeremias viveu com ela por quase cinco meses, até se recuperar. Depois desse período, foi levado para o deserto angolano, onde o pai de Madalena havia nascido e falecido, para viver entre os mucubais até que fosse buscado para atravessar a fronteira para o Sudoeste Africano e poder ir embora. Isso, contudo, nunca aconteceu, e durante os trinta anos em que Ludovica viveu

isolada, Jeremias reconstruiu sua vida entre o povo que lhe acolheu, inclusive constituindo família. Como Ludo, ele se encontrava de costas viradas para o processo de modernização. Para o ex-soldado, foi uma experiência de renascimento: “Isolado entre os mucubais, Jeremias renascera não outra pessoa mas outras pessoas, um povo. Antes, ele era ele no meio dos outros. No melhor dos casos, ele, abraçado a outros. No deserto sentira-se, pela primeira vez, parte de um todo” (AGUALUSA, 2012, p. 163).

Ao fim de três décadas entre seu novo povo, deparou-se, por acaso, com Monte em suas terras, sendo perseguido por jovens pastores da região. A visão do homem fez com que se lembrasse dos diamantes de Orlando, e foi esse o estopim de sua visita a Ludo, quando decidiu confessar-lhe tudo o que havia se passado na época da independência.

Para além do sugestivo Carrasco que acompanha o nome de Jeremias – inexplícito na obra se era seu sobrenome ou apelido –, devido às suas ações contra os angolanos insurgentes, Madalena carrega uma forte simbologia cristã, não apenas por ter sido freira. Como vimos, ela salvou e cuidou de Jeremias por meses, sem exigir qualquer retorno por isso, e fez o mesmo por Pequeno Soba, como mostraremos adiante. Na tradição bíblica, por sua vez, Maria Madalena foi uma das mais dedicadas discípulas de Jesus, tendo acompanhado de perto sua crucificação, funeral e ressurreição. A ela, Jesus fez sua primeira aparição (João, 20:1-18), enquanto a mulher dispunha-se de cuidar de seu corpo no sepulcro – situação similar em que a personagem do romance encontrou Jeremias.

### 3.3.2 Magno Moreira Monte

Monte foi um revolucionário comunista que por quase toda sua vida trabalhou para os serviços de informação do partido. Apesar de não ser indicado explicitamente qual deles, faz-se crer que era integrante do MPLA, uma vez que é o partido que se mantém no poder desde a independência e o personagem optou por sair dele apenas em 2003, após decidir que “As novas orientações do partido revoltavam-no. Não se conformava com o abandono dos antigos ideais, a rendição à economia de mercado, a aproximação às potências capitalistas” (AGUALUSA, 2012, p. 111). A partir de então, tornou-se



detetive privado. Antes de se desencantar, porém, Monte era um fanático. Artur Quevedo, um antigo informante da polícia política portuguesa, o descreveu da seguinte maneira: “Um comunista fanático. O pior dos comunistas, inteligente, determinado, e com um ódio visceral aos portugueses” (*Ibid.*, p. 157).

Monte foi de fato um importante personagem, como seu primeiro nome, Magno, sugere. Ingressou na vida política em 1974 quando, enquanto estudava Direito em Lisboa, viu as ruas se encherem de cravos vermelhos: “Comprou uma passagem e regressou a Luanda para fazer a revolução” (AGUALUSA, 2012, p. 119). Como agente da Segurança de Estado, capturou e (quase) executou Jeremias, trabalhou algum tempo na Prisão de São Paulo, em Luanda, onde cruzou com Madalena, atormentou Pequeno Soba e torturou Nasser Evangelista, e ainda se envolveu indiretamente com Ludovica e quase assassinou Daniel Benchimol.

Acima de tudo, era verdadeiramente idealista e preso a uma ideia romantizada do passado e da independência, e isso se refletia em seus gostos: quando assistia a filmes, estes eram velhas películas em preto e branco, e dentre seus autores literários prediletos havia majoritariamente nomes que foram fortes na época da revolução ou anteriores a ela: “Acumulara muitas centenas de títulos. Planeava passar os últimos anos de vida a reler Jorge Amado, Machado de Assis, Clarice Lispector, Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez” (AGUALUSA, 2012, p. 151-152). O narrador evidencia essa situação quando relata a morte do personagem:

Magno Moreira Monte foi morto por uma antena parabólica. Caiu do telhado enquanto tentava fixar a antena. Depois o objeto tombou sobre a sua cabeça. Houve quem visse no acontecimento uma alegoria irónica dos novos tempos. O antigo agente da Segurança de Estado, derradeiro representante de um passado que, em Angola, poucos gostam de recordar, teria sido derrubado pelo futuro; a livre comunicação triunfara sobre o obscurantismo, o silêncio e a censura; o cosmopolitismo esmagara o provincianismo. (AGUALUSA, 2012, p. 151).

Sua passagem pela vida de todos os personagens é marcante para cada um e, ao final da obra, antes de sua morte, Monte teme a lembrança que têm dele: “Certas pessoas padecem do medo de ser esquecidas. A essa patologia chama-se atazagorafobia. Com ele sucedia o oposto: vivia no terror de que nunca o esquecessem” (AGUALUSA, 2012, p. 142). A ele, principalmente, seria conveniente uma teoria geral do esquecimento.

### 3.3.3 Pequeno Soba, Nasser Evangelista e Daniel Benchimol

De nome de batismo Arnaldo Cruz, Pequeno Soba foi um órfão criado pela avó paterna a quem, segundo o narrador, nunca faltou nada. Quando jovem terminou seus estudos, mas, antes de ingressar na faculdade, envolveu-se com política e foi preso no Campo São Nicolau, prisão a céu aberto que na época do colonialismo era lugar de reclusão e tortura de nacionalistas angolanos. Quatro meses depois, com a Revolução dos Cravos em Portugal, foi solto e voltou à Luanda como herói, mas poucos meses mais tarde, já estudante de Direito, foi preso novamente, causando à avó um ataque cardíaco que a matou. Conseguiu, enfim, fugir da cadeia, mas desde então passou a circular pelas ruas esfarrapado e fingindo-se de louco, para escapar de possíveis confusões com militares.

Nesse período, por passar muita fome, começou a matar pombos e comê-los, tal qual fazia Ludo. Ela, para caçá-los, colocava pequenos diamantes no quintal, de forma a atrair as aves com o brilho das pedras. Um dia, porém, um dos pombos que capturou possuía um bilhete apaixonado combinando um encontro e, com dó do casal, resolveu libertá-lo. Esse mesmo animal parou nas mãos de Pequeno Soba nas ruas, que, desesperado, abriu o bicho para comê-lo. Além de matar sua fome, encontrou duas pedras de diamante, as quais guardou sem saber onde poderia trocá-las. Continuou vivendo como antes e, em suas andanças, foi interceptado por Madalena, que disse ter o costume de observá-lo e convidou-o a trabalhar com ela, vigiando uma pequena propriedade que herdara onde produzia fruta e hortaliças.

Tendo recuperado completamente sua lucidez nesse período, voltou a se condover com a situação do país e retomou contato com ligações antigas. Elaborou um plano para resgatar um grupo de prisioneiros, utilizando os diamantes para pagar a operação, mas antes de poder vender as pedras e colocar o plano em prática foi preso, juntamente com Madalena. Sua prisão foi sentenciada por Monte, que buscava informações do paradeiro de Jeremias, resgatado previamente pela mulher. Interrogado e torturado pelo agente, Pequeno Soba, que não sabia nada a respeito do homem, manteve-se calado e com os diamantes guardados consigo em segredo, até conseguir fugir durante uma rebelião na

cadeia. Dessa vez, foi perseguido por policiais que o reconheceram – Ludo inclusive narra a cena, que acompanhou de sua janela – e, fechado num beco sem saída, acabou algemado, acusado de ser fracionista<sup>7</sup>. A sorte, entretanto, esteve ao seu lado: o veículo onde estava foi fechado por um caminhão em um cruzamento e, no meio da confusão do acidente, um sujeito o arrastou dali.

Salvo pela segunda vez, o homem que o resgatou era conhecido como Papy Balingô, um zaireense que, fugindo do regime de Mobutu Sese Seko, exilou-se na França, onde entrou em contato com a comunidade angolana e decidiu se mudar para o país. Acolheu Pequeno Soba em seu apartamento até que “passasse a confusão”. Morava no décimo primeiro andar de um prédio no qual o elevador estava inutilizado, pois os moradores usavam o buraco para jogar lixo: esse foi o primeiro indício de que Papy Balingô era vizinho de Ludovica (e, de fato, por meio de outros detalhes isso se confirma depois). O que separava os dois da protagonista, apesar de não estarem cientes disso, era apenas uma parede.

Depois de recuperado, o anfitrião indicou a Pequeno Soba onde poderia trocar os diamantes e, a partir disso, ele reconstruiu sua vida:

Já sabia o que fazer com o dinheiro. Nos meses que se seguiram criou e estruturou uma pequena empresa de entrega de encomendas, a que chamou Pombo-Correio. Agradava-lhe a coincidência da palavra pombo ter, em quimbundo, o significado de mensageiro. O negócio prosperou, e a esse juntaram-se novos projetos. Investiu em áreas diversas, da hotelaria ao imobiliário, sempre com sucesso. (AGUALUSA, 2012, p. 73).

Diferentemente de Monte, Pequeno Soba representou e contribuiu para a modernização do país, sem viver o resto de sua vida preso a um ideal romantizado do que havia se passado durante a independência. A propósito, os destinos de Monte e Pequeno Soba se cruzaram muito antes deste ser preso a pedido daquele: o pombo que comeu os diamantes de Ludovica e por ela foi libertado devido ao bilhete de amor, e em seguida matou a fome do então morador de rua e tornou-o rico – homenageado, inclusive, no nome de sua primeira empresa – era do jovem Monte. Na época, o personagem

---

<sup>7</sup> Os fracionistas faziam parte de um movimento político dissidente do MPLA, opondo-se ao Presidente Agostinho Neto, após a independência. Lançaram uma tentativa de golpe de Estado em Luanda no final dos anos 1970.

namorava Maria Clara, com quem veio a se casar, cujo pai, que o detestava e queria impedi-lo de namorar sua filha, criava pombos-correio.

Assim como os nomes dos outros personagens, o de Pequeno Soba também é significativo. Em Angola, sobas são os chefes das aldeias que resolvem diversos tipos de problemas locais. Pequeno Soba acaba, de fato, assumindo essa função na história, em relação a diversos personagens. No que se refere a Papy Balingô, Soba ofereceu uma grande soma de dinheiro por seu apartamento no Prédio dos Invejados para que o amigo pudesse comprar uma casa com um grande terreno para cuidar do hipopótamo que usava em espetáculos. Além disso, “Movido mais por espírito de solidariedade do que a pensar no lucro, criou uma empresa de produção e comercialização de artesanato” (AGUALUSA, 2012, p. 147), gerando duas dezenas de empregos. Em relação a Ludovica, depois de ela ter sido desemparedada e ele descoberto de onde vieram seus diamantes, comprou o apartamento no nome dela e o mobiliou, assumindo também a responsabilidade pelos estudos de Sabalu até este concluir a universidade. Além disso, foi ele quem confrontou Monte no encontro que uniu todos os personagens num corredor do Prédio dos Invejados, ao qual nos reportaremos em breve e, por fim, ajudou a um ex-companheiro de cela, Nasser Evangelista.

Nasser Evangelista, por sua vez, não ganha muito destaque na obra, mas reforça a corrupção do sistema mesmo depois da independência e corrobora com as imagens construídas ao longo do romance de Monte, face desse sistema, e de Pequeno Soba. Ajudante de enfermeiro no hospital Maria Pia, o mesmo onde Madalena trabalhava, foi preso porque estava interessado em uma jovem enfermeira e ela, “noiva de um agente da segurança de Estado, deixou-se seduzir pelas palavras doces do ajudante de enfermeiro. O noivo, enlouquecido, acusou o rival de ligação aos fracionistas” (AGUALUSA, 2012, p. 145). Depois de preso, trabalhou na enfermagem, onde conheceu Pequeno Soba e, comovido com seu estado, o ajudou em uma de suas diversas fugas da prisão. Anos mais tarde, reencontrou o ex-parceiro de cela, que o convidou para trabalhar como porteiro do Prédio dos Invejados.

O último dos personagens secundários que fecha o círculo da rede de Ludovica é Daniel Benchimol. Jornalista, investigava histórias de desaparecimentos de todos os tipos em Angola, com preferência para os aéreos. Devido à profundidade de suas

investigações, “Lá de cima – de algum gabinete faustoso e climatizado – viera a ordem para silenciar” o jornalista (AGUALUSA, 2012, p. 113), e o encarregado de realizar a tarefa era uma figura muito bem conhecida do partido: Magno Moreira Monte. Para o azar do agora detetive, o funcionário que levou consigo para fazer o serviço entrou no quarto de hotel errado e matou um francês por engano.

Ao escapar de uma morte prematura, Benchimol pode se envolver com o caso de um desaparecimento ocorrido mais de trinta anos antes, a pedidos de uma remetente de Portugal em busca de sua mãe biológica. Tendo encontrado a desaparecida em questão, o jornalista foi ao Prédio dos Invejados conversar com ela. No mesmo momento em que o fazia, porém, Jeremias subia ao décimo primeiro andar para confessar o que havia se passado com Orlando e Odete, Nasser Evangelista corria aos gritos atrás de um jovem que entrou no edifício sem permissão, Pequeno Soba, em seu apartamento, ia verificar o motivo do escândalo e Monte, sem encontrar o porteiro, subia sem aviso. Assim, todos os personagens acabaram deparando-se uns com os outros, o que levou a um desfecho para a história:

O espanto de Pequeno Soba alegrou Monte:

Ah, Camarada Arnaldo Cruz! Quando ouço alguém falar mal de Angola cito sempre o seu exemplo. Um país onde até os malucos enriquecem, mesmo os inimigos do regime, tem de ser, por força, muito generoso!

(...)

Daniel Benchimol segurou o braço de Ludo:

Espere um pouco, senhora. Leia a carta.

Pequeno Soba espetou o dedo indicador no peito de Monte:

Está a rir de quê, hiena? O tempo das hienas acabou.

Ludo devolveu o envelope: Os meus olhos já não servem para ler.

Monte afastou o braço de Pequeno Soba, e girando o corpo reparou em Jeremias.

A coincidência pareceu alegrá-lo ainda mais:

Ora, ora, outra cara conhecida. O nosso reencontro, lá, no Namibe, não correu bem. Ao menos para mim. Mas desta vez vocês estão no meu território.

Daniel Benchimol estremeceu ao escutar a voz de Monte. Voltou-se para o detetive:

Estou a lembrar-me do senhor. Acordou-me na noite em que Simon-Pierre desapareceu. A ideia era fazer-me desaparecer a mim – certo?

A esta altura já todos os olhares convergiam para o antigo agente. Nasser Evangelista soltou Baiacu e avançou para Monte, enfurecido, de navalha em riste:

Também eu me lembro do senhor, e não são memórias felizes.

Monte, vendo-se cercado por Jeremias, António, Pequeno Soba, Daniel Benchimol e Nasser Evangelista, começou a recuar em direção às escadas:

Calma, calma, o que passou, passou. Somos todos angolanos. (AGUALUSA, 2012, p. 139-140).

O encontro no corredor do Prédio dos Invejados uniu, enfim, todas as narrativas do romance, evidenciando as ligações de cada personagem com Ludo e como vítimas de Monte, confrontando todas suas experiências com aquele que era o símbolo de uma ideologia idealizada e incompatível com a realidade angolana moderna. A respeito da identidade, Bauman (2005, p. 13) a coloca como ambivalente, uma vez que se trata da “nostalgia do passado conjugada à total concordância com a ‘modernidade líquida’”. Monte, nesse sentido, como se comprova no extrato da página anterior, estava preso apenas à primeira. Sendo assim, para ele a ideia de identidade angolana sustentava-se somente no discurso, podendo ser usada quando necessário para a sua conveniência.

## 4 OS TRANSPARENTES

“There is no story that is not true”, said Uchendu. “The world has no end, and what is good among one people is an abomination with others.”

(Chinua Achebe, *Things Fall Apart*, 1958)

Pseudônimo de Ndalu de Almeida, Ondjaki é um escritor angolano apaixonado por histórias. Em entrevista a Ramon Mello, o autor, nascido em 1977, afirmou ter crescido na capital do país, ela mesma cheia de histórias, e declarou que “Normalmente a própria realidade em Luanda escreve melhor que os escritores, quer dizer, os escritores é que seguem a realidade tentando entender um pouco de como é que poderão trazer essa realidade às histórias” (MELLO, 2009). Essa posição é interessante porque *Os Transparentes* (2013) apresenta justamente, como mostraremos, uma variedade de narrativas de personagens luandenses.

No romance, diversos personagens dividem a atenção do leitor, a maioria deles habitantes do PrédioDaMaianga, no coração de Luanda. Apenas no edifício há doze personagens, além de outros três que o visitam com frequência: o Cego, o VendedorDeConchas e o Carteiro. Para além deles, acompanhamos CienteDoGrã, ZéMesmo, os fiscais DestaVez e DaOutra, o Ministro, o Assessor, DonaCreusa, DomCristalino, ArturArriscado, os cientistas DavideAirosa e Raago, Noé, dono da BarcaDoNoé, e o Esquerdista, cliente assíduo do bar. Devido à quantidade de personagens na obra, que representam diferentes estratos da sociedade e retratam relações de poder e submissão, dividimos no quadro a seguir os habitantes do PrédioDaMaianga de acordo com o andar em que moravam, somente a título de ilustração e de forma a melhor organizar, em um primeiro momento, quem é quem.

1º andar	2º andar	3º andar	4º andar	5º andar	6º andar	7º andar
Córrego dos canos de água estourados	João-Devagar e MariaCom-Força	Paizinho	Edú e Nga-Nelucha	Camarada-Mudo; Paulo-Pausado e Clara	Odonato, Xilibaba, Amarelinha e AvóKunjikise	Terraço

No primeiro andar do prédio havia um córrego que o atravessava, resultante de canos de água estourados há anos; este oferecia aos moradores uma quantidade ilimitada do precioso líquido, em uma cidade onde o abastecimento era irregular e escasso. No segundo andar morava o casal JoãoDevagar e MariaComForça, comerciantes do edifício, e no de cima Paizinho, lavador de carros. No quarto andar vivia o casal Edú e NgaNelucha, enquanto no superior ao deles havia o jornalista PauloPausado com sua namorada Clara e, em outro apartamento, o CamaradaMudo. Em seguida, no penúltimo andar reunia-se a família de Odonato, com sua esposa Xilisbaba, a filha Amarelinha e a sogra AvóKunjikise e, por fim, no último andar localizava-se o terraço, espaço comum de todos os moradores. Esses personagens, apesar de seus dramas particulares, envolvem-se também com os problemas alheios, evidenciando uma coletividade na maneira com que se confrontam com a realidade.

Apesar de os moradores do edifício ganharem destaque, o protagonista do romance é o próprio espaço, ou seja, o PrédioDaMaianga – tendo sido indicado, inclusive, logo nas primeiras páginas, que ele “respirava como uma entidade viva” (ONDJAKI, 2013, p. 14) – e a cidade de Luanda. Os personagens que compõem a narrativa são seres transitórios que compreendem um quadro muito amplo, e por esse motivo é apresentada uma multiplicidade deles. Com exceção daqueles que representam autoridades, como o Ministro e seu Assessor, quase todos são pessoas simples que, no decorrer da história, relembram os velhos tempos e planejam o futuro em uma Angola em vias de modernização. As diversas narrativas, ao apresentarem problemas individuais e coletivos, retratam um país de contrastes que vive a transição entre o tradicional e o moderno.

A divisão entre os oito capítulos é marcada por páginas pretas que contêm trechos relacionados aos personagens do romance. Entre eles, encontram-se extratos de um bilhete escrito por Odonato, parte de uma gravação do VendedorDeConchas, a “voz do povo”, a descrição das “sensações de Paizinho” e curtas anotações do autor. São as únicas partes da obra que não seguem uma ordem cronológica, mas, ainda assim, integram-se à narrativa. Em todo o resto do romance, por sua vez, o tempo da enunciação é linear e não há, em nenhum momento, a indicação de datas ou unidades que o



recortem. Apesar disso, as tecnologias mencionadas e as referências históricas e culturais marcam a narrativa no presente. Ademais, o tempo é breve, ou seja, aparenta narrar um período razoavelmente curto, de poucas semanas, e é coletivo.

Tal como em *Teoria Geral do Esquecimento*, o narrador de *Os Transparentes* é extradieгético, onisciente e neutro, ou seja, “a história parece contar-se a si própria, prescindindo da figura do narrador. Este, oculto, pressuposto, (...) é dotado do poder da onipresença” (D’ONOFRIO, 2007, p. 51). Para além disso, a linguagem da narração é extremamente poética, e ela mesma apresenta um contraste entre o tradicional e o moderno, no sentido de que mescla marcas da oralidade e da escrita. Conforme expusemos na seção 3.4, até a década de 1960 a literatura oral predominava no país, sendo a poesia a forma literária mais expressiva. Ondjaki, por sua vez, se aproveita das duas formas para construir a narrativa do romance.

Além de incomum, a organização formal da linguagem é muito significativa. A primeira característica que pode ser notada é o desuso de iniciais maiúsculas no início das frases, trazendo para o texto maior fluidez e uma quebra nos padrões impostos pela escrita. Com isso, o lirismo da obra é acentuado, visto que cada novo parágrafo é uma continuação direta do antecedente, como se fossem versos de uma mesma estrofe. Um traço que reforça o anterior é a escassez de pontuação final nos parágrafos, unindo um atrás do outro até o fim de cada capítulo, no qual a última oração termina com um ponto final. Nas quatrocentas páginas do romance a letra maiúscula é utilizada apenas em uma situação: nos nomes dos personagens, os quais merecem atenção individual por serem em sua maioria substantivos ou adjetivos que os identificam por meio de um traço característico da aparência, personalidade ou do papel social do seu portador. Por fim, a combinação do português com o kimbundu, uma das línguas mais faladas no país, marca mais uma vez o entre-lugar da linguagem da obra entre oralidade e escrita e reforça a dicotomia tradicional *versus* moderno, que é, afinal, uma das tônicas do romance, a ser explorada mais à frente.

## 4.1 DRAMAS PESSOAIS

Expusemos brevemente a variedade de personagens que compõem *Os Transparentes*. Nesta seção, buscaremos examinar as narrativas de cada um como parte de uma construção identitária coletiva, evidenciando os contrastes entre os diferentes estratos e as relações de poder presentes entre si.

### 4.1.1 A transparência de Odonato

Morador do sexto andar do PrédioDaMaianga, Odonato dividia seu apartamento com a esposa Xilisbaba, a filha Amarelinha e a sogra AvóKunjikise. Tinha também um filho mais velho chamado CienteDoGrã, com quem não mantinha muito contato. A história de Odonato ganha certo destaque devido à circunstância em que o personagem se encontrava: logo no início do livro, sua família nota que a luz do sol atravessa seu corpo, começando um processo rápido, que permeia toda a obra, de transparência. É um personagem simbólico cuja condição dá título ao romance, e a explicação para tal fenômeno é esclarecida por ele mesmo, como veremos adiante.

Melancólico e desempregado, Odonato passava a maior parte de seu tempo no Prédio, observando da janela de sua casa, ou do terraço, a cidade. O personagem é a voz do romance que constantemente problematizava as condições de vida dos luandenses ao mesmo tempo que se reportava ao passado com nostalgia. Narrava com deleite, por exemplo, a época do “recolher obrigatório”, mesmo com todos os problemas daquele tempo: “Luanda era então, se comparada com a atualidade, um quase deserto urbano onde faltava a comida e a roupa, os medicamentos, sem água ou luz” (ONDJAKI, 2013, p. 168). Apesar disso, era para ele uma época de esperança em um futuro melhor que se contrapunha ao desespero de constatar que no presente pouco havia mudado, e que a esperança havia cedido lugar à desilusão: “Odonato começou a chorar devagarinho, (...) era fatalmente apaixonado por um outro tempo” (*Id.*).

As relações de poder são apresentadas diversas vezes no decorrer das histórias, e muitas das autoridades que aparecem se validam a partir de sua posição social. Odonato se ressentia dessa postura e, principalmente, do menosprezo para com o povo

e a discrepância entre a qualidade de vida deste e daqueles que o representavam. Por isso, começou a problematizar a questão: “passámos muitos anos, Xilisbaba, em busca do que é bonito para suportarmos o que é feio. e não estou a falar dos prédios, dos buracos na estrada, dos canos rebentados. já é hora de encararmos o que não está bem” (ONDJAKI, 2013, p. 48). Cada vez mais indignado com a questão, deixou de se calar quando, mais à frente, foi confrontado por uma dupla de fiscais que decidiu revistar o Prédio com a desculpa de que estariam a verificar as suas irregularidades:

– meus senhores, sou morador do sexto andar e vim buscá-los para que possam ver o resto do prédio, e para que depois abandonem o mesmo, pois conhecemos os nossos direitos  
 – o camarada sabe com quem está a falar? – começou o fiscal DestaVez  
 – sabe de quem somos aparentados? – indagou DaOutra  
 o CamaradaMudo teve que segurar Odonato pelo braço, pois um qualquer ímpeto invisível moveu o magríssimo homem na direção dos outros dois  
 – os camaradas deem-se ao respeito!... – a frase foi dita com um tal peso de verdade que ninguém teve coragem de falar depois de Odonato – saibam que isto é um prédio de gente honesta  
 os fiscais olharam-se entre si, o Cego tossiu e o Vendedor, muito devagarinho, foi apanhando as suas conchas, uma a uma, para não interferir com a energia que se instalara no ar  
 – por acaso, vocês, sabem quem sou eu?  
 o CamaradaMudo espantou-se, não sabia, da parte de Odonato, de nenhuma patente ou ocupação digna de ser referida, e não estava de todo familiarizado com aquele tipo de atitude por parte do vizinho  
 – eu sou parte deste povo! do povo angolano. o povo... conhecem essa palavra? é uma palavra cheia de gente! agora, se quiserem, podem subir comigo! (ONDJAKI, 2013, p. 133).

Na história, Odonato se torna literalmente transparente, mas como o título do romance sugere, não é o único nessa condição. Segundo ele, “a verdade é ainda mais triste, Baba: não somos transparentes por não comer... nós somos transparentes porque somos pobres” (ONDJAKI, 2013, p. 190). Estende, assim, sua transparência àqueles que, como ele e seus vizinhos, não possuíam privilégios. Associando o problema à história da nação angolana, Odonato concluía que sofria “da doença de mal-estar nacional” (ONDJAKI, 2013, p. 167), e a transparência de sua pele era apenas um dos sintomas: “o país dói-me... a guerra, os desentendimentos políticos, todos os nossos desentendimentos, os de dentro e os que são provocados por aqueles que são de fora...” (*Id.*). Dessa forma, ilustra simbolicamente o silenciamento do povo angolano e, mais do que isso, o apagamento de sua história.

Desconsolado com sua realidade, Odonato enfrentou a situação em que se encontrava com resignação, mas expôs os motivos por trás de sua transparência e os relacionou diretamente com a questão da identidade e do contexto que se desenrolava no país:

um homem, para falar dele mesmo, fala das coisas do início... como as infâncias e as brincadeiras, as escolas e as meninas, a presença dos tugas e as independências... e depois, coisa de ainda há pouco tempo, veio a falta de emprego, e de tanto procurar e sempre a não encontrar trabalho... um homem para de procurar para ficar em casa a pensar na vida e na família. no alimento da família. para evitar as despesas, come menos... um homem come menos para dar de comer aos filhos, como se fosse um passarinho... e aí me vieram as dores de estômago... e as dores de dentro, de uma pessoa ver que na crueldade dos dias, se não tem dinheiro, não tem como comer ou levar um filho ao hospital... e os dedos começaram a ficar transparentes... e as veias, e as mãos, os pés, os joelhos... mas a fome foi passando: foi assim que comecei a aceitar as minhas transparências... deixei de ter fome e me sinto cada vez mais leve... estes são os meus dias... (ONDJAKI, 2013, p. 187-188).

Ao apresentar necessidades que sua realidade não permitia suprir, seu corpo transformou-se em uma prisão, e a nova forma que passou a assumir, com transparência e leveza, representou uma forma de libertar-se desse peso. Com o aparecimento de cada vez mais problemas, como a morte de seu filho mais velho e, em seguida, de um dos moradores do PrédioDaMaianga, Odonato foi ficando transparente cada vez mais rápido, até se tornar, praticamente, um balão, translúcido e flutuante, símbolo dessa liberdade a que aludimos.

No que se refere à questão identitária atrelada ao desaparecimento do corpo, Giddens discute o problema da falta de sentido pessoal. Para ele, “a sensação de que a vida não tem nada a oferecer torna-se um problema psíquico fundamental na modernidade tardia” (GIDDENS, 2002, p. 16). Nesse contexto, “A reflexividade do eu se estende ao corpo, onde o corpo (...) é parte de um sistema de ação em vez de ser um mero objeto passivo” (*Ibid.*, p. 76). Assim, quando ocorrem perturbações de segurança ontológica, estas podem gerar um isolamento existencial, isto é, “uma separação dos recursos morais necessários para viver uma existência plena e satisfatória” (*Ibid.*, p. 16), que pode ser traduzido na ideia de “ficar sem corpo”. Para o autor, essa ideia se justificaria precisamente, como no caso do personagem, em “uma tentativa de transcender os perigos e ficar em segurança” (*Ibid.*, p. 60).

CienteDoGrã, o filho de Odonato com quem ele não mantinha muito contato, levava esse nome devido ao seu desejo de possuir um Grand Cherokee. De família simples, sabia que provavelmente nunca teria o carro, e frustrava-se com a modernização acontecendo ao seu redor enquanto não tinha meios para usufruí-la. Portanto, começou a realizar pequenos furtos, de celulares e pneus, e logo evoluiu para o desvio de fundos da comunidade rasta da qual fazia parte, o que levou à sua expulsão. A partir de então, fugiu de Luanda por um tempo, deixando uma dívida para o pai pagar, e foi visto no Cunene, junto à fronteira, “em contrabandamentos” (*Ibid.*, p. 52), tendo inclusive participado de algumas excursões à foz do rio Cunene em busca de diamantes. Quando voltou à capital, conheceu o malfeitor ZéMesmo e foi viver com ele.

ZéMesmo vivia em um anexo alugado em um prédio do outro lado do LargoDaMaianga, próximo ao PalácioPresidencial. Para ele, era um feito a se comemorar, pois constatava que “viver aqui ao pé do chefe é que cuia, nunca falta água nem luz, qual gerador é esse?, nem precisamos! é só a luz bazar, toda a cidade às escuras, e nós nada!, tamos se bem mesmo. quando o kota veio morar aqui no palácio, batemos palmas, nossa fezada” (ONDJAKI, 2013, p. 50). Sem a pretensão de defender ou justificar a escolha de vida que fizeram, é possível considerar que CienteDoGrã e ZéMesmo desejavam simplesmente a possibilidade de desfrutar do desenvolvimento econômico e urbano em Luanda, reservado a uma pequena parcela da população. Sem encontrar uma solução para além da frustração, entregaram-se ao crime. O trecho acima expõe, por sinal, que uma das ambições de ZéMesmo não era sequer gozar de artigos luxuosos, mas ter acesso a recursos considerados básicos em qualquer cidade, como o abastecimento de água encanada e luz elétrica.

Vivendo com ZéMesmo, CienteDoGrã ajudava o amigo em atividades ilícitas quando ele precisava. Uma madrugada, durante a execução de um assalto planejado à LojaDoCardoso, próxima ao PrédioDaMaianga, Ciente foi surpreendido com a chegada do dono enquanto abria o cofre. Em desespero, conseguiu fugir do local, mas, já na rua, foi atingido no traseiro por um tiro que Cardoso disparou da janela. A intenção do ladrão durante a fuga era chegar à casa de seu pai, mas as forças lhe esvaíram e ele, com dificuldade, tombou ainda no primeiro andar. A partir de então, após ser socorrido pelos

moradores do prédio e levado ao apartamento do pai, os vizinhos começaram a discutir o perigo que a região atingida pelo tiro representava para Ciente:

tiro na zona matakal, digamos assim, era, naquele bairro, um sinal premonitório de algo não muito bom, soldados amigos e mesmo mais-velhos daquela rua, atingidos intencional ou semquerermente na zona traseira, haviam tido finais pouco felizes ao fim de alguns dias. vizinhos atingidos na cabeça e até mesmo no peito, após cirurgia ou tempo de espera, era gente que se mantinha viva até aos presentes dias para contar como havia sido. mas dos outros, os atingidos em zonas menos fáceis de descrever, não havia sobrado um (ONDJAKI, 2013, p. 124).

O sinal premonitório a que o narrador se refere remete à tradicional ideia de superstição, frequentemente passada à frente oralmente. No romance, esse pressentimento negativo é concretizado: cansado de ficar na casa do pai, Ciente decidiu ir embora, mas desmaiou logo na saída do prédio, sendo levado por policiais que se encontravam ali. Poucos dias depois, faleceu na prisão. Além do final infeliz do personagem, a premonição se estendeu, de certa maneira, a outros – incluindo Luanda, a protagonista. Da morte de Ciente em diante, diversas outras tragédias pessoais se sucederam em sequência: o assassinato de Paizinho, a morte de PauloPausado, o progressivo “desaparecimento” de Odonato e o curto-circuito que deu origem ao mar de fogo que incendiou a cidade.

#### 4.1.2 Ambulantes

O VendedorDeConchas, como seu nome sugere, vendia conchas em Luanda. Sempre na companhia de um Cego que havia conhecido em um semáforo vermelho, os dois passavam seus dias a percorrer as ruas da cidade em busca de clientes. Os compradores eram dos mais variados estratos da sociedade, desde a esposa do Ministro até os moradores do PrédioDaMaianga. Muito mais do que os objetos propriamente ditos, o Vendedor criava utilidades para eles, de decoração de interiores a cinzeiros, e vendia ideias: “eu também só pesco conchas e ainda por cima tenho que falar bué só para convencer outros a comprarem...” (ONDJAKI, 2013, p. 115). Por não ser um produto transformado pela indústria, não era valorizado como mercadoria. Além de estarem associadas a uma linguagem lírica que acompanha o personagem pela obra, vale lembrar

que as conchas são um símbolo do passado, visto que desde antes da ocupação portuguesa a moeda de troca na região da atual Angola era o *nzimbu*, tipo de concha encontrada na então ilha de Luanda. Vendedor não morava no PrédioDaMaianga, mas sua presença era constante no edifício. Inicialmente em busca de clientes, passou a frequentar mais o local depois de apaixonar-se pela filha de Odonato, Amarelinha, com quem iniciou um relacionamento.

São apresentadas, no romance, as diversas formas que os personagens encontravam para sobreviver, e o que prevalecia era o comércio informal. Para além da função do VendedorDeConchas, MariaComForça, por exemplo, vendia comida na frente do Prédio enquanto Paizinho lavava os carros da região. Por sua vez, Amarelinha, filha de Odonato, aproveitava as conchas do Vendedor e montava bijuterias para depois comercializá-las. Com a chegada dos fiscais DestaVez e DaOutra ao prédio, a natureza das relações comerciais começou a se alterar, apesar de ainda se sustentarem na informalidade. Sobrinhos do assessor do ministro, os dois irmãos visavam lucro fácil em cima das atividades alheias, impondo o recebimento de uma porcentagem do lucro com a justificativa de terem dado a ideia para determinados negócios ou por oferecerem “proteção legal” a eles – discretamente, sem papéis.

O primeiro alvo dos fiscais foi Edú. O morador do quarto andar possuía uma enorme hérnia em seu testículo esquerdo, o que lhe dificultava os movimentos. Os irmãos, impressionados, o advertiram que ele deveria aparecer em programas de televisão – das “CêÊneÊnes” ao programa da “Opra” – para lucrar com a situação:

- você desculpe, ó camarada Edú, mas você tem que rentabilizar essa situação
- também ando a pensar no mesmo...
- anda a pensar e a demorar, não leve a mal nem se ofenda, você tem que agir
- mal posso caminhar, quanto mais agir
- agir imaginativamente, amigo, imaginativamente... vivemos num país de imaginação... de coisas criativas, não sei se me faço entender... (ONDJAKI, 2013, p. 129).

Dessa forma, representam claramente a noção de Bauman sobre a natureza das fontes de lucro na modernidade tardia: “As principais fontes de lucro – dos grandes lucros em especial, e portanto do capital de amanhã – tendem a ser, numa escala sempre em expansão, ideias e não objetos materiais” (BAUMAN, 2001, p. 173).

Para além de Edú, DestaVez e DaOutra também se interessaram por JoãoDevagar, pois sabiam que este morador ganhava dinheiro com as kinguilas – cambistas não oficiais – que ficavam na entrada do prédio. Como ele sublinhava, não controlava as comerciantes, elas eram “apenasmente aconselhadas, neste complicado mundo das globalizações económicas” (ONDJAKI, 2013, p. 95). Sua relação com as kinguilas era a mesma que, mais à frente, ele estabeleceria com DestaVez e DaOutra, que logo deram início a uma negociação: “sabemos que o kota tem bizno lá em baixo com as kinguilas. anda a fazer nota com as notas, câmbios e tal (...) se não tem licença para casa de câmbio, é negócio ilegal (...) podemos ajudar o camarada a legalizar o negócio” (*Ibid.*, p. 97-98).

A relação da dupla com JoãoDevagar baseou-se sempre em supostos empecilhos legais, os quais seriam resolvidos por eles. Entendendo que não queriam acabar com seu negócio, deu início a uma sociedade informal com os dois, visto que “também era amigo do dinheiro, sobretudo do fácil” (ONDJAKI, 2013, p. 134). O trecho a seguir é ilustrativo da situação:

- um terraço isolado, sem grandes problemas de vizinhança... porquê que você não instala aqui... por exemplo... um cinema improvisado?
- cinema? e a autorização?
- mas se nós somos os fiscais da Maianga... você estaria autorizado, e teríamos uma sociedade autónoma... que só nós sabíamos
- como assim?
- muito fácil. de um lado, vocês, os do prédio. falam, organizam-se e montam o esquema. do outro lado, nós dois, com a proteção legal e as respetivas benesses (...)
- e os papéis?
- os papéis não são necessários (...) só um cinema oficial é que precisa de papéis, um desoficial não precisa (ONDJAKI, 2013, p. 136)

Assim, aproveitando-se da sua ligação com o topo da cadeia, DestaVez e DaOutra ganhavam dinheiro apenas através da participação nos lucros dos negócios alheios por meio do aliciamento ao suborno. Na estreia do cinema de JoãoDevagar, por exemplo, que reuniu um sem-número de espectadores, vindos de toda a parte de Luanda, os fiscais compareceram somente em busca de mais uma fonte de dinheiro, encontrando-a na figura de uma jornalista estrangeira da BBC.



- veja bem, a questão é que a senhora precisa de uma autorização. mas só nós sabemos que a senhora precisa dela... não é assim?
- acho que sim
- e só a senhora sabe que não a tem. então para quê complicar?
- os senhores é que estão a complicar
- não, a senhora é que não está a facilitar. se não facilitar mesmo, é que depois aparece a complicação
- e como é que eu “facilito mesmo”?
- por exemplo, com meia cabeça grande
- como?
- meia cabeça grande – explicou DaOutra – é uma nota, normalmente verde, de cinquenta dólares americanos (...) (ONDJAKI, 2013, p. 211).

Diferentemente de JoãoDevagar – cujo nome indica simplesmente sua incapacidade para compreender imediatamente o que lhe diziam –, porém, a jornalista conseguiu valer-se do jogo dos dois e contornar a situação.

Enquanto isso, os negócios com o morador do segundo andar continuaram a se expandir. Devido ao sucesso do cinema, onde, inclusive, MariaComForça vendia sua comida e Amarelinha suas bijuterias, JoãoDevagar decidiu abrir uma igreja, em parceria com Noé, dono de um bar: “– sempre vai abrir uma igreja, então? / – claro, está a dar muito dinheiro, senhor Noé, muito dinheiro” (ONDJAKI, 2013, p. 282). Na mesma época, inspirado em um filme pornográfico que exibiu em seu cinema, trouxe da Suécia duas prostitutas loiras com a ideia de lucrar com elas de alguma forma. Quando questionado por DestaVez e DaOutra se pensava no ramo cinematográfico, JoãoDevagar replicou que tudo dependia de quanto estavam a falar, ao que se seguiu o diálogo: “– ah, quer dizer que já se pode falar de quanto / – sempre se pode falar de ‘quanto’, meus amigos, estamos em Luanda / – é verdade – os fiscais sorriram (...)” (ONDJAKI, 2013, p. 332).

A ideia de que em Angola tudo era corruptível e negociável aparece constantemente. Com as figuras das autoridades, que veremos à frente, e de DomCristalino, grande empresário do país, essa imagem é reforçada. Sugere-se, além do mais, que aqueles que se encontravam no poder lucravam ilegalmente com a exploração dos recursos naturais do país, sem retornar os ganhos à população, e em cima do trabalho do povo. Conforme mostramos anteriormente, Odonato era quem problematizava essas questões. Em uma conversa com a jornalista da BBC, que tentava entender sua situação e aplacar seu sofrimento, indicando que, apesar de seu desemprego, em Luanda sempre havia uma mão amiga, o transparente rebateu: “mas é que eu estava farto de comer de mão amiga. queria comer da mão do meu governo, mas

não comer como meus governantes comem, queria comer com o fruto do meu trabalho, da minha profissão” (ONDJAKI, 2013, p. 263). Por consequência, opunha-se a transações comerciais como as realizadas pelos fiscais.

O único personagem que frequentava o PrédioDaMaianga e não possuía um emprego informal, com exceção das figuras de autoridade e daqueles que chamaremos de intelectuais, era o Carteiro. Ainda assim, o funcionário público não recebia qualquer suporte para realizar seu trabalho e via-se, como qualquer outro trabalhador informal, desamparado. Sua missão durante toda a história foi fazer-se ouvir por qualquer autoridade que lhe pudesse ajudar a conseguir um meio de transporte que ajudasse no cumprimento de sua função. Para isso, escreveu dezenas de cartas em papéis especiais e entregou a diversas figuras, de ministros a pessoas influentes, como o empresário DomCristalino, que pudessem ajudar a resolver seu problema. Quando sugerido que simplesmente falasse com seu chefe, o Carteiro justificou a razão pela qual tal ação era ineficaz: “aqui em Luanda todos são chefes, é só depois querem ajudar. por isso é que eu ando a distribuir cartas, a ver se algum desses tantos chefes me pode então dar uma mão (...)” (ONDJAKI, 2013, p. 73). Ele acreditava, portanto, que aqueles que se encontravam no poder o faziam apenas pela posição social e as benesses que viriam com ela, sem necessariamente se disporem para ajudar o povo. De fato, depois de muito tempo sem resposta, recebeu uma carta com uma veemente negativa ao seu pedido.

Diferentemente de *Teoria Geral do Esquecimento*, que se estrutura a partir da independência e movimenta-se pelo período da guerra civil, *Os Transparentes* é construído no século XXI. No entanto, ainda que não seja o cerne do romance, as consequências das guerras, tão marcantes na história angolana, e ainda tão recentes, são vividas por três personagens. Um deles é Paizinho, o lavador de carros. O menino havia aparecido no prédio sozinho, ainda criança, alguns anos antes, com um jeito manso e delicado que fez com que os moradores ficassem desconfiados. Com o tempo, porém, aceitaram-no e ofereceram a ele um apartamento vazio no abandonado terceiro andar. Sempre rodeando seus vizinhos e ajudando a quem encontrasse, os moradores do prédio eram a única família que Paizinho tinha, já que sua mãe era uma distante lembrança. Por causa disso, chamava-os sempre por títulos como madrinha, padrinho, tio etc., seu

próprio nome seguindo esse padrão. Apesar de não falar muito sobre, seu maior desejo era encontrar a mãe, de quem foi separado por causa da guerra:

chegado a Luanda vindo do Sul, há anos percorria a vã busca do paradeiro da sua mãe. respeitado no prédio pelo dom da honestidade e da pontualidade, ambos raros em gente de Luanda, Paizinho era um espetador assíduo do programa televisivo *PontoDeEncontro*, criado justamente para que os angolanos desencontrados soubessem da localização das pessoas que a guerra havia separado (ONDJAKI, 2013, p. 41).

Fascinado pelo programa, a Paizinho foi oferecido espaço para gravar um segmento em busca de sua mãe; depois de alguns dias, JoãoDevagar recebeu uma ligação – o menino não tinha telefone em casa e passou o número do vizinho – que informava que a mulher havia sido localizada. Infelizmente, no mesmo dia Paizinho tinha sido esfaqueado durante um assalto e morreu, sem ter a chance de reencontrá-la. A guerra, afinal, o separou de sua família permanentemente.

A segunda personagem que viveu a realidade da guerra e fugiu para Luanda para escapar dela foi AvóKunjikise, sogra de Odonato. Na verdade, a senhora não era a genitora de Xilibaba, mas entrou em sua vida durante o enterro da mãe biológica dela quando, desesperada de fome, irrompeu pelo velório em lágrimas falando de sua privação. Assim como Paizinho, era do sul do país, mas diferentemente do menino falava apenas na sua língua, umbundu, uma das mais faladas em Angola – mais que o próprio kimbundu da região de Luanda. Apesar de entender português, pois todos os personagens falavam com ela nesta língua e ela respondia na sua, fazia questão do umbundu por representar uma última ligação com seu passado, antes de ele ter sido desmembrado pela guerra. Para Odonato, esclareceu que “*não se esquece a língua do nosso coração. falo umbundu é para ver se os mortos ainda estão a me ouvir...*” (ONDJAKI, 2013, p. 256).

O último personagem proveniente do Sul que passou pela guerra era o Cego, companheiro do VendedorDeConchas. O umbundu, para ele, também se traduzia em memórias de um tempo passado, mas no dia a dia o homem falava apenas em português. A história deste personagem ganha pouco destaque, e assim como acontece com todos os outros, seu passado não é colocado em evidência. Conquanto, no fim de uma tarde, enquanto banhava-se no rio artificial do primeiro andar com o amigo, deu indícios de seu

contato com a guerra, mesmo que indireto, ao entoar uma melodia em umbundu. Em um primeiro momento, ao ter chegado aos ouvidos da AvóKunjikise, a música fez com que a senhora relembresse imagens “que vinham de um tempo tão antigo que, no seu íntimo, ela começava a duvidar que tivesse existido – o tempo da mais-velha Mimi bailando, pela primeira vez na vida, no dia do enterro do seu marido, morto na guerra, e pela guerra, (...)” (ONDJAKI, 2013, p. 173). Em seguida, em resposta ao elogio que Vendedor fez à música, o Cego explicou:

- umbundu, língua do nosso Sul... – o Cego ria à toa, como se quisesse sobrepor-se ao barulho das águas – nem sei se estou a cantar à toa ou se quê
- é bonita mesmo assim
- é uma canção de luto... dizem que uma velha é que cantou no dia da morte do marido dela
- isso foi aqui, em Luanda?
- não... isso foi no Bailundo, faz muito tempo... (*Id.*)

A referência à cidade de Bailundo, na província de Huambo, liga, mesmo que indiretamente, o personagem à guerra, visto que desde o século XIX ela sofreu com ataques portugueses e foi onde, durante a guerra civil, a UNITA instalou seu quartel-general.

Todos esses sobreviventes, e aqueles que são representados por eles, têm histórias de ausência centralizadas na figura da guerra. Ignorados pelo governo, Paizinho, AvóKunjikise e o Cego estariam abandonados e famélicos nas ruas de Luanda se não fosse pelo acolhimento dos moradores do PrédioDaMaianga, nos dois primeiros casos, e do VendedorDeConchas, no terceiro. Tão importante quanto a experiência dos três com a guerra, no entanto, é o imaginário que a envolvia. Se não fez parte diretamente da realidade de alguns angolanos, ainda assim foi e é parte do imaginário do povo – e de sua identidade. A namorada de PauloPausado, um personagem que apresentaremos em breve, por exemplo, entendia que

com exceção dela própria e da sua mãe, todos os angolanos tinham alguma paranoia com armas ou armamentos, todos tinham uma estória para contar que envolvia uma arma, uma pistola, uma granada ou pelo menos uma boa estória que envolvesse um tiro, ou uma rajada de tiros, alguns tinham cicatrizes no corpo, outros atribuíam a cicatrizes várias os impressionantes episódios que efabulavam por força de necessitarem deles, um modo, digamos assim, coletivo de vivenciar a guerra e os seus episódios, os combates e as suas consequências, mesmo que fosse de ter ouvido falar, ou de

se ter escutado na rádio, antigamente, nos dias em que a guerra de facto havia sido um elemento cruel mas banal da realidade e, ainda hoje, dissociar a guerra do quotidiano era quase um pecado (ONDJAKI, 2013, p. 193-194).

Assim sendo, a vivência da guerra foi coletivizada mesmo entre aqueles que nasceram depois dela, unindo, de certa forma, essas pessoas sob uma mesma rede identitária.

Giddens acredita que toda experiência humana é mediada “pela socialização e em particular pela aquisição da linguagem. A linguagem e a memória estão intrinsecamente ligadas, tanto ao nível da lembrança individual quanto ao da institucionalização da experiência coletiva” (GIDDENS, 2002, p. 28). No romance, a imagem da guerra se abasteceu dessa maneira, e a questão da linguagem vinculada à memória esclarece a posição da AvóKunjikise ao escolher falar apenas em umbundu e sua volta ao passado quando ouvia a língua, uma vez que estabelecia com ela um vínculo identitário muito forte.

#### 4.1.3 Intelectuais

Para além dos personagens mais humildes, caracterizamos como intelectuais aqueles que possuíam funções mais especializadas e, por isso, tinham mais oportunidades e acesso a informações privilegiadas. Desse grupo, apenas um morava no PrédioDaMaianga: o jornalista PauloPausado, do quinto andar, que dividia o apartamento com a presunçosa namorada Clara. Além de Paulo, também consideramos seu amigo ArturArriscado, jornalista cheio de contatos com figuras responsáveis pela administração do país, o cientista angolano DavideAirosa, amigo dos dois, e o engenheiro americano Raago, colega de Davide. Fora desse círculo, mas ainda sob a mesma categoria, consideramos o Esquerdista, frequentador assíduo do bar do Noé, e a jornalista da BBC, já mencionada anteriormente.

ArturArriscado, também conhecido como ManRiscas ou CoronelHoffman, apesar de não ser militar, havia coberto uma extensa parte do território angolano nos anos seguintes à independência, gravando um amplo acervo de música tradicional do país. Proveniente do Moxico, maior província de Angola, “nunca havia sido abalado nem pelas mais ariscas condições de vida, fosse em momentos de guerra civil, de tensão política ou no cumprimento das suas inúmeras missões internacionais ao serviço da

Rádio Nacional” (ONDJAKI, 2013, p. 80). Uma de suas características mais importantes, porém, era o fato de ter contatos dentro do governo, sendo inclusive convidado para participar de reuniões do Partido. Nelas, foi um dos primeiros a saber da CIPEL, a Comissão Instaladora do Petróleo Encontrável.

De acordo com Artur, essa comissão se organizava para escavar as ruas da cidade e extrair o petróleo de seu subterrâneo, mesmo depois de estudos da década de 1980 apontarem para a impossibilidade de realizar o projeto. Para avaliar a situação, o Partido contratou um especialista no assunto, o americano Raago, engenheiro de petróleo. Com o tempo, porém, verificou-se que a proposta de o trazer ao país servia apenas para dar credibilidade ao projeto e ter os documentos necessários assinados, sob coerção, visto que estavam decididos a dar início à obra mesmo com os constantes alertas do americano sobre o perigo que a ação representaria para a cidade.

Além de Raago, outro cientista que poderia ser consultado sobre o projeto era DavideAirosa, ex-colega de universidade do americano. Apesar de sua qualificação, com mestrado realizado nos Estados Unidos e um convite subsequente para fazer parte do departamento de Física da Universidade de Oxford, Davide não foi considerado para o cargo ocupado por Raago pelo fato de ser angolano, evidenciando, dessa forma, a continuidade de uma lógica colonial que desvalorizava e inferiorizava a cultura local. Em conversa com o Ministro, essa ideia foi exposta pelo empresário DomCristalino:

– os subsolos de Luanda, essas camadas de não sei quê... o chefe quer ouvir mais opiniões. pensei também naquele miúdo maluco, o cientista, o angolano mesmo  
 – você deve estar a brincar, ó Ministro... então nós temos aqui um especialista americano, com nome de matako e tudo, que vem certificar as investigações... então o camone vem cá, fica connosco, recebe uma massa, certifica, volta lá para o país dele e, agora, um cientista angolano é que vai falar? nem pense nisso (ONDJAKI, 2013, p. 179).

No PrédioDaMaianga, onde morava, PauloPausado contrastava muito com os outros moradores. Culto, sempre a receber “envelopes com revistas, livros ou material publicitário de outros países” (ONDJAKI, 2013, p. 71) e com pilhas de revistas acumulando em sua casa, trabalhava para um jornal local que muitas vezes evidenciava “compromissos com membros da alta esfera do Partido” (*Ibid.*, p. 77). Especialmente devido à ligação de ManRiscas e Raago com o governo, Paulo mantinha contato e

coletava informações com a dupla. Assim, enquanto não se misturava muito com seus vizinhos, oferecia esporádicos jantares em sua casa para os intelectuais que apresentamos acima. Sua namorada Clara, por sua vez, além de manter-se à distância, sentia aversão à camada da população que habitava e frequentava o Prédio. Depois de receber uma concha de presente do jornalista, por exemplo, e perguntar sobre a loja onde ele a havia comprado, expôs sua repulsa:

- por favor, posso querer comprar algo parecido e nem sei onde é a loja
- não foi numa loja
- não?
- não. é de um rapaz, o VendedorDeConchas, passou aqui no outro dia, gostei tanto que comprei
- qual? aquele que anda sempre com um velho mal-cheiroso?
- vês? o mundo vive de interpretações... tu já paraste alguma vez para conversar com eles?
- eu não, tu é que és amigo dessas pessoas (ONDJAKI, 2013, p. 244).

Apesar de comum, o nome da personagem, Clara, num contexto em que nenhuma designação é neutra, remete à cor da pele do colonizador e ao seu preconceito para com o povo dominado.

Aparentemente inofensivo, Pausado investigava a nova obra que viria a surpreender os angolanos e a desestabilizar Luanda. Contudo, alguns detalhes sobre o jornalista, a princípio sem explicação, soam estranhos, como o recebimento aleatório de uma peça de carro por correio – que ele informou para o Carteiro ser para o carro de sua namorada, e para ela comunicou ser para o de sua mãe –, e sua residência no PrédioDaMaianga, não condizente com suas condições de vida. Essas incongruências, no entanto, se justificam no fim do romance: por doze meses, lentamente, como seu nome sugere, PauloPausado planejou um atentado contra o Presidente. Afinal, a peça de carro que havia recebido era parte de uma arma que construiu no decorrer daquele ano, e a escolha do apartamento era estratégica: como o Prédio se localizava no coração da Maianga, possivelmente um lugar costumeiro onde o Presidente discursava, sabia que teria acesso ao homem quando a hora chegasse.

No dia do discurso do dirigente para anunciar os trabalhos da CIPEL, Paulo trancou-se em seu banheiro e, mirando nele, aguardou o momento ideal para apertar o gatilho. Antes de ter a chance de fazê-lo, porém, foi morto com um tiro na testa pela

equipe de segurança do presidente. A ação do jornalista pode ser vista como uma tentativa de luta pela liberdade de informação e de expressão no país, considerando que ele tinha acesso às notícias originais por meio de seus colegas mas sabia que elas eram distorcidas para o público – isso se chegassem a ele –, e por acompanhar os compromissos da sua publicação com os membros do Partido. Essa tentativa, todavia, revelou-se frustrada, por ter sido atingido antes do golpe final. Diferente de seus colegas intelectuais, foi o único a não se mostrar resignado com a posição privilegiada que possuía.

Fora desse círculo social havia o Esquerdista, que, diferentemente da maioria, não se conformava com a situação política do país. Seu posicionamento, entretanto, não ultrapassava o nível do discurso: boêmio, o personagem passava os dias bebendo cerveja na BarcaDoNoé, debatendo política e escrevendo, acompanhado de sua pasta cheia de papéis. Enquanto isso, a jornalista da BBC que entrevistou Odonato buscava uma aproximação com a população, sendo a única do grupo de intelectuais que teve interesse em ouvir as histórias do povo. Para a AvóKunjukise, “parecia alguém com mais vontade de aprender do que de deduzir sobre escassos conhecimentos, como era prática usual entre outros jornalistas, fossem de que nacionalidade fossem” (ONDJAKI, 2013, p. 261-262). Apesar disso, a história da inglesa destoava muito daquelas que apurava, e, assim, sua própria realidade a distanciava de seus objetos:

- você é daqui, de Luanda?
- não, sou do Sul. saí de lá através da guerra
- como era a guerra?
- a guerra não é de se falar, dona... você mesmo conheceu uma guerra?
- só em fotografia. o meu avô esteve na guerra muitos anos
- fotografia? como assim? dá para ver guerra numa fotografia? (ONDJAKI, 2013, p. 219)

O diálogo acima, entre a jornalista e Paizinho, evidencia as três realidades muito distintas de Luanda apresentadas no romance: a do povo, que sofria diretamente com os problemas políticos do país, a dos intelectuais, que tinham ciência das adversidades, mas, de uma forma geral, não eram afetados por elas, e a das autoridades, causadoras dos conflitos e alheias às suas consequências negativas.



## 4.2 MODERNIDADE PARA POUCOS

Conforme discutido no capítulo 3, o desenvolvimento industrial e a urbanização em Angola propagaram-se tardiamente e provocaram rupturas que se chocavam com estruturas pré-modernas, gerando uma sociedade híbrida, principalmente porque a modernização não chegou a todos os seus estratos. Essa relação entre a tradição e a modernidade tardia é uma das tônicas do romance, ilustrada em diversas passagens. Uma das formas pela qual esse confronto é evidenciado aparece na desconfiança de alguns dos personagens mais simples em relação a procedimentos considerados modernos. Edú, por exemplo, acometido por uma enorme hérnia no testículo esquerdo, recusava-se a ser analisado por um médico, confiando, em vez disso, no exame de um amigo curandeiro:

– não sabes, nem eu sei, nenhum de nós é médico, mas tu tens visitas de médicos de tantos países, um deles poderia te explicar melhor, tu nem sequer deixas eles falarem  
 – falar, falar... se eu já te disse que um kimbanda<sup>8</sup> amigo meu é que está a ver o assunto. enquanto ele não se pronunciar, ninguém mexe aqui. pensam que esta merda aqui é do povo, ou quê? (ONDJAKI, 2013, p. 45).

Outra forma pela qual esse conflito se apresenta é por meio da nostalgia de Odonato, já que com ela são apresentadas ao leitor algumas mudanças pelas quais Luanda passou desde a independência, expondo, assim, esse embate.

A tecnologia, nesse sentido, é tida como um símbolo da modernização, aparecendo, muitas vezes, em contraste com o meio ambiente natural: “(...) o calmo murmúrio dos coqueiros que haviam resistido ao tempo e às obras nos passeios da marginal, e registando visualmente a proliferação de cartazes de publicidade moderna que anunciavam os telefones e os jipes mais recentes e mais caros do mundo” (ONDJAKI, 2013, p. 238). Para além disso, é apresentada como um elemento de prestígio e distante da realidade da população menos abastada. Um exemplo na narrativa aparece quando JoãoDevagar, depois de abrir o cinema no terraço do prédio, empregou Paizinho,

---

<sup>8</sup> Curandeiro ou feiticeiro.

informalmente, para limpar e organizar o lugar depois das sessões, e para poder melhor contatá-lo decidiu dar ao menino um celular:

tirou do bolso um nokia maltratado pelo tempo e pelas inúmeras mãos por que ele havia passado, numa cor que já ninguém podia dizer com segurança se era um cinza que um dia fora prateado

– para mim, tio?

– para estares contactável, disponível... tás a ver a coisa? agora atacas num cartão de saldo que a tia MariaComForça pode te vender, e já tamos na era das comunicações globais, isto aqui não é o Huambo! – riu JoãoDevagar

– mas no Huambo parece que as redes até funcionam melhor, as pessoas é que dizem

– tá bem, mas esse aqui é um puro telemóvel caluanda, altamente maiuiado! tás a ver a coisa? (ONDJAKI, 2013, p. 260).

Nesse caso, apesar da defasagem do aparelho, ainda era um dispositivo que, de outra maneira, Paizinho não poderia adquirir. Da mesma forma, o celular contrastava com os anúncios de telefones e jipes mais recentes espalhados pela cidade, apontando para a diferença no alcance da tecnologia e no modo de consumo da população. Além do mais, o extrato acima estabelece ainda outra relação concernente à aquisição de artigos tecnológicos: um aparelho, sozinho, não necessariamente cumpriria sua função, tornando os itens ainda mais caros e distantes da realidade da população. No caso do celular doado à Paizinho, por exemplo, JoãoDevagar aconselhou que ele comprasse um cartão de saldo com MariaComForça – sua esposa – para poder utilizá-lo.

A figura do próprio cinema, nesse sentido, é marcante. Em “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, Benjamin (1996) o coloca como um meio, possível devido à tecnologia industrial advinda com a modernidade, que afetou enormemente a recepção da obra de arte. No caso do cinema de JoãoDevagar, que não tinha recursos para montar uma sala de exibição, a impressão que se passa é a de que ele surge quase como uma caricatura, uma vez que sua estrutura se encontrava a céu aberto, não possuía áudio e tinha assentos improvisados. Dessa forma, expõe-se mais uma vez a modernidade como um elemento acessível de diferentes maneiras conforme a camada social de que se fazia parte.

Acima de tudo, a tecnologia aparece na obra como um ícone que distinguia os estratos da sociedade e tornava mais evidentes as relações de poder, estas diretamente relacionadas ao poder de consumo.

na avenida o trânsito era intenso, motas de fabrico chinês circulavam por entre os carros enormes, jipes de marca americana, japonesa e coreana, muitos hiace na candonga de transportar o povo que realmente só se podia deslocar de candongueiro, muitos toyota starlet, também conhecidos como gira-bairro, também no serviço de candonga mas este ilegal e mais arriscado (ONDJAKI, 2013, p. 65).

Apesar da quantidade de aparatos modernos que chegavam à Luanda, a maior parte da população não podia usufruir deles, como no caso dos carros, exposto acima. Os enormes e caros automóveis provenientes de outros países que circulavam pela cidade, gerando um trânsito intenso, eram regalias de poucos. O povo, por sua vez, não tinha acesso a tal facilidade e deslocava-se apenas de candongueiro<sup>9</sup>. Nesse sentido, cabe a colocação de Giddens (2002, p. 15) a respeito da tecnologia desempenhando um papel na segregação da experiência, visto que para a maioria das pessoas o contato direto com esses utensílios era raro. Além disso, é significativa a origem dos produtos, visto que nenhum deles era produzido em Angola, devido à dependência econômica do país com o capital estrangeiro, cuja origem foi esclarecida na seção 1.1, e revertida em *status*, como o caso da contratação do engenheiro americano no lugar do angolano ilustra.

A desigualdade das condições de vida entre as diferentes classes sociais é evidenciada no romance principalmente a partir do alcance da modernidade para cada uma delas e no seu usufruto, destacando-se desde os serviços mais básicos aos mais ostensivos. Dois problemas básicos recorrentes em Luanda, conforme vimos com o personagem ZéMesmo, eram a falta constante do abastecimento de água e de energia elétrica. A irregularidade de acesso aos serviços, porém, não era um transtorno para todos:

- a maka<sup>10</sup> da água
- sim, a maka da água..., mas qual é a maka?
- falta água em Luanda, demasiadas vezes, o abastecimento está completamente irregular
- a sério? não tinha sentido nada
- mas a população já sente há algum tempo, senhor Assessor (ONDJAKI, 2013, p. 93).

---

<sup>9</sup> Veículo de transporte de passageiros, normalmente vans.

<sup>10</sup> Problema.

As camadas mais elevadas da sociedade, como no caso do Assessor do Ministro, indicado acima, além de não sofrerem com os mesmos problemas que a maioria dos luandenses, sequer tinham ciência deles – ou dissimulavam certa ignorância. Enquanto isso, em relação à energia elétrica, o problema foi evidenciado quando Paulo, da janela de seu apartamento, observava a cidade à noite e reparava no “novo jogo de luzes que nela se configurava, entre zonas mal iluminadas e zonas mesmo nada iluminadas, (...)” (ONDJAKI, 2013, p. 121).

As condições de vida dos luandenses comuns no que se referia às suas moradias, e nisso entra a questão da água e da luz, e aos seus empregos, estes normalmente informais, foi construída pelo narrador de maneira a evidenciar essa discrepância. Enquanto falava do cair da tarde na cidade, relatou o seguinte:

os candongueiros faziam o seu confuso trabalho, transportando a população dos seus empregos mais ou menos oficiais aos locais das suas casas mais ou menos confortáveis, mais ou menos dignas, que sobre isso da dignidade muito pode ser dito ou conjeturado  
o que nalguns países é um lar, composto por uma determinada combinação de objetos e possibilidades, em outro pode não ser bem assim, uma vez que, humanamente, nos mais variados continentes, é a força do hábito que dita as circunstâncias que cada cidadão acata como aceitáveis, coletivamente insuportáveis ou democraticamente justas (ONDJAKI, 2013, p. 235).

Dessa forma, o narrador indica que os luandenses viviam, de fato, uma modernidade periférica, mas parte do motivo para tanto era a própria resignação da população que, por força de hábito, estava, de certa forma, acostumada com a exploração desde tempos pré-coloniais. No PrédioDaMaianga a circunstância era a mesma, com apenas uma exceção: Odonato, que, como expusemos, era o único a problematizar esses paradigmas, atormentado pela ideia de que no lugar da utopia da construção de uma nação sobreveio o desencantamento com a corrupção moral a partir dos próprios idealizadores da revolução.

#### 4.2.1 Poder

A relação entre tradição e modernidade no romance, como temos discutido, aparece intimamente ligada às relações de poder, outro assunto colocado em questão

na obra. Os principais personagens que representam posições de autoridade são o Ministro, seu Assessor, chamado SantosPrancha, o empresário RibeiroSecco, conhecido como DomCristalino, e o Presidente, denominado também como Chefe – além de o Partido receber grande importância.

SantosPrancha, o Assessor do Ministro, havia ascendido politicamente graças aos seus laços com o oficial. Depois desse triunfo, apaixonou-se pela nova posição, repreendendo frequentemente a sua secretária como forma de demonstrar seu poder, e investiu em hábitos mais caros, como o consumo de whisky em substituição à cerveja. De maneira quase caricata, o Assessor retrata uma categoria que se validava socialmente a partir de sua posição, hábitos, vestimentas e uso da linguagem. Assim, para ele, a ingestão de whisky era muito mais do que apenas um costume, mas uma preocupação com a imagem que passava, condizente, em sua cabeça, com a de um político cujos gostos e bens distinguiam-se daqueles da massa. Buscava, ainda, afirmar sua superioridade a partir de possíveis ligações com o velho continente, proferindo expressões como “o roxo fica-me bem, devo ter alguma veia francesa” (ONDJAKI, 2013, p. 101), e utilizando vocábulos de origem europeia:

- tive que ir ao banheiro, senhor Assessor
- bom, tudo bem, mas não é preciso dizer “banheiro”, que isso são brasileirices da telenovela... chame o meu motorista, temos que ir ao aeroporto apanhar o americano, a reserva do hotel foi tratada?
- foi, sim, senhor Assessor, mas há um problema
- qual problema mais? vai outra vez ao wc? (ONDJAKI, 2013, p. 102-103).

No trecho acima, em diálogo com sua secretária, é exposta, de forma bem-humorada, a incoerência do Assessor em sua preocupação com a questão colocada. Depois de repreender a mulher por utilizar um termo do português brasileiro, levando a imaginar que o homem defenderia o uso do português local, agiu da mesma maneira, mas usando um vocábulo inglês. Quando, mais à frente, uma discussão parecida se desenrolou entre dois moradores do PrédioDaMaianga, a ideia defendida foi justamente a da língua e identidade locais, evidenciando mais uma diferença entre os dois estratos: “para lá com essa conversa da bunda, Paizinho – criticou CamaradaMudo, irritado, enquanto procurava um assento – para mais essas palavras da novela, você não sabe dizer rabo ou matako?” (*Ibid.*, p. 122-123).

Enquanto isso, o Ministro pouco aparece. Dedicado ao desenvolvimento do projeto da CIPEL, sobre o qual nos aprofundaremos em breve, tinha como preocupação lucrar com a extração do petróleo e, por meio desse negócio, melhorar a imagem do Partido dentro e fora do país. A contratação do engenheiro americano para vistoriar o empreendimento também se prestava a esse objetivo: “tudo preparado para o americano? (...) ótimo, não quero falhas nem nas reuniões nem nos relatórios, esse americano tem que sair daqui sabendo que isto é um país de primeira, ou não é assim?” (ONDJAKI, 2013, p. 145). Apesar de não ser uma das temáticas principais de *Os Transparentes*, a percepção dos estrangeiros de Angola enquanto um país pouco civilizado é apresentada por meio da visão de um brasileiro:

– me fala uma coisa, meu irmão, aqui tem selva? eu vou poder ver a selva angolana?  
os angolanos ao redor desmancharam-se numa forte risada que atrapalhou, por instantes, o brasileiro  
– aqui tem selva sim, não se preocupe – respondeu um angolano  
– é só sair do aeroporto e você já vai ver... a selva urbana – disse outro, e a multidão voltou a rebentar numa risada que aumentava o calor (ONDJAKI, 2013, p. 269).

Desapontado, mas ainda ansioso por confirmar uma imagem estereotipada do africano, o homem continuou: “– ah, Bernas, prazer, sou Serginho. que nome curioso, o seu, é um nome tribal? / – não – o jovem riu-se –, vem de Bernardo, sou Bernardo, mas o nome de casa é Bernas / – entendi” (ONDJAKI, 2013, p. 276). Também por esse motivo, a ideia de que a modernidade havia chegado a Angola era tão profusamente reforçada pelo Partido.

Antes de discutirmos a questão do petróleo, cabe abordar um pouco mais o abismo que separava as autoridades daqueles que intitulamos ambulantes. Para além do acesso à água e energia elétrica, as condições das moradias de cada um destoavam muito. De um lado, os moradores do PrédioDaMaianga conviviam com um buraco aberto há anos na frente do edifício, um córrego resultante de canos de água estourados no primeiro andar e um elevador que não funcionava. De outro, a área residencial em que o Ministro vivia constituía-se de “um largo pacato com casas vastas, casas de muatas<sup>11</sup>, com

---

<sup>11</sup> Chefes.

guardas à porta, algumas com dois ou três militares, outras com guardas dessas empresas de proteção” (ONDJAKI, 2013, p. 58). Ademais, enquanto estes viviam protegidos por guardas, no PrédioDaMaianga os moradores tiveram que criar um sistema próprio de segurança, que respondesse à ausência de tecnologias de segurança e informação, como câmeras e interfones: ao ouvir algum barulho no primeiro andar, Paizinho deveria assobiar forte duas vezes para acordar Edú no andar de cima; este ligaria em alto volume sua vitrola para alertar Odonato, e deveria assumir “posição na escada para não deixar ninguém subir, e o Mudo é que desce com a arma” (*Ibid.*, p. 88).

Raras vezes os universos dos ambulantes e dos detentores de poder foram de encontro um ao outro. Conforme apresentado anteriormente, o VendedorDeConchas comercializava seu produto por toda a cidade, e em certo momento da história chegou ao portão de uma das casas guardadas por seguranças. Nela conseguiu vender cem dólares em conchas para a mulher do Ministro, chamada Pomposa, mas logo depois da transação foi enxotado por ela: “– não têm mais o que fazer? / – estamos só a descansar, dona / – e não podem ir descansar noutra lado? ali na casa do chinês há mais sombra” (ONDJAKI, 2013, p. 64-65). Assim, apesar de consumir o que lhe era oferecido pela mão de um comerciante de rua, a presença dele causava incômodo – ou seja, usufruía do produto, mas exigia distância do provedor. Do outro lado, o Ministro visitava com certa constância o PrédioDaMaianga, mas suas passagens eram clandestinas: o motivo por detrás delas era um relacionamento extraconjugal que mantinha com uma moradora. Dessa forma, a única razão que o levava a um lugar como aquele era satisfazer seu apetite sexual, aludindo inclusive ao estereótipo da liberdade sexual do africano, discutido por Bhabha (2013).

Dentro desse grupo de autoridades, DomCristalino era um personagem muito importante. Grande empresário, havia trabalhado “anos no MinistérioDaIndústria, passando por outros postos no tempo do falecido SocialismoEsquemático e foi privatizando os lugares, as fábricas e até algumas pessoas que se viram envolvidas com o seu trajeto” (ONDJAKI, 2013, p. 154). Uma de suas maiores ambições, depois de já ter alcançado tal posição que estava acima de muita gente de dentro do Partido, era privatizar a distribuição de água em Angola. Para isso, investia há muito tempo na privatização de montanhas com nascentes de boa qualidade, havia comprado porções

de terras de acordo com a quantidade de rios que as banhavam e, agora, visava o transporte canalizado de água na cidade: “ouça, senhor Ministro... com tantos canos novos a serem instalados, e tantos outros a serem removidos, vai-se instalar no subsolo de Luanda um labirinto de canos de petróleo, de gás e de água... não podemos correr o risco de essa canalização ser pública” (*Ibid.*, p. 180). A alcunha pela qual era conhecido indicava o fato de estar envolvido com “questões aquáticas” (*Ibid.*, p. 154) há muitos anos, mas seu nome verdadeiro, RibeiroSecco, sugere como o personagem viria a secar o acesso à água para todos aqueles que não tivessem condições de pagar por ele, apesar de ela ser um recurso natural abundante no país, assim como denuncia a sua natureza predatória por trás do nome que vendia.

Pelas razões indicadas no parágrafo anterior, DomCristalino era um grande entusiasta da Comissão Instaladora do Petróleo Encontrável. Apesar de estudos realizados décadas antes, de novos cálculos executados por DavideAirosa e da análise de Raago, todos apontando para a impossibilidade de realizar a extração do petróleo, o homem defendia veementemente as obras:

- não há riscos incontornáveis neste país... – Cristalino falou tão devagar que parecia enunciar uma revelação bíblica. – entendeu bem a minha frase?
- ok, i got it
- as obras já começaram, milhares de túneis e buracos estão a ser abertos neste exato momento, os tubos foram comprados, as equipas foram contratadas. a máquina do desenvolvimento e da modernidade já está a se mover...
- entendo
- e o camarada Presidente, ele mesmo, assinou todos os despachos relativos à exploração do petróleo em Luanda. todas essas pessoas, incluindo as que se encontram nesta sala, fazem parte daquilo a que se chama CIPEL. você é um de nós, você é um “cipelino”, como diz o povo
- entendo
- portanto, não há assuntos incontornáveis, há soluções. há o futuro! estamos entendidos?
- sim. yes, sim (ONDJAKI, 2013, p. 222).

Por ganância, oculta pela ideia da modernização do país, Luanda, enfim, começou a ser perfurada. O discurso defendido era desenvolvimentista e sustentava que o futuro a caminho do progresso era uma fase melhor por ser mais “desenvolvida”. Essa fantasia de que após as obras Angola seria uma nação moderna era vendida pela mídia: “não há segredos!”, anunciava um jornal, ‘a moderna escavação chegou à capital’, anunciava outro (...)” (ONDJAKI, 2013, p. 196) e, de uma forma geral, a população a comprava:



- uma comissão? de petróleo? como assim?
- são as escavações, estamos a caminho do futuro
- qual futuro?
- encontraram petróleo aqui, debaixo da cidade de Luanda
- e vocês podem escavar?
- podemos, a terra é nossa, claro que podemos
- sim, mas no sentido da segurança, das pessoas, dos prédios, é possível escavar assim?
- temos técnicas muito avançadas, veio gente de fora e tudo, tá tudo controlado pelo governo
- você acredita nesse governo?
- não tenho outro pra comparar – disse o guia (ONDJAKI, 2013, p. 275).

Assim, através dos meios de comunicação e com a corroboração forjada do que Giddens (1991) chamou de sistemas perito – isto é, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional” (GIDDENS, 1991, p. 35) –, o Partido conservava a imagem de que empreendia pelo futuro e para o bem da população, convencendo, acima de tudo, que as coisas estavam sob controle.

A passagem reproduzida acima ilustra como o discurso do Partido propagado por meio da mídia corresponde ao que Giddens classificou como aumento na mediação da experiência. Segundo ele, “nas condições da modernidade, os meios de comunicação não espelham realidades, mas em parte as formam” (GIDDENS, 2002, p. 32). Dessa maneira, a mídia interfere também nas identidades, como Bauman explica abaixo:

Você pergunta sobre o papel dos meios de comunicação na produção das identidades atuais. Eu preferiria dizer que a mídia fornece a matéria bruta que seus leitores/espectadores usam para enfrentar a ambivalência de sua posição social. A maioria do público de TV está penosamente consciente de que teve recusado o ingresso nas festividades mundiais “policulturais”. Não vive, e não pode sonhar viver, no espaço global extraterritorial em que habita a elite cultural cosmopolita. À multidão de pessoas que teve negado o acesso à versão real, a mídia fornece uma “extraterritorialidade virtual”, “substituta” ou “imaginada”. (BAUMAN, 2005, p. 104).

A fala de Bauman fundamenta, precisamente, a questão que já havíamos exposto sobre como a modernidade, no romance, chegava às variadas classes sociais de forma muito diferente. Contudo, como ele esclarece, os meios de comunicação contribuem para que ela seja percebida sob outra luz. Nesse sentido, o personagem Esquerdista analisou a questão pontualmente:

(...) durmam enquanto vos anestesiam com doses de suposta modernidade!, é carros lindos, é internetes que nem funcionam, é marginal nova com prédios construídos em areias dragadas sem pedir licença à Kianda<sup>12</sup>, é furar o corpo da cidade sem querer ouvir os outros que já furaram o corpo das cidades deles, onde não deu certo... ouçam bem, dorminhocos, lá não deu certo, e aqui, porque somos estúpidos, cegos e coniventes, isto é, porque somos globalmente corruptos, aqui a cidade vai ser furada, a água vai ser privatizada, o petróleo vai ser sugado sob as nossas casas, os nossos narizes, e as nossas dignidades... enquanto os políticos fingem que são políticos... enquanto o povo dorme... enquanto o pobre dorme... (ONDJAKI, 2013, p. 237).

Assim, expõe-se que o povo usufruía de uma modernidade muito específica, periférica, em contraposição à noção de modernidade nos moldes europeus difundida pelos meios de comunicação – que clamavam constantemente que o futuro havia chegado à Angola.

Voltando à questão do petróleo, assim que se deu início às escavações um evento de grande magnitude a nível nacional ocorreu: “faleceu, oficialmente, a senhora Ideologia” (ONDJAKI, 2013, p. 309). Incorporada no romance como uma importante e estimada figura pública, destaca-se com o falecimento da personagem o aniquilamento dos ideais do Partido quando de sua luta na independência e a substituição, em tempos modernos, dos seus princípios pelo lucro. Tanto é que a máquina da modernidade continuou a todo vapor: enquanto o povo, as crianças e até os cachorros “encheram os olhos de uma tristeza mais aguda em homenagem ao falecimento da senhora Ideologia” (ONDJAKI, 2013, p. 318), os trabalhadores cipelinos seguiam normalmente em sua missão:

o luto pela morte da senhora Ideologia foi brando para os trabalhadores da CIPEL, tanto que as escavações continuavam a bom ritmo como se, numa missão derradeira, os políticos de Angola tivessem decidido furtar incansavelmente a cidade até que vissem jorrar a primeira fonte de petróleo luandense. (ONDJAKI, 2013, p. 310)

Na seção 3.1, mostramos como Giddens defende que a modernidade traz consigo novos riscos; um deles deriva do meio ambiente criado, isto é, advém da “infusão de conhecimento humano no meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 127). Em *Os Transparentes*, ao contrário do que DomCristalino defendia publicamente, o trabalho dos cipelinos representava tal ameaça. Pouco tempo depois de darem início à escavação da

---

<sup>12</sup> Divindade angolana das águas.

cidade, veio a repercussão: em vez de conseguirem extrair o petróleo, provocaram um curto-circuito que, em conjunção com os gases explosivos liberados pela extração do líquido preto, transformou-se em um incêndio que engoliu Luanda. O fogo, enfim, enquanto destruía tudo por onde passava de maneira quase escatológica, oferecia à cidade e aos cidadãos uma oportunidade para recomeçar – possibilitando, quem sabe, o nascimento de uma nova ideologia.

Em contraposição à figura do fogo, o elemento água é uma constante no percurso dos personagens, para além da questão do acesso a ela. Mesmo indiretamente, o corpo semântico aquático percorre toda obra e representa, de certo modo, um retorno a um passado mais simples e em maior comunhão com a natureza. No PrédioDaMaianga a água impôs sua presença e sua força ao romper os canos pelos quais deveria estar contida, formando o córrego no primeiro andar. Essa corrente derivou da instauração da modernização técnica – representada pelo próprio edifício, que funcionava como emblema da modernidade em Angola – que não deu certo, ou que foi malfeita. Contudo, através dessa falha foi possível redescobrir as possibilidades de vida que foram soterradas com o processo de modernização forçada, ocorrido porque os grandes capitais entraram nos países africanos disputando suas matérias primas.

De um lado, o córrego do PrédioDaMaianga afastava invasores, mas de outro oferecia aos moradores um espaço de tranquilidade e socialização. Aos finais das tardes, após dias cansativos de trabalho, por exemplo, os moradores do prédio, o VendedorDeConchas e o Cego reuniam-se dentro e ao redor do córrego para dividir seus problemas e compartilhar as questões pessoais que lhes apraziam, renovando-os para um novo dia. Assim, a água também proporcionava a união dos personagens e promovia a conservação de laços entre aquela comunidade, em contraste com o isolamento impingido pelos muros da modernidade. Afinal, como colocou Noé, o dono do bar: “(...) os mundos confundem-se todos, desculpe lá o discurso poético, mas todos somos água do mesmo rio” (ONDJAKI, 2013, p. 380).

O PrédioDaMaianga, dessa maneira, simboliza a coexistência, marcante em Angola, do tradicional com o moderno e do meio ambiente natural com o construído. Para além do córrego do primeiro andar do edifício, esses elementos são apresentados durante uma visita atenciosa do Carteiro:

o Carteiro (...) cerrou os olhos e passou a ouvir a orquestra de sons brandos que o prédio lhe trazia vozes de gente que acordava, pés que se arrastavam nos andares superiores, frases soltas em umbundu que desciam lentas pelo corredor vertical que fora um dia usado pelo elevador, sons de água a esmagar-se no chão, o som claro de um galo debicando o chão de um prédio vizinho, o abrasivo mas suave xaxualhar das árvores da Maianga, o ruído dos baldes de Paizinho no terceiro andar, a voz de NgaNelucha ralhando com o marido Edú para que este não usasse sempre a desculpa do gigantesco mbumbi para se furtar aos banhos (ONDJAKI, 2013, p. 201).

Por fim, além de evidenciar os diversos paradoxos de uma nação tardiamente objeto da modernização nos moldes ocidentais, o romance dá espaço às histórias dos angolanos cujas vozes foram e são silenciadas e, tão importante quanto isso, escancara a forma como isso acontece. Enquanto de um lado apresenta o grave problema da corrupção, com intermediários que buscam se beneficiar de qualquer empreendimento, de outro expõe uma modernização realizada a partir de um discurso “civilizatório”. Assim, composto por uma maioria transparente, revela diversas faces de uma Angola híbrida e representa a modernização importada para Angola de forma crítica, evidenciando de que maneira esta não atende às necessidades e demandas do povo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luanda passou por inúmeras transformações nos últimos quinhentos anos. Importante região de comércio desde antes do estabelecimento dos portugueses, foi um grande palco de transformações que revelou mudanças resultantes das relações comerciais com os europeus, da Revolução Industrial e da ocupação e colonização lusitana. Nesse contexto, porém, a exploração dos recursos naturais do país e da mão de obra escrava, em conjunto com o subdesenvolvimento da metrópole, resultaram no sucateamento da economia angolana e, com isso, na modernização tardia do país.

A modernidade chegou a Angola num formato diverso do europeu. Além de ter ocorrido mais tarde, principalmente a partir da independência do país em 1975, foi mais acelerada, provocando rupturas mais evidentes num quadro em que poucos tiveram acesso a ela. Assim, como defendemos no trabalho, gerou uma sociedade híbrida, como propõe Nestor Canclini, e evidentemente desigual. Essa reflexão, testemunhada e construída historicamente por meio da literatura, aparece em *Teoria Geral do Esquecimento* (2012) e em *Os Transparentes* (2013).

Como figuras centrais nas duas obras, os edifícios evidenciam, cada um à sua maneira, a chegada da modernização urbana a Luanda. No romance de Agualusa, o Prédio dos Invejados, onde Ludovica morava, representava inicialmente um espaço de luxo que separava a elite portuguesa do resto da população. Seus moradores faziam parte de uma minoria que tinha acesso aos frutos da modernização, desfrutando desde o uso daquele espaço, por exemplo, até a posse de carros importados. O próprio nome do edifício carrega essa ideia, sugerindo o sentimento do povo em relação ao lugar, visto que tal realidade estava muito distante da deles. Com a conquista da independência, foram salientadas a discrepância entre essas realidades e a exaltação da hibridez entre moderno e tradicional. Os novos moradores, vindos dos musseques ou camponeses recém-chegados à cidade, utilizavam as instalações de maneira bastante diversa, trazendo consigo costumes rurais ao espaço urbano.

Enquanto isso, no romance de Ondjaki, o PrédioDaMaianga não possuía o *status* que o Prédio dos Invejados carregava inicialmente. Desde o início da obra, foi apresentado quase como uma favela vertical, ocupada por angolanos de estratos menos

elevados. Diferentemente do caso anterior, a construção em si não ostentava a ideia de modernidade, mas a deterioração de sua estrutura aponta para o mesmo fato: o de que o acesso a ela era um privilégio de poucos – e os seus moradores não estavam entre esses favorecidos. Dessa forma, os prédios nos dois romances atuam como símbolos de uma modernidade elitizada e pouco abrangente.

As mudanças provocadas pelo advento da modernização despertaram, também, consequências nas identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, as trajetórias de Ludo, no primeiro romance, e de Odonato, no segundo, foram opostas. Ambos construíram barreiras entre si e o outro – Ludovica, inclusive, literalmente, com o muro que isolava seu apartamento do resto de Luanda. Porém, no caso dela, os “outros” eram os angolanos, enquanto Odonato seguia contra a elite do país. Como demonstramos, no romance de Agualusa, além da contraposição entre portugueses e angolanos, acompanhamos as mudanças de perspectiva de Ludo conforme se adaptava e enraizava-se a um ambiente que por muitos anos considerou hostil. No de Ondjaki, por sua vez, o personagem encarnou a reflexividade da auto-identidade impulsionada pela modernidade tardia e fez o caminho oposto daquele da portuguesa, desenraizando-se a ponto de se libertar de seu corpo e, assim, servir como mártir em defesa de melhores condições de vida para todo o povo angolano.

No que se refere aos outros personagens de ambas as obras, tanto os de *Teoria Geral do Esquecimento* quanto os que chamamos de ambulantes em *Os Transparentes*, estes aproximam-se entre si em outro sentido para além da (sobre)vivência em uma capital em vias de modernização, Luanda. A seu respeito, podemos afirmar que, como propõe Baudelaire – apesar de se tratar de épocas e contextos diferentes –, eles são os heróis da modernidade, agora tardia. Nesse sentido, como sugerido pelo poeta, movimentam-se por uma grande cidade enquanto indivíduos comuns, vivendo “o espetáculo da vida mundana”. Assim, acompanhamos nos dois romances uma diversidade de homens da multidão, tal qual o personagem de Poe, os quais, de certa forma, transformam nós, os leitores, em *flâneurs*, observadores da vida moderna.

## REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **Teoria Geral do Esquecimento**. Rio de Janeiro: Foz Editora, 2012.

AJAYI, J. F. Ade. Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia. p. 905-930. In: **História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Editado por F. D. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. A perda do halo. In: **O Spleen de Paris: Pequenos poemas em prosa**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. A Modernidade. In: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 284-293, 1988.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BITTENCOURT, Marcelo. Angola: Tradição, modernidade e cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; MATTOS, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco; MORAES, Luís Edmundo de Souza Moraes; RIDENTI, Marcelo (org). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 129-144, 2010.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. p. 1-20. In: **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, 2010.

BOLAÑOS, Aimée G. Mulheres memoriosas e viajantes. In: **Literatura e Imigração: sonhos em movimento**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Letras: História da Literatura, 2006.

BOSI, Alfredo. Colônia, Culto e Cultura. In: **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRAGA FILHO, Jair Ramos. **Poéticas da Alteridade**: Chinua Achebe, Ngugi Wa Thiong'o e Mia Couto. 2014. 169f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da USP, 2015.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHAVES, Rita. O passado presente na Literatura Africana. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 7, p. 147-161, 2004.

\_\_\_\_\_. O passado presente na Literatura Angolana. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 245-257, 2000.

COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da Modernidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Uma luz na escuridão: imigração e memória. In: **Literatura e Imigração**: sonhos em movimento. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Letras: História da Literatura, 2006.

DALCASTAGNÉ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, p. 18-31, 2007.

DAVIDSON, A. Basil; ISAACMAN, Allen F.; PÉLISSIER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935. p. 811-832. In: **História Geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, 2010.

DIOP, Majhemout. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. p. 67-88. In: **História Geral da África, VIII**: África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Forma e sentido do texto literário**. São Paulo: Ática, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.



GRUNER, Clóvis; SEREZA, Luiz Carlos. Monstruosidades Sedutoras: As “Novellas Paranaenses” e a Invenção do Urbano. In: GRUNER, Clóvis & DENIPOTI, Cláudio. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

HARRIS, J. E. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo. p. 135-163. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. p. 91-134. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

KANDJIMBO, Luis. Para uma breve história da ficção narrativa angolana nos últimos cinquenta anos. **Revista de Filología Románica**. Anejo II, p. 161-184, 2001.

LEITE, Ana Mafalda. Literaturas Africanas e Pós-Colonialismo. In: **Literatura Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. p. 1-26. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

MARQUES, Joana Emídio. João Barrento: “A literatura foi contaminada pela acumulação da realidade”. **Observador**, Lisboa, 3 dez. 2016. Disponível em: <<http://observador.pt/2016/12/03/joao-barrento-a-literatura-foi-contaminada-pela-acumulacao-de-atualidade/>>. Acesso em 24 mar. 2017.

MATA, Inocência. O universal e o local nas literaturas africanas: uma dicotomia sem suporte. **Revista ECOS**, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2004.

MAZRUI, Ali A. O desenvolvimento da literatura moderna. p. 663-696 In: **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do Oeste. p. 229-260. In: **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

MELLO, Ramon. Ondjaki e a oralidade africana. **SaraivaConteúdo**, 23 jul. 2009. Disponível em <<http://www.saraivaconteudo.com.br/materias/post/10079>>. Acesso em 15 abr. 2017.

NASCIMENTO, Lilian Soier. Imigrantes: identidades em trânsito. In: **Literatura e Imigração: sonhos em movimento**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Letras: História da Literatura, 2006.

ONDJAKI. **Os Transparentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAZ, Octavio. A nova analogia: poesia e tecnologia. In: **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

\_\_\_\_\_. Os signos em rotação. In: **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

POE, Edgar Allan. O homem da multidão. In: **História extraordinárias**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

ROCHA, Amara Silva de Souza. A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 2, 1997.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 66, p. 23-52, 2003.

\_\_\_\_\_. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SOW, Alfa I.; ABDULAZIZ, Mohamed H. Língua e evolução social. p. 631-662. In: **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. p. 21-50. In: **História Geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, 2010.

VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. p. 623-653. In: **História Geral da África**, IV: África do século XII ao XIV. Editado por Djibril Tamsir Niane. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a.

\_\_\_\_\_. O Reino do Congo e seus vizinhos. p. 647-694. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010b.

VELLUT, Jean-Luc. A bacia do Congo e Angola. p. 343-376. In: **História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Editado por F. D. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

VIDROVITCH, Catherine Coquery. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). p. 401-436. In: **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, 2010.

VIEIRA, Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Ática, 1984.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China edições, 2016.